



Ilana Camurça Landim Tavares

**Concepções de famílias para crianças:
contribuições da análise do comportamento**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Juliane Callegaro Borsa

Rio de Janeiro

Novembro 2018



Ilana Camurça Landim Tavares

**Concepções de famílias para crianças:
contribuições da análise do comportamento**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Juliane Callegaro Borsa

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Luciana Pessoa

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Vanessa Barbosa Romera Leme

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Roberto Alves Banaco

Associação Paradigma - ABPMC

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 01 de novembro 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Ilana Camurça Landim Tavares

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e
especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Paradigma - Centro
de Ciências e Tecnologia do Comportamento (Centro Paradigma-SP).
Bolsista de Doutorado do CNPq. Integrante e pesquisadora do Grupo de
Pesquisa em Avaliação Psicológica: APlab Pessoas & Contextos, vinculado à
PUC-Rio. E-mail de contato: ilanaclandim@gmail.com.

Ficha Catalográfica

Tavares, Ilana Camurça Landim

Concepções de famílias para crianças : contribuições da
análise do comportamento / Ilana Camurça Landim Tavares ;
orientadora: Juliane Callegaro Borsa. – 2018.

142 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de
Janeiro, Departamento de Psicologia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Concepções. 3. Famílias. 4.
Crianças. 5. Análise do comportamento. I. Borsa, Juliane
Callegaro. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para as minhas famílias:
sanguínea, conviventes,
cearense, carioca e paulista.

Agradecimentos

Chego até aqui com o coração cheio de gratidão e felicidade! Por isso, tenho uma incansável lista de agradecimentos. Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me proporcionado saúde e coragem para viver com intensidade um mergulho profundo no ambiente acadêmico.

Em seguida, já agradeço fortemente à minha orientadora, Profa. Dra. Juliane Borsa, por ter escancarado ainda mais as portas do mundo acadêmico e me apresentado uma maneira de vivê-lo de maneira ética, profissional e responsável, seja no que concerne a minha própria formação e/ou com a de nossos alunos e estagiários. Devo muito do que me tornei no final deste doutorado às experiências proporcionadas por você. Este trabalho é nosso. Muito obrigada por tudo isso!

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Banaco, por quem tenho profunda admiração, seja pelo grande destaque na construção e sobrevivência da Análise do Comportamento no Brasil, como pelo modelo de professor, terapeuta e pessoa de uma “audiência não punitiva” e de habilidades sociais tão aprimoradas. Queria ser como você quando crescesse. Agora que cresci um pouco, quero continuar sendo!

À Profa. Dra. Terezinha Féres-Carneiro. Sua disciplina no doutorado me ajudou muito na construção do meu projeto de tese e foi coroada com a sua participação valiosa na minha banca de qualificação. Absorvi seus ensinamentos como “regras” e pretendo passá-los à frente para que mais pesquisadores e psicólogos possam ter um pouco de você. Parabéns pela sua honrada trajetória e que feliz sou eu de ter sido afetada positivamente por você!

À Profa. Dra. Vanessa Leme. Suas contribuições na minha banca de qualificação foram preciosas. Além disso, a postura leve, a voz mansa e a curiosidade de uma exímia pesquisadora jovem já me conquistaram desde o primeiro momento.

À Profa. Dra. Luciana Pessoa. Foi com você minha primeira disciplina eletiva do doutorado acertada. Certamente foi um convite a uma enxurrada de boas reflexões. Obrigada pelo apoio durante as reuniões de representação discente, o sorriso aberto de todos os dias e o carinho não economizado!

Obrigada, banca, não poderia escolher outra melhor!

Aos professores do Centro Paradigma, principalmente ao Jan (orientador querido), Dri Fidalgo, Rô Boavista, Jazz, Fernanda, e aos meus amigos

paradigmáticos Pri, Filipe, Karina, Paulo e Wal. Descubro que não seria a mesma se não tivesse passado pela experiência de ter conhecido vocês a cada atendimento clínico e análise funcional cuidadosa de casos. Certamente foi um dos melhores investimentos acadêmicos e profissionais que fiz. Fico feliz por continuar tendo o Paradigma como casa!

Aos professores da PUC-Rio, Jean, Luciana, Daniel, Samuel, Landeira e tantos outros, e aos alunos, principalmente aos meus amigos de turma Amanda, Paula, Natália, Luciana, Suelen, Cris, Rafael e Kênia. Ter dividido o espaço de docência ora como aluna ora como representante de discentes me mostrou mais sobre as relações institucionais, que são duras, mas podem ser vividas com boas doses de afeto.

Ao meu seletto grupo do coração e amigos que a PUC-Rio me deu: Bhea, Fernanda, Vitor, Felipe, Sibebe, José e Amanda. Sempre penso: “Como teriam sido estes anos se não tivesse conhecido vocês?”. Certamente teria sido bem mais aversivo, com bem menos acesso aos reforçadores, doces (principalmente os da Sibebe), diversidade de conhecimentos, lanchões, colos e corações que possam compreender e amar! A distância vai sempre ser fichinha. Amo vocês!

À Marcelina, Verinha, Johny, Leo, Tati, Cleide, Edson, Rosa e toda a equipe que tanto presta serviço e apoio na PUC-Rio. Vocês facilitaram todo o meu processo como doutoranda. Fica o carinho enorme por vocês.

Ao meu querido laboratório APlab. Não esqueço o nome de cada peça deste quebra-cabeça, sejam aqueles que me acolheram quando cheguei em 2015 (Hugo, Natália, Paola, Joanna e Mari), os que entraram depois e permaneceram comigo (Bhea, Fê, Vitor, Giuli, Raquel, Deia, Karol, Laila e Lívia) e os novíssimos. Foram muitas as alegrias na nossa querida “salinha”, durante os eventos organizados, as aulas dadas, o espaço acadêmico e suor compartilhado! Como vocês me fazem falta!

Ao meu também querido grupo de estudos em Análise do Comportamento, principalmente os que toparam a ideia desde o começo e permaneceram junto comigo até a minha ida para Fortaleza: Raquel, Marllon, Pati, João Victor, Karol, Lu, Deia e Lídio. Como crescemos juntos! Foi um prazer dividir mais sobre análise do comportamento com vocês. Fico feliz por ter deixado boas impressões skinnerianas.

Obrigada à equipe de queridas (literalmente) que me ajudou na coleta desta pesquisa: Karol, Raquel, Luíza, Lívia, Paloma, Patrícia e Deia. Vocês foram demais no apoio, no carinho e na disposição em ser “pau para toda obra”! Esse estudo também é de vocês.

Obrigada às escolas participantes da pesquisa. Sou eternamente grata pelas portas abertas, pela acolhida e confiança no nosso trabalho! Sei bem que não apenas receberam a devolutiva dessa pesquisa, como já pensaram estratégias para trabalhar alguns resultados dela. Vocês não me deixaram esquecer por nenhum momento que o fim de toda pesquisa é melhor contribuir para a vida e desenvolvimento dos nossos sujeitos (crianças)!

Ao CNPq, pela bolsa concedida. Fazer o doutorado em tempos de crise no Brasil e longe da família foi bem mais confortável pelo auxílio recebido de vocês. Que retorne em conhecimento para a sociedade.

Ao Paulo, meu amor e companheiro desta vida! Você assistiu ao começo, meio e fim deste processo, assim como tantos outros durante os últimos 12 anos e meio. Toda e qualquer luta não é apenas minha, é nossa. Por isso, essa grande conquista e felicidade é por inteira nossa. Obrigada por tudo!

À minha mãe, que consegue ser mãe, amiga, fã, terapeuta e mais um montão de papéis em uma só. Foi duro permanecer longe durante estes anos, mas nada disso seria possível se a senhora não tivesse desde a minha infância ajudado na construção das minhas asas para que eu pudesse voar longe. Te amo muito!

Ao meu pai Océlo (*in memoriam*), ao meu padrasto Irapuan, aos meus irmãos Tiago e Lia, às minhas avós Eliete e Terezinha. Apesar de serem minhas maiores saudades dos últimos anos, estão sempre comigo e em mim.

Aos meus sogros Sylvana e Paulo Tavares, cunhados Wetter, Marcelo e Iêda. Obrigada por ter encontrado em vocês uma verdadeira família com tudo que cabe nessa palavra!

À família carioca Dani, Rafa, Jéssica e Osvaldo. Vocês não nos deixaram sozinhos por nenhum momento neste tempo de Rio e, bem sei, será assim por toda a vida! Não tenho como agradecer por isso!

Aos meus amigos e familiares que também vieram me visitar no Rio para encurtar a distância. Foram tantos que nem caberiam nesses humildes agradecimentos. Ter vocês pertinho me encheu de motivação para cumprir os objetivos e assim, em breve, estivéssemos juntos novamente!

Aos amigos que fizemos no Rio: Renato, Claudina, Rachel, Luana, Bira, demais colegas de trabalho da Capuchinhos e tantos outros... Vocês fizeram todo esse tempo também valer a pena. Obrigada pelo cheirinho de casa que vocês me proporcionam!

Aos meus alunos do estágio em docência, aos nossos estagiários, aos alunos que tenho e que terei... Espero ajudá-los a sempre serem pesquisadores de suas práticas psicológicas. Afinal, todo psicólogo dever ser, por definição, um pesquisador, não é?

E, principalmente, muito obrigada às crianças e famílias desta pesquisa. É tudo por vocês. Que vocês possam encontrar uns nos outros a beleza de estar, ser e permanecer em *família*.

Resumo

Tavares, Ilana Camurça Landim Tavares; Borsa, Juliane Callegaro. **Concepções de famílias para crianças: contribuições da análise do comportamento.** Rio de Janeiro, 2018. 142p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As configurações familiares estão em processo de diversificação, de maneira que o modelo tradicional de família, formado por homem e mulher unidos em matrimônio, não é o único a ser legitimado pela sociedade. Esses diversos arranjos familiares podem resultar em diferentes concepções sobre a família. Considerando tais mudanças, este estudo teve como objetivo geral investigar as concepções de famílias para crianças, considerando suas produções gráficas e relatos verbais sob a perspectiva teórica da análise do comportamento. Participaram da amostra 108 crianças, com idades entre cinco e 12 anos ($M = 8,58$; $DP = 1,54$), residentes na cidade do Rio de Janeiro (RJ), sendo 51 meninas (47,2%) e 57 meninos (52,8%) e seus respectivos responsáveis (71,3% mulheres; $M \text{ idade} = 36,9$; $DP = 7,31$). Foi solicitado às crianças que desenhassem uma família e requeridos esclarecimentos sobre o desenho, os quais foram anotados em uma folha de registro. Ao final, foi questionado à criança o que era uma família para ela. O conteúdo foi armazenado em formato de texto e áudio. Além disso, foi solicitado aos responsáveis que preenchessem um questionário sociodemográfico contendo informações sobre a família da criança. Para analisar os dados do formulário de registro e do questionário sociodemográfico foram realizadas análises descritivas e o Teste qui-quadrado. No que concerne aos dados do relato verbal da criança, foi realizada uma análise lexical proposta pelo programa IRaMuTeQ e uma análise de conteúdo baseada em Bardin. Os resultados indicaram que as crianças retratam o estereótipo de família tradicional, constituído por pai, mãe e filhos, em seus desenhos (67,6%; $n = 73$) e relatos. Por outro lado, verificou-se que as crianças entendem a família a partir da dimensão afetiva, e não somente associada aos espaços comuns de convivência e moradia. Esse estudo propôs novas perspectivas empíricas e teóricas para a avaliação do desenho da família e relato verbal. Sugeriu, ainda, a necessidade de melhor compreender de que forma os diversos arranjos familiares são apresentados pelas crianças.

Palavras-chave

Concepções; famílias; crianças; análise do comportamento.

Abstract

Tavares, Ilana Camurça Landim; Borsa, Juliane Callegaro (Advisor). **Conceptions of families for children: contributions of behavior analysis.** Rio de Janeiro, 2018. 142p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The family configurations are in the process of diversification, so that the traditional family model, formed by man and woman united in matrimony, is not the only one to be legitimized by society. These various family arrangements can result in different conceptions about the family. Considering these changes, this study had as general objective to investigate the conceptions of families for children, considering their graphic productions and verbal reports from the theoretical perspective of behavioral analysis. A study has a total of 108 children aged five to 12 years ($M= 8.58$, $SD= 1.54$), living in the city of Rio de Janeiro (RJ), 51 girls (47.2%) and 57 boys (52.8%) and their respective managers (71.3% women, M age= 36.9, $SD= 7.31$). The children were asked to draw a family and required clarifications about the drawing, which were noted on a record sheet. In the end, the child was asked what a family was for her. Content was stored in both text and audio format. In addition, respondents were asked to complete a sociodemographic questionnaire containing information about the child's family. To analyze the data of the registration form and the sociodemographic questionnaire, descriptive analyzes and the chi-square test were performed. Regarding the verbal reports of the child, a lexical analysis was carried out, proposed by the IRaMuTeQ program and a content analysis based on Bardin. The results indicated that the children portrayed the traditional family stereotype, consisting of father, mother and children, in their drawings (67.6%, $n = 73$) and reports. On the other hand, it was verified that the children understand the family from the affective dimension, and not only associated to the common spaces of coexistence and dwelling. This study proposed new empirical and theoretical perspectives for the evaluation of family design and verbal reporting. He also suggested the need to better understand how the various family arrangements are presented by children.

Keywords

Conceptions; families; children; behavior analysis

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA TESE	16
1.1. Introdução	16
1.2. Justificativa	17
1.3. Objetivos	18
1.4. Estrutura da Tese	18
2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE FAMÍLIAS E OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS	20
2.1. Definições de famílias	20
2.2. Famílias europeias	23
2.3. A perspectiva histórica das famílias brasileiras	26
2.4. Famílias brasileiras na contemporaneidade	31
3. CONCEPÇÕES DE FAMÍLIAS PARA A PSICOLOGIA	35
3.1. Enfoque psicológico sobre famílias	35
3.2. Análise do Comportamento e a família como agência de controle	39
3.3. Família e desenvolvimento infantil segundo a análise do comportamento	43
3.4. Contingências, metacontingências e macrocontingências familiares	45
4. A APLICAÇÃO DA TÉCNICA DO DESENHO COM CRIANÇAS	49
4.1. Desenho como ferramenta de comunicação infantil	49
4.2. Análise do comportamento e o comportamento de desenhar	50
4.3. O desenho da família: uma breve revisão histórica	55
4.4. Desenho da família sob a perspectiva analítico-comportamental	60
5. MÉTODO	64
5.1. Delineamento	64
5.2. Caracterização da amostra	64
5.3. Instrumentos	67
5.4. Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados	68
5.5. Procedimentos de Análise de Dados	70

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
6.1. Representação gráfica da família	73
6.2. Relato de crianças sobre famílias	91
6.2.1. Análise lexical	91
6.2.2. Análise de conteúdo	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	130

Lista de figuras

Figura 1. Estrutura da Tese	19
Figura 2. Constituição de famílias no Brasil	33
Figura 3. Desenho de uma família de porcos	54
Figura 4. Bruno, 10 anos, família formada por casal com filhos e parentes	74
Figura 5. Érica, 8 anos, família estendida com animais domésticos.	75
Figura 6. Jonas, 9 anos, família formada por casal com filhos	75
Figura 7. Alessandra, 8 anos, família reconstituída	76
Figura 8. Virgínia, 8 anos, família homoafetiva feminina	77
Figura 9. Fernanda, 10 anos, família monoparental feminina	79
Figura 10. Raquel, 8 anos, família monoparental feminina.	80
Figura 11. Alisson, 7 anos, família formada por casal e filhos com parentes	81
Figura 12. Davi, 10 anos, família formada por casal com filhos	83
Figura 13. Catarina, 10 anos, família formada por casal com filhos	84
Figura 14. Jean, 10 anos, família formada por casal com filhos	84
Figura 15. Ian, 10 anos, família monoparental feminina	86
Figura 16. Amanda, 9 anos, família monoparental feminina	86
Figura 17. Renata, 8 anos, família formada por casal com filhos	87
Figura 18. Luiz, 9 anos, família monoparental masculina	89
Figura 19. Andréa, 9 anos, família de casal com filhos	90
Figura 20. <i>Corpus</i> textual com linhas de comando referentes às respostas e variáveis categóricas	93
Figura 21. Nuvem de palavras	94
Figura 22. Análise de similitude	95

Lista de tabelas

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos genitores	65
Tabela 2. Dados sociodemográficos da amostra	66
Tabela 3. Modelos de famílias no Desenho da Família	73
Tabela 4. Comportamentos Individuais no Desenho da Família	88
Tabela 5. Sentimentos da família e seus membros no Desenho da Família	89
Tabela 6. Família como provedora de cuidados básicos	101
Tabela 7. Família como provedora de materiais e/ou bens de consumo	102

“O pior é que ainda tem gente que acredita na receita da família perfeita. Tudo ilusão. Não existe Família à Oswaldo Aranha, Família à Rossini, Família à Belle Meunière ou Família ao Molho Pardo – em que o sangue é fundamental para o preparo da iguaria. Família é afinidade, é à Moda da Casa. E cada casa gosta de preparar a família do seu jeito” (Francisco Azevedo em “O arroz de palma”, 2014, p. 12)

1. APRESENTAÇÃO DA TESE

1.1. Introdução

O construto família é definido em latim como *famulus*, representando a figura de alguém que é servidor ou criado e como sinônimo de *gens* ou conjunto de pessoas submetidas ao poder do casamento (Prado, 2017). Inicialmente, um casal era definido por dois indivíduos de sexos opostos em união legitimada pelo casamento. Os dois objetivavam constituir uma família, composta por pais e filhos gerados dentro do casamento sob “governo” e autoridade da figura masculina (Ariès, 1981).

A figura governante do homem entrou em declínio mediante modificações sociais, como a inserção da mulher no ambiente de trabalho, o aumento da escolarização, a diminuição nas taxas de fecundidade e o surgimento de movimentos feminista. Houve um enaltecimento de ambos os genitores como responsáveis pela educação de crianças (IBGE, 2010; Silva, 2014). Tais modificações permitiram que a definição de família, em termos jurídicos, fosse revista. A Constituição de 1988 e o Novo Código Civil em 2003 admitiram que mulheres deveriam ter os mesmos direitos civis que homens, assim como os filhos originados fora do casamento passaram a ter os respectivos direitos reconhecidos tal como os filhos gerados dentro do casamento. A família, nesse sentido, tornou-se legítima não apenas em decorrência de um casamento civil, mas por meio de união estável e da monoparentalidade (Dias, 2017). Nessa perspectiva, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) considera que a família não é formada somente por laços de parentesco, mas por dependência doméstica ou normas de convivência em um único domicílio ou por somente um indivíduo residindo em uma moradia (IBGE, 2014).

Estudiosos da área de família entendem o construto em questão como um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas associadas às modificações sociais (Minuchin, 1982; Nichols & Minuchin, 1999). Em consonância, a compreensão analítico-comportamental, abordagem de escolha no presente estudo, entende que a família se organiza mediante os acontecimentos históricos dentro de um contexto social amplo, o qual envolve a dimensão política, econômica, religiosa, educacional, entre outras (Mattaini, 1999; Skinner,

1953/1985/2003). Entende-se, por isso, que as modificações do conceito de família vão além dos parâmetros jurídicos, pois afetam, principalmente, a construção pessoal do indivíduo.

1.2. Justificativa

As configurações familiares foram se diversificando nas últimas décadas. No último censo demográfico (IBGE, 2010), estão representados como modelos de família brasileira mais frequentes a monoparental feminina com filhos e parentes (53,5%), casal com filhos (23,9%) e casal sem filhos (20,2%). Dentre a porcentagem de casal com filhos, há estimativa de que 16,3% correspondam às famílias reconstituídas ou recasadas, com a presença de filhos de um responsável, do cônjuge ou da combinação entre ambos (IBGE, 2010). Não há, por isso, uma conceituação de família no singular, conforme o modelo inicial, mas diversas modalidades de família coexistindo. Por outro lado, ainda há resquícios de uma sociedade aos moldes anteriores, incluindo a permanência, por parte da concepção de família tradicional (casal heteroafetivo com filhos unidos pelo matrimônio) (Del Priore, 2016).

Uma vez que a consanguinidade e a coabitação não são mais os únicos fatores que representam uma família para os pesquisadores da área de família (Wagner & Féres-Carneiro, 2000), torna-se relevante conduzir estudos que favoreçam o conhecimento dos fatores que a representam. A forma como a família é percebida por membros da família pode, principalmente, influenciar a atuação do profissional e pesquisador que intervém em grupos familiares (Naves & Vasconcelos, 2008).

Especificamente em relação às crianças, a maneira como estas interpretam e se relacionam com a família, pode influenciar no desenvolvimento (Bijou, 1989; Rigg & Pryor, 2007). Isso porque a família exerce um papel relevante nos processos de individualização na medida em que interage com a criança e demonstra possibilidades de como a criança pode interagir ou se comportar em relação ao ambiente (Catania, 1999).

Do mesmo modo, no contexto nacional, há um entendimento limitado sobre como as crianças brasileiras estão compreendendo tais configurações familiares, considerando que poucas pesquisas acadêmicas, no Brasil, foram

realizadas com a participação das mesmas (*e.g.*, Arias, 2008; Machado, 2009; Melo, 2011), principalmente no que concerne à abordagem analítico-comportamental. Uma das justificativas para a minimização de pesquisas com crianças tem relação com a limitação no uso de recursos verbais com crianças quando comparada aos adultos (Wechsler & Schelini, 2002). Por esse motivo, o uso de recursos lúdicos e não verbais, como as técnicas de desenho, podem configurar-se como recursos úteis para compreender como as crianças se comportam (pensam e sentem) em relação aos mais diversos conteúdos.

1.3. Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as concepções de famílias para crianças, considerando suas produções gráficas e relatos verbais sob a perspectiva teórica da análise do comportamento. Especificamente em relação ao desenho, pretende-se investigar de que maneira as crianças da amostra representam concepções de famílias por meio das seguintes categorias: composição familiar, configuração do espaço geográfico, nível de conteúdo e dinâmica interacional da família. Além disso, pretende-se analisar as concepções de famílias por meio do relato verbal das crianças sobre o que é uma família.

1.4. Estrutura da Tese

O presente estudo de tese foi organizado em formato de capítulos. As concepções teóricas serão apresentadas, inicialmente, a fim de apresentar o construto investigado e o percurso metodológico empregado. Em um primeiro momento, serão apresentadas as compreensões teóricas de famílias e os aspectos psicossociais (capítulo 2). Esse capítulo terá como objetivo definir as concepções teóricas, incluindo um passeio histórico na linha do tempo da constituição de famílias europeias e brasileiras.

No capítulo seguinte, ainda com o objetivo de ampliar as concepções sobre famílias, serão abordadas compreensões de famílias para a psicologia, focando em como as mesmas podem ser definidas pela análise do comportamento. Para tanto, o(a) leitor(a) irá apreender a definição do construto família para a análise do comportamento por meio de conceitos centrais da área: agência de controle, contingências, metacontingências e macrocontingências.

O quarto capítulo irá discorrer sobre o desenho infantil e o desenho da família como estratégias para comunicação de crianças. Nesse capítulo será apresentado, ainda, o desenho em uma perspectiva analítico-comportamental.

O quinto capítulo irá demonstrar o método deste estudo. Para isso, serão explorados o delineamento da pesquisa, a caracterização da amostra, os procedimentos éticos e de coleta de dados e, por fim, os procedimentos de análises de dados. Espera-se que, ao final desse capítulo, o(a) leitor(a) possa ter um conhecimento dos passos traçados pela pesquisadora na construção do produto final desse estudo.

Por fim, o sexto capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa e discussões obtidas por meio destes. Pretende-se apresentar, inicialmente, os resultados e a discussão dos dados obtidos por meio do desenho da família. Em seguida, serão apresentados os resultados da análise lexical e de conteúdo obtidas por meio dos relatos das crianças sobre o que compreendem como famílias. Por fim, no sétimo capítulo serão apresentadas considerações sobre os principais achados gerais da pesquisa, incluindo os desenhos e relatos, limitações e sugestões de estudos futuros.

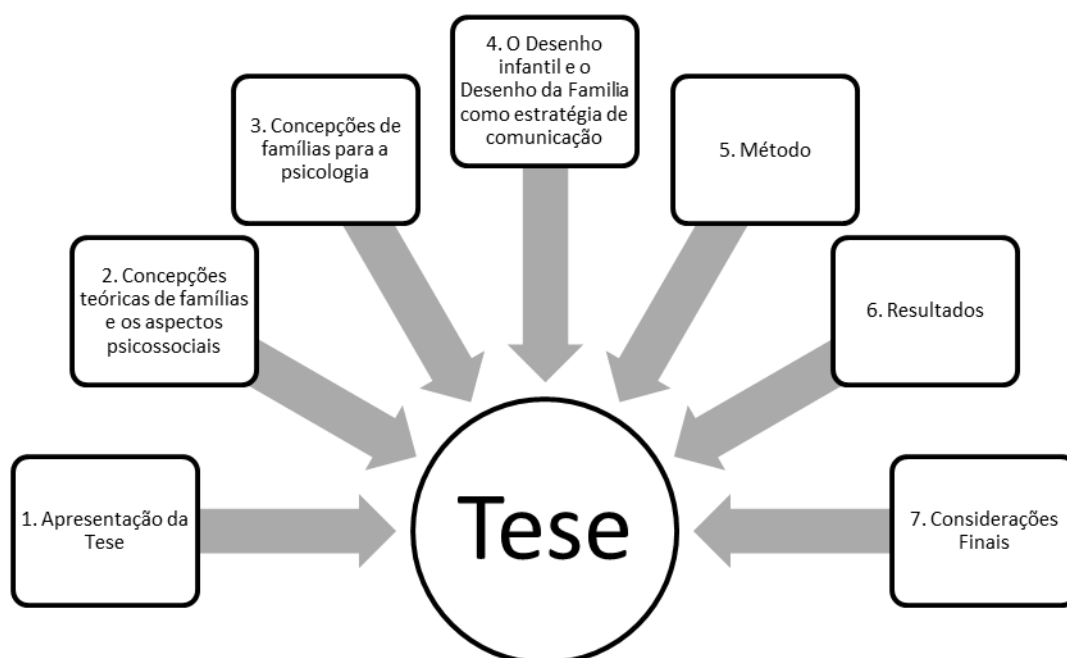


Figura 1. Estrutura da Tese

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE FAMÍLIAS E OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

2.1. Definições de famílias

A palavra família foi utilizada pela primeira vez na Roma Antiga. Designava indivíduos servos e/ou escravos submetidos ao poder de um indivíduo dominador (Prado, 2017). Atendendo às mudanças da organização da vida em sociedade, a família foi posteriormente associada ao conjunto de indivíduos (filhos e mãe) submetidos ao poder econômico e hierárquico de um homem, no caso, o pai. Esse poder era estabelecido por meio do casamento civil e/ou religioso (marido e mulher) e consanguinidade (pais e filhos) (Del Priore, 2016). Entende-se, por isso, que independentemente do período histórico a palavra família foi por muito tempo associada a indivíduos subordinados a alguém do gênero masculino.

O antropólogo francês Levi-Strauss, em consonância com a concepção anterior, afirma que a família passou a existir por meio da união do casamento entre um homem e uma mulher. O ‘casamento’ era considerado um contrato, responsável por dar origem a filhos e cônjuges que iriam conviver no mesmo espaço, formando uma família. Ela é mantida por meio de vínculos jurídicos, econômicos e religiosos. Há, de um lado, limites (filhos impedidos de casar com seus pais e irmãos) e, de outro, sentimentos de amor, proteção e respeito (Borsa & Nunes, 2011). Nesse sentido, a maior contribuição antropológica para a noção de família é o estudo do parentesco. Para a antropologia, a regulamentação das relações é marcada pelas noções de parentesco desde as sociedades tribais. Tem-se como parentesco a relação pautada na descendência (pai e filho, mãe e filho), na consanguinidade (entre irmãos) e na afinidade (dada pela via do casamento). A família aparece como o grupo social concreto, enquanto o parentesco é a estrutura formal, abstrata, capaz de direcionar como a família deve se organizar (Vasconcelos & Santos, 2017).

Concepções filosóficas como a de Aristóteles também afirmam, em um sentido amplo, que a família deveria ser definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si por meio do casamento e filiação. A definição de família contempla a descendência quanto aos *genes*, linhagem, lar, entre outros.

Aristóteles considera a família como uma comunidade, servindo de base para a *polis* ou cidade. Trata-se de uma estrutura hierarquizada, firmada no domínio patriarcal. O filósofo categoriza três tipos de relação: 1) o senhor e o escravo, 2) o marido e a esposa, 3) pai e filhos. Nesse sentido, a sociedade é composta por comunidades (famílias) e, se caso viessem a ter fim, a cidade viveria em um estado de anarquia (Ramos, 2015; Roudinesco, 2003).

No que concerne ao âmbito jurídico, a família não apenas passou a constituir um tema de interesse de estudos, como possui uma área designada para discuti-la: o Direito de Família. A área é amparada em um conjunto de normas jurídicas, capazes de regular as relações entre pessoas que se unem por meio não somente do casamento e parentesco, mas pela união estável e de convivência (Tartuce, 2017; Yagodnik & Marques, 2014). Dentre os princípios constitucionais que definem a família estão o da (1) dignidade da pessoa humana, o da (2) solidariedade familiar e o da (3) pluralidade das entidades familiares (BRASIL, 1988; Dias, 2010). O primeiro princípio infere que todas as pessoas têm o direito de existir, desenvolver-se plenamente e a realizar as próprias escolhas sem interferência de outros membros da família quando maiores de idade. O princípio da solidariedade familiar diz respeito aos deveres dos genitores de mútua assistência, sustento e educação dos filhos, entre outros. Da mesma forma, na velhice, enfermidade ou carência, os pais devem ser amparados por seus filhos maiores de idade. O princípio da pluralidade garante que qualquer modalidade familiar (*e.g.*, reconstituídas, monoparentais, homoafetivas) tem assegurada sua qualificação e proteção do Estado (Tartuce, 2017; Yagodnik & Marques, 2014).

A família é o primeiro grupo social de qualquer indivíduo e sua composição variou ao longo do tempo quanto à sua estrutura (modalidades de família), autoridade dos genitores e formas de casamento (Dias, 2017; Wagner, 2011). Em termos jurídicos existem as famílias (1) matrimoniais, (2) informais, (3) monoparentais, (4) homoafetivas e (5) socioafetivas. A (1) família matrimonial é pautada na união pelo casamento civil (Dias, 2017). Esse último deve ser realizado publicamente desde que não haja impedimentos (*e.g.*, ter contraído outro casamento civil no mesmo momento). A (2) família informal é constituída por uma união estável. Essa, diferentemente da anterior, não precisa de contrato, prazo e/ou formalidades. Objetiva que um cônjuge possa assistir às necessidades do

outro e vice-versa, uma vez que com a união estável é possível tornar o(a) companheiro(a) dependente em plano de saúde, recorrer à herança, entre outros. A (3) família monoparental é caracterizada por um dos genitores vivendo com seus filhos na mesma residência, podendo ser feminina (mãe e filhos) ou masculina (pai e filhos). A (4) família homoafetiva é representada por indivíduos do mesmo gênero em união amorosa. Em 2011, ela foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como entidade familiar detentora de todos os direitos e deveres que provém da união estável entre homem e mulher. Ainda não há legislação para a (4) família socioafetiva, sem vinculação biológica, mas pautada no elemento afeto, como a que abrange relações que não incluem consanguinidade (Silva, 2014).

A percepção da sociedade advém da leitura de grupos sociais, como as famílias em uma perspectiva sociológica. Busca-se, primordialmente, compreender como os ambientes coletivos na sociedade são organizados (Singly, 2007). Partindo do pressuposto de que todos os indivíduos nascem inseridos em determinado ambiente, a família também se torna tema de interesse. A família é definida por meio das seguintes abordagens: (1) institucional, (2) estrutural-formalista, (3) marxista e (4) interacionista. A abordagem (1) institucional considera que a família influencia no funcionamento de outras instituições sociais e políticas, justamente por ser também considerada uma instituição de grande peso na constituição do indivíduo. Na perspectiva (2) estrutural-formalista, a organização da família é definida por indivíduos ocupando papéis específicos para que ela continue em funcionamento. Dessa maneira, indivíduos convivendo no mesmo ambiente devem realizar funções particulares. Cada uma dessas funções pode ser considerada de igual importância para a organização e manutenção da estrutura familiar. A abordagem (3) marxista considera que a família é produto histórico do sistema de solidariedade e divisão do trabalho. Os ideais de Marx e Engels foram importantes para quebrar a estrutura familiar patriarcal. Isso porque consideravam que a família ajudava a propagar a transmissão de propriedade privada (mulher e filhos escravos do marido), alvo de combate marxista. Já a abordagem (4) interacionista tem uma visão microsociológica, concebendo a família por meio de relações que existem entre os membros da mesma, explorando díades, tríades e microgrupos familiares (Singly, 2007).

Uma das concepções difundidas sociologicamente diz respeito à socialização primária e secundária (Berger & Luckmann, 2012). A socialização primária acontece na infância. O indivíduo adquire noções de papéis, valores, moralidade e comportamentos. A família é a grande responsável por esse processo, afinal, o indivíduo nasce dentro dela e é orientado por ela quanto às noções sobre quem é, o que fazer e o que valorizar. A socialização primária é importante para que o indivíduo desenvolva sua identidade social. Em seguida, o indivíduo é submetido a outras instituições e convivência com outros grupos sociais. Tem-se essa modalidade de interação como socialização secundária. Para cada um dos novos grupos em que está inserido, o indivíduo irá descobrir linguagens e regras. O grupo se mantém devido aos indivíduos se comportarem em consonância com as mesmas. Entretanto, um dos fatores que corrobora para que o processo seja bem sucedido é ter contado com a preparação de uma boa socialização primária (Berger & Luckmann, 2012).

Por fim, a concepção de família, para a religião católica, instituição religiosa com maior quantidade de adeptos no Brasil (IBGE, 2010), é pautada nos ensinamentos bíblicos de que o homem deverá deixar pai e mãe para unir-se à mulher, tornando-se uma só carne (ver Gênesis, 2:24). Porém, essa união será legitimada apenas por meio de um ‘sacramento’ denominado matrimônio. O casamento é considerado ‘sagrado’, de maneira que uma vez realizado não poderá ser dissolvido. Em caso de desistência da vida a dois, o homem e a mulher viverão como adúlteros perante a Igreja caso optem por um novo relacionamento, além de permanecerem impossibilitados de contrair novos casamentos religiosos. Os filhos, por sua vez, são vistos como fruto da união do casamento. A família detém o estado de ‘sagrada’, pois deve ser comparada à “Sagrada Família”, formada por José (esposo), Maria (esposa) e Jesus Cristo (filho). Essa constituição familiar é empregada como o modelo de família a ser vivido por todos os adeptos à religião (Leandro, 2006).

2.2. Famílias europeias

O marco que inaugura uma família na sociedade europeia é o casamento e data do período medieval. Um homem, uma mulher e seus respectivos filhos são denominados como família. Além disso, trata-se de uma família patriarcal, em que

o pai detém a responsabilidade do sustento e, em troca, a esposa e filhos o obedecem (Passos, 2015). Além disso, as famílias europeias têm sua constituição marcada pelo espaço distinto em que os filhos (crianças) ocuparam na sociedade medieval e moderna (Ariès, 1981; Biasoli-Alves, 1997; Jacinto et al., 2017; Roudinesco, 2003; Oliveira, 2009). Tais famílias estavam organizadas com objetivo de atender ao que se esperava em relação às práticas de cuidado e educação em cada uma das sociedades (Jacinto et al., 2017; Oliveira, 2009).

Na sociedade medieval, as crianças eram afastadas do convívio familiar e enviadas à casa de adultos, sem vínculo de parentesco. Acreditava-se que indivíduos externos poderiam se ocupar com mais afinco da tarefa de educação doméstica de crianças. Objetivava-se ensinar noções de civilidade e servidão às crianças, ou seja, elas deveriam preparar-se para melhor servir aos genitores. Essas noções eram fortalecidas por se tratar de uma sociedade hierarquizada, em que tanto o clero, guerreiros e camponeses organizavam-se para melhor servir aos donos, senhores de terras e chefes de famílias (Oliveira, 2009). Não havia espaço para o questionamento de que o ensino e a execução dessas tarefas poderiam ser atribuídos aos responsáveis legais da criança. A modalidade de aprendizado era voltada exclusivamente para o serviço doméstico, pois esse era considerado vital para a sobrevivência na sociedade com moldes medievais. Acreditava-se que aprender dignificava as crianças na medida em que se revestiam de valores, conhecimentos e experiências enaltecidos (Ariès, 1981; Jacinto et al., 2017).

Ariès (1981) afirmou que na sociedade ocidental e medieval “a família era uma realidade moral e social mais do que sentimental” (p.231). Afinal, não havia espaço para a convivência familiar nem um enaltecimento do papel de crianças e das funções maternas e paternas para além de “domesticar” indivíduos na realização de serviços voltados para o lar e seus senhores. Entretanto, o envio à casa de terceiros foi abandonado quando a sociedade informou que o conhecimento doméstico não era mais o único a ser requisitado. Isso porque a sociedade enfrentou um processo de modificação ao expandir a comercialização e atividade mercantil, ao obter melhoria na produtividade, um crescimento de cidades, surgimento do trabalho assalariado, entre outros (Neto & Tasinafo, 2016). Essa nova organização social exigia que as pessoas se preparassem para mantê-la em funcionamento e ascensão. Para isso, o conhecimento teórico era imprescindível e poderia ser obtido por meio da educação. Ir à escola era

exclusividade de padres e clérigos antes disso. Nesse momento, as crianças ocuparam cadeiras em escolas, principalmente os meninos, uma vez que parte de meninas continuaram a ser educadas em casa ou em pequenas escolas para fins domésticos.

Apesar de tais modificações, a evolução da família medieval para a família moderna permaneceu limitada aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos até o século XVII (Ariès, 1981). Além de as meninas ainda serem educadas para a servidão e costumes, as famílias de camponeses enviavam filhos para empregos, sejam em fábricas ou indústrias caseiras, e não para educação. Isso era justificado pela necessidade de mais membros colaborarem para a manutenção econômica da família (Fonseca, 1989). O procedimento foi interrompido apenas quando mudanças políticas e econômicas aconteceram (*e.g.*, desdobramentos do capitalismo, expansão do assalariado), proporcionando acesso aos bens materiais às classes mais desfavorecidas. A ida à escola representava, sobretudo, uma opção que propiciava a aquisição de hábitos contrários à ‘vagabundagem’. A educação tinha como alvo o ensino sobre práticas morais, disciplina, docilidade, deveres sociais e religiosos (Fonseca, 1989). Em decorrência, práticas como a de viver em casas próprias em lugar de morar com empregadores, surgimento de famílias agrícolas mais numerosas, casamento tardio tornaram-se comuns a vários segmentos econômicos da sociedade, e não apenas práticas situacionais restritas à aristocracia e burguesia (Ariès, 1981).

A transformação acontecia em casa quando os pais e/ou cuidadores também deveriam ocupar-se da educação de crianças, desde a escolha do colégio, supervisão de estudos ao maior tempo na interação e emprego de cuidados básicos infantis (*e.g.*, higiênicos, alimentação, zelo por saúde). Esse investimento pessoal dos genitores colaborou para o surgimento de uma relação marcada por “um sentimento existencial entre pais e filhos” (Ariès, 1981, p. 231). Quanto mais eram ofertados os cuidados à criança por parte de adultos, maior era a sensação de intimidade doméstica e pertencimento ao lar e à família.

A frequência em ambientes sociais, como praças, conveniências e festas, foi diminuída em razão do surgimento de novos papéis familiares de cuidados infantis absolutos por parte dos genitores. A vida privada, restrita à família, exigia e consumia o tempo e dedicação de adultos. Isso representou uma modificação de valores e conceituação de família, refletida em hábitos, comportamentos e

detalhes arquitetônicos da casa. Camas depositadas em qualquer espaço da casa passaram a ser recolhidas aos dormitórios, adultos buscaram a preservação da vida de bebês, diminuindo o número de casos de morte por asfixia quando resultado da falta de cuidado durante a dormida à noite, entre outros (Ariès, 1981). Entretanto, a transformação na estrutura familiar foi declarada, principalmente, pelo aumento de intimidade (como casal e pais) e crescimento da afeição entre pais e filhos (Jacinto et al., 2017; Oliveira, 2009).

2.3. A perspectiva histórica das famílias brasileiras

As primeiras referências de famílias brasileiras foram as indígenas. Os índios, primeiros habitantes no território brasileiro, já viviam em grupos sociais como famílias, com regras, crenças e valores particulares da cultura indígena. Dentre as características dessas famílias estão as relações de parentesco pouco rígidas (*e.g.*, um tio poderia se relacionar amorosamente com a sobrinha), o esbanjamento de nudez, a vida sexual permitida antes do matrimônio, os casamentos realizados sem cerimônia e facilmente desfeitos por vontade própria dos cônjuges (Raminelli, 2004). Entretanto, essas especificidades sofreram reajustes após a inserção de famílias europeias, mais particularmente a portuguesa, no território brasileiro (Samara, 2003).

A chegada dos portugueses deu início ao processo de colonização, o qual representou uma implantação do modelo de famílias e sociedade portuguesa no Brasil. Nesse momento, foram enraizados hábitos, crenças, religiosidade e comportamentos semelhantes ao da cultura portuguesa. Por outro lado, não foi oportunizado aos índios escolher livremente por incorporar características da cultura portuguesa em detrimento da manutenção de atributos da cultura indígena (Dias, 2017; Raminelli, 2004).

No início do processo de colonização, os donatários ou colonizadores vieram ao Brasil desacompanhados de suas famílias, inclusive de suas esposas. Independentemente do *status* civil de solteiros ou casados, houve uma crescente união de brancos portugueses com índias brasileiras. As últimas, quando permaneciam solteiras e davam à luz a recém-nascidos, muitas vezes os abandonavam por não resistirem às pressões sociais em relação à perda da honra feminina e às exigências de pureza da raça branca (Silva, 1998). Nascia uma nova

população, agora miscigenada. Com isso, uma nova perspectiva de família, influenciada pela união de duas culturas e raças: a branca (portuguesa) e a indígena.

Assim como no contexto europeu, a educação também influenciou na constituição de famílias brasileiras no século XIX. A educação, no início, era direito exclusivo de indivíduos do sexo masculino. Os meninos eram retirados de suas famílias e enviados a colégios de jesuítas para ler, escrever e seguir uma carreira eclesiástica. Havia um império de dominação religiosa, visando à conversão e obrigatoriedade no seguimento de todos os princípios católicos. Enquanto isso, as mulheres deveriam ter como objetivo a procriação. A condição para a procriação era um casamento com homens de boas condições econômicas. Nesse período, o matrimônio era considerado um contrato social, o qual prezava pela manutenção socioeconômica de origem, sujeito às normas e padrões específicos portugueses (Del Priore, 2016). Mesmo a parcela minoritária de mulheres contempladas com o direito de estudar, ler, escrever e contar não escapava da educação primordial voltada à cozinha e ao bordado. Os últimos aprendizados eram considerados suficientes para casarem e cuidarem de suas futuras casas e famílias (Botton, Cúnico, Barcinski, & Strey, 2015).

Teve início no Brasil a indissolubilidade do casamento, conforme era recomendado pela Igreja Católica. Não era dado aos índios o direito de romper com o casamento, mesmo que antes da chegada dos portugueses eles optassem, caso fosse da vontade dos cônjuges, pela anulação do mesmo sem obter qualquer prejuízo (Raminelli, 2004). No período colonial já havia uma distinção civil legitimada entre mulheres e homens. As mulheres poderiam ser submetidas à clausura quando o casamento entrava em crise ou desfecho. Em contrapartida, seus maridos poderiam seguir suas vidas livremente, decidindo-se pela bigamia, possível assassinato da esposa ou buscar, perante a Igreja, a anulação do casamento por responsabilidade exclusiva da esposa (Del Priore, 2016). Os portugueses deixaram como heranças aos brasileiros as características patriarcais e conservadoras no relacionamento entre membros da família, incluindo a noção de autoridade paterna em relação à esposa e filhos. Nesse sentido, a soberania do poder paterno serviu de solo para caracterizar os modelos familiares brasileiros (Silva, 2010; Verza, Sattler, & Strey, 2015).

A vida colonial, quando instituído o domínio patriarcal, a agricultura (principalmente cana-de-açúcar), o comércio de escravos e casamento de portugueses com índias permaneceram voltadas para o lar. As famílias residiam em uma casa-grande, a qual incluía a família extensa composta por núcleo central (filhos e netos), parentes (filhos ilegítimos, afilhados, amigos) e serviçais (negros). O sistema familiar continuava sob governo do pai e marido, enquanto a mulher permanecia sob tutela do mesmo, cuidando dos filhos e da casa. Havia, desde então, um incentivo à submissão da mulher ao marido. Esse, por sua vez, era visto como dominador (Botton et al., 2015; Del Priori, 2016; Verza, Sattler, & Strey, 2015).

A chegada dos negros representou não apenas um apoio na formação agrária brasileira, mas também um avanço na mineração de ferro no Brasil, na medida em que eles eram considerados mais competentes como serviçais em relação aos índios. Assim como a Bahia, o Rio de Janeiro, estado em que está situada a presente pesquisa, recebeu grande quantidade de famílias africanas em razão da exploração das plantações de café no Vale do Paraíba Fluminense. A raça negra compôs, então, a terceira raça brasileira (branca, índia e negra). Entretanto, segundo Freyre (2012), originalmente publicado em 1933, permanecia sendo vista com inferioridade na medida em que eram considerados biologicamente incapazes de aprendizado (*e.g.*, o peso e capacidade do cérebro de negros era considerado menor em relação aos indivíduos brancos). A heterogeneidade cultural e a pluralidade religiosa foram impedidas de serem manifestadas e a liberdade dos negros foi concedida ao tutor português (Samara, 2003; Scott et al., 2014). Existia, por parte da família europeia e branca, preferência por homens negros em idade apta ao trabalho e que manifestassem força braçal em detrimento de mulheres e crianças negras. Essas mulheres, além dos cuidados da casa, principalmente quando colonos não tinham ao seu lado mulheres brancas, foram associadas ao comércio sexual realizado por indivíduos da raça branca (Freyre, 2012).

O relacionamento sexual entre brancos e negros foi responsável pela miscigenação de raças, representando o surgimento da raça parda (mistura da raça branca com negra) no território brasileiro (Scott et al., 2014). O Rio de Janeiro continua, atualmente, o estado com maior percentual de negros autodeclarados depois da Bahia, totalizando respectivamente 12,4% e 17,1%, conforme o último

Censo Demográfico (IBGE, 2010). A razão da quantidade tem origem histórica, uma vez que foram os estados que mais receberam negros e ofereceram ambientes que sediaram relacionamentos e miscigenação entre raças.

Foi dito que na sociedade europeia nem sempre a criança foi foco de interesse da família. No contexto brasileiro aconteceu da mesma forma. As mulheres negras eram responsáveis pelos cuidados básicos de filhos de brancos, inclusive amamentando (as amas-de-leite, conforme costume herdado de Portugal, pois mães ricas não amamentavam e confiavam a prática às escravas ou saloias), ninando, ensinando a falar e a rezar. Em decorrência de tamanha proximidade e intimidade, é enfatizado que havia por parte dos filhos de colonos um enaltecimento e reconhecimento da mulher negra ou mãe-negra/mãe-preta (Freyre, 2012):

Mas o ponto que pretendemos destacar não é o dessas fundas afeições, quase de mãe e filho, que no tempo da escravidão se formaram entre amas-de-leite e nhonhês brancos; mas retificar a ideia de que através da ama-de-leite o menino da casa-grande só fizesse receber da senzala influencias ruins; absorvendo com o primeiro alimento os germes de todas as doenças e superstições africanas. Os germes de doenças, recebeu-os muitas vezes; e outras os transmitiu; mas recebeu também nos afagos da mucama a revelação de uma bondade porventura maior que a dos brancos; de uma ternura como não a conhecem igual os europeus; o contágio de um misticismo quente, voluptuoso, de que se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade dos brasileiros (p. 437-438).

Na família colonial era dada prioridade ao cuidado do colono e da casa em detrimento ao cuidado da criança. Além de serem incumbidas aos cuidados dos infantes, os brancos requeriam as negras para satisfazer o apetite sexual, gerar maior número de crias e mão de obra para a colônia. Apesar da culpa recair sob os escravos, o sexo sem proteção foi porta de entrada para doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. A doença foi responsável por abortos e morte de crianças, de maneira que o Brasil passou a ser reconhecido como a “terra da sífilis por excelência” (Freyre, 2012, p. 402).

O Brasil foi um dos primeiros países a conhecer a escravidão e um dos últimos a deixá-la, durando cerca de três séculos. O desfecho da escravidão ocorreu com a Proclamação da República. No período republicano foram instaladas modernizações, projetos de urbanização no Rio de Janeiro e tomado os

primeiros passos rumo à industrialização (Freyre, 2012). Tal contexto foi fortemente influenciado pela Revolução Francesa e pelo positivismo. Esses movimentos foram marcados, respectivamente, por ideais de igualdade, liberdade e fraternidade e pela ênfase no conhecimento humano em oposição às concepções metafísicas e/ou teológicas. Além disso, havia a explosão da *Belle-epoque* francesa, período em que foi instituído o divórcio, o reconhecimento da educação e do conhecimento intelectual na Europa. Houve também um aumento na liberdade da escolha pela vida sexual com a diminuição do poder religioso. Todas as novas vertentes foram capazes de impulsionar a organização da sociedade e da família moderna, inclusive as famílias que eram constituídas em território brasileiro (Dias, 2017).

Com a busca do conhecimento, houve interesse por parte de indivíduos de obtê-lo em prol da manutenção da saúde. As doenças foram aumentando em número conforme o país se modernizava com a industrialização, comércio internacional e com a ampliação do espaço urbano. Em razão dessa abertura nos portos, interessou aos republicanos um maior controle de proteção à saúde. Investigou-se a saúde dos imigrantes, o saneamento da cidade, a situação de portos, a higiene infantil, os costumes e hábitos de indivíduos. O movimento com a finalidade de refletir sobre âmbito urbanístico e social para proteger a saúde dos desdobramentos do mesmo ficou conhecido como higienista. Esse trabalho de organização da cidade foi responsável por transformar hospitais em lugares curativos, condenando formas alternativas de práticas de medicina, modelo de transformação da prisão e escola, criação de hospícios. O objetivo era controlar e erradicar doenças, proteger higienicamente a sociedade com a utilização de práticas de promoção de saúde e prevenção de doença (Costa, 1999).

A criança se tornou o principal alvo do movimento higienista dentro da família. Não havia uma preocupação apenas com a saúde física, na medida em que recomendavam um acompanhamento integral da criança, incluindo as questões psíquicas durante toda a infância (Costa, 1999). Os novos padrões de funcionamento de uma família moderna contemplavam a necessidade do estabelecimento de novos papéis para os indivíduos, incluindo minorias de mulheres e negros. As mulheres, em ocasião de uma sociedade com ênfase no conhecimento humano e cuidados às crianças obrigatoriamente foram à escola, aprenderam a ler e escrever. O argumento era de que, assim, poderiam melhor

cuidar de seus filhos e fornecer suporte ao homem. Os negros, outro tipo de minoria, também passaram a ir para a escola, porém, com o objetivo de serem controlados, representando menos riscos para a segurança de homens brancos (Freyre, 2006). Surgia, nesse momento, o início de famílias com novos objetivos (*e.g.*, proteger suas crianças) e papéis (*e.g.*, minorias buscando reconhecimento) que buscavam a legitimação jurídica em forma de códigos, leis e resoluções capazes de protegê-la como instituição.

2.4. Famílias brasileiras na contemporaneidade

Ainda que o Brasil tenha abandonado o posto de colônia para república, os resquícios da família colonial quanto à organização familiar e ausência de direitos dos membros da família persistiram no Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916). O casamento permaneceu indissolúvel, o homem gozava posição de destaque, filhos fora do casamento, concebidos, adotados e/ou criados por mães solteiras sofriam rejeição por parte da sociedade e sequer possuíam direitos estabelecidos (Dias, 2017). A família tinha apenas um caminho para existir, sendo esse o do matrimônio. Fora de um casamento, além de não existir o conceito de família, também não eram assegurados os direitos de um cidadão comum, principalmente de crianças e mulheres (Reis, 2010).

A ausência de reconhecimento, legitimação social e cívica de múltiplos papéis das mulheres, como o de mulher, profissional e mãe, incentivou que mulheres fossem à luta em prol de conquistas sociais. Foram levantadas bandeiras como a do feminismo, do uso de contraceptivos para impedir a gravidez e a favor da decisão por uma carreira que não se restringia à vida doméstica, mas poderia também estar voltada para a realização profissional (Botton et al., 2015). Uma nova sociedade exigiu atualizações de âmbito jurídico, representadas pelo surgimento de leis que garantiram à mulher o direito da propriedade de bens por meio do trabalho sem que fosse preciso autorização do homem para trabalhar, além de concederem o direito à herança e a recorrer à guarda de filhos (lei 4.121/1962, conhecida como o “Estatuto da Mulher Casada”) e a que tornou possível a dissolução de um casamento (lei 6.515/1977) (Tartuce, 2017).

O surgimento dessas leis preparou o terreno para que o conceito de família fosse alargado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Na nova

constituição a família passou a ser reconhecida por meio da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dentre os avanços registrados foi dada tutela à união estável e à família monoparental, de maneira que mesmo os filhos concebidos de maneira externa ao casamento, bem como os adotivos, tiveram seus direitos legitimados (Del Priore, 2016).

O Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) consolidou o cenário demonstrado na Constituição Federal de 1988. Uma vez que no código anterior (de 1916) a ênfase era dada ao homem como capaz de direitos e obrigações, o novo código abandonou a nomenclatura ‘homem’, substituindo por ‘pessoa’ (art. 1º), sem mencionar noções de gênero. Outras divergências quanto ao gênero sofreram revisão, inclusive, por meio de artigos que garantiram o compartilhamento do direito de pai e mãe ao poder familiar (art. 1631) e, em caso de necessidade, tanto o homem como a mulher poderiam vir a recorrer juridicamente (parágrafo único) (BRASIL, 2002). No código civil anterior, apenas o homem gozava do direito ao poder familiar e poderia recorrer à Justiça quando achasse por bem fazê-lo (BRASIL, 1916).

Além de famílias monoparentais, outros tipos de famílias, como as homoafetivas, tiveram seu reconhecimento civil. Em 2011 houve a certificação da união estável homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A partir desse momento, casais homoafetivos poderiam recorrer à pensão alimentícia, comunhão parcial de bens, herança, licença médica, inclusão de companheiro como dependente nos planos de saúde (STF, 2011; Tartuce, 2017). Alguns cartórios, mesmo diante da resolução, continuavam a se opor à obrigatoriedade de reconhecimento da união civil homoafetiva. Por isso, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a norma (nº 175/2013) que obrigou os cartórios a, de fato, realizarem casamentos civis de indivíduos do mesmo sexo. A nova resolução colocou fim aos obstáculos para que modalidades de famílias homoafetivas pudessem ter consentimento e amparo legal (Tartuce, 2017).

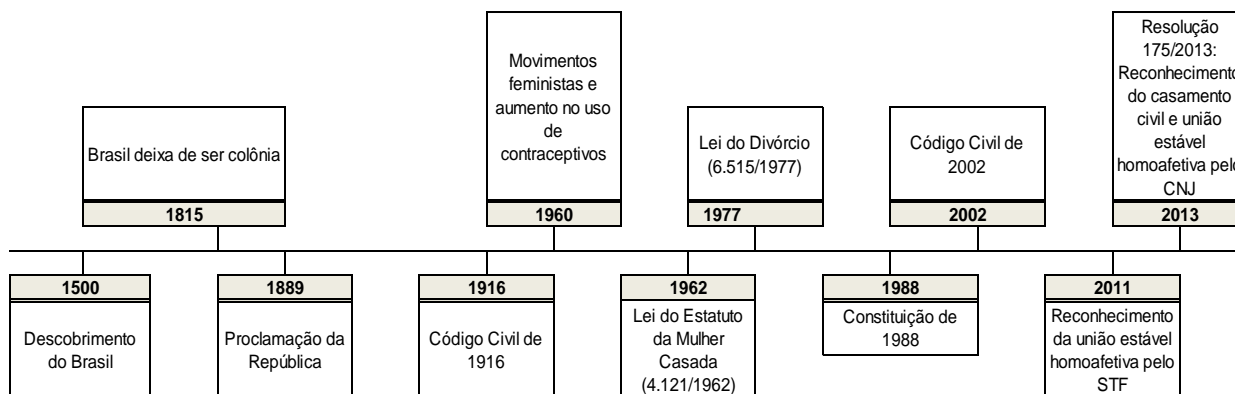


Figura 2. Constituição de famílias no Brasil

Conforme as modificações na sociedade foram acontecendo (Figura 2), modalidades de famílias foram validadas juridicamente, sejam as que enfatizavam mães vivendo somente com filhos, até as formadas por casais de pessoas do mesmo sexo (homoafetiva) (CNJ, 2017). Desde então, a noção de famílias no Brasil, em termos jurídicos e psicológicos, pauta-se não mais na instituição ‘casamento’ (de pessoas de sexos opostos) sob governo de um pai, mas no afeto entre os membros. Denomina-se família eudemonista (Tartuce, 2017). Tal concepção admitiu que os indivíduos estão unidos por laços de afeto, abandonando a perspectiva de família caracterizada exclusivamente por laços consanguíneos (Wagner & Féres-Carneiro, 2000).

Desde o momento em que passaram a ser vistos como indivíduos unidos por meio do afeto, e não por uma única configuração familiar cristalizada, os membros da família puderam buscar a emancipação e a conquista de espaços individuais, como a ocupação de papéis na política, economia, educação e mercado de trabalho (Dias, 2006; Dias, 2017; Staudt & Wagner, 2011). Dessa maneira, se antes a família era alvo de proteção civil, atualmente, constata-se uma proteção individual a cada membro e resguardo de seus respectivos direitos civis, conforme referido no Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002). Hoje, os indivíduos podem optar, inclusive, pela modalidade de família que desejar construir, como a monoparental feminina e masculina, homoafetiva, reconstituída, com filhos e sem filhos sem que tenham, por essa razão, qualquer um dos seus respectivos direitos suspensos (Staudt & Wagner, 2011). No entanto, apesar de múltiplas organizações de famílias, o modelo tradicional ainda aparece de maneira internalizada ou

naturalizada pela sociedade brasileira, seja pelo viés religioso imposto desde o período colonial ou por ser mais difundida a formação de um casal constituído por um homem e mulher (Jacinto et al., 2017; Oliveira, 2009).

Este capítulo cumpriu o objetivo de apresentar as concepções de famílias e os aspectos psicossociais, realizando uma reconstrução histórica. No próximo capítulo, serão exploradas as concepções sobre famílias para a psicologia, enfatizando a teoria da análise do comportamento.

3. CONCEPÇÕES DE FAMÍLIAS PARA A PSICOLOGIA

3.1. Enfoque psicológico sobre famílias

A palavra famílias é escrita no plural em razão de não se tratar de uma modalidade única de configuração (Staudt & Wagner, 2011). Do mesmo modo, são diversas modalidades de psicologias que discutem sobre famílias: psicanálise, humanismo, análise do comportamento, sistêmica e suas ramificações. Cada uma delas possui uma visão de homem e de mundo particular. A título de exemplo, a psicanálise considera o indivíduo partindo da análise do inconsciente (Freud, 2017), enquanto a análise do comportamento analisa funcionalmente os comportamentos e assim sucessivamente (Skinner, 2003). Cogita-se, por isso, que as famílias sejam compreendidas de maneiras distintas e particulares, dependendo da teoria subjacente.

A psicanálise surgiu em 1900, inaugurada pela obra de Freud “A interpretação dos sonhos”. Ela foi a primeira a oportunizar o homem a falar sobre si de maneira livre já que, por meio de uma catarse de palavras ditas, poderiam ser feitas associações. Além disso, Freud deixou claro que o indivíduo tinha sua constituição psíquica influenciada pelo que denominou como figura materna e paterna em 1905, na obra “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”. Assim, pode-se cogitar que teve início uma fala psicológica sobre famílias. A figura materna estava associada à função de cuidados básicos, enquanto a função paterna estava associada à questão das de normas e leis. Não necessariamente a função materna e paterna deve ser realizada, respectivamente, por uma mãe ou mulher e por um pai ou homem, podendo ser exercidas por diferentes pessoas que executem tais funções. Em uma tríade, o filho se aproxima da mãe, enamorado por ela inconscientemente, enquanto o pai tem a função de interromper o processo de encantamento. Isso também é denominado como Complexo de Édipo. Freud afirma que ninguém consegue escapar do mesmo (Freud, 2017).

Na obra Totem e Tabu, Freud (1913) apresentou uma tribo primitiva de aborígenes vivendo na Austrália. O sistema em que viviam era o totemismo, o qual não tinha a participação de nenhuma religião. A característica principal era a exogamia, ou seja, eram proibidas relações sexuais entre indivíduos do mesmo clã (incesto). Entretanto, para o autor, a tentativa de interromper o incesto tem relação

com o desejo por cometê-lo. Dessa maneira, há um retorno ao Complexo de Édipo, o qual, por definição, se trata de uma relação incestuosa. A interdição precisou ser instituída em prol da manutenção da vida em sociedade, uma vez que os desejos sexuais prejudicam a união do grupo familiar (*e.g.*, filho que deseja ocupar lugar do pai volta-se contra ele e a família) (Freud, 2017). Portanto, para a psicanálise, a concepção de família relaciona-se ao assassinato do pai pelo filho, à ambivalência entre amor e rivalidade e ao questionamento do patriarcalismo (Carvalho Filho, 2008, p. 119):

A família freudiana adota como sua base a culpa e a lei moral, fundamenta o desejo entre condições conflitantes da autoridade, rebeldia, universal, diferença, crime, castigo. Esta nova concepção de família, do início do século XX, será capaz de lidar não só com o declínio da autoridade paterna, mas também com a conseqüente emancipação da subjetividade, uma vez que tem como seu cerne o amor, o desejo e a sexualidade. Esta família afetiva implica, através do interdito do incesto, no reconhecimento do inconsciente, do desejo e da própria subjetividade.

Para o humanista e fundador da Terapia Centrada na Pessoa, Carl Rogers (1976), o casamento não é uma instituição ou estrutura. Trata-se de um *processo* de intimidade física, sexual, partilha de responsabilidades, que vem a dar origem ao que se entende como família. Ele considera que a família, assim como o indivíduo, tem algo denominado como “tendência atualizante”, visto como uma capacidade de se reorganizar em prol da mudança. Dessa maneira, sempre é possível melhorar e/ou reformular o ambiente familiar. Esse é um dos pressupostos principais para que o trabalho com famílias seja efetivo, segundo essa abordagem teórica.

Não há, na concepção humanista, uma definição exclusiva de família. Isso porque, para ela, a família atravessa etapas sem tempo definido e sem evolução linear. A família vivencia cada uma das etapas de seu desenvolvimento conforme sua constituição e organização particular (Ramos, 2015). Vale considerar que, na tentativa de uma concepção de família, necessita-se compreender que cada família está diante de um processo relacional específico a ser definido pelas interações entre eles realizadas no aqui e agora (Rogers, 1976).

A Escola Estrutural (Colapinto, 1991; Minuchin, 1982; Nichols & Minuchin, 1999), uma das escolas de terapia familiar na perspectiva sistêmica, é

considerada uma das precursoras na discussão de concepções psicológicas sobre famílias. Foi desenvolvida na metade do século XX por Salvador Minuchin. A nomenclatura ‘estruturalista’ tem justificativa na percepção de família com padrão de comportamentos, interações e expectativas específicas. Observa-se uma ‘estrutura’ particular de cada família. Abrange o indivíduo em seu contexto social, atravessado pelo desenrolar histórico. Para descrever a família, a abordagem inclui alguns conceitos como (1) configuração e (2) estruturação familiar, (3) sistema e subsistemas familiares, (4) papéis, (5) regras, (6) fronteiras, (7) coesão e (8) hierarquia.

Entende-se como (1) configuração familiar o conjunto de personagens ou indivíduos que compõem a família nuclear. Essa composição não tem a ver com a consanguinidade, mas com parentesco, coabitação e afinidade (Wagner, 2011). Por isso, pessoas que convivem e coabitam em um mesmo espaço podem ser consideradas uma configuração familiar.

De acordo com a abordagem estruturalista, o grupo familiar, para existir, deve estar submetido a determinadas regras de funcionamento, com padrões transacionais capazes de regular o funcionamento da família. O conjunto de tais normas pode ser conceitualmente definido como (2) estruturação familiar. Dentro dessa estrutura alguns componentes do grupo interagem e comunicam-se por meio de vínculos afetivos, consanguíneos e políticos, formando (3) sistemas e subsistemas. O conceito pode ser representado por reagrupamento de membros da configuração familiar em díades, tríades, entre outros. Nesse sentido, entende-se que há subsistemas formados por casais (subsistema conjugal), pai, mãe e filho (subsistema parental) e irmãos (subsistema fraterno) (Minuchin, 1982).

Dentro do sistema familiar cada membro será responsável por desempenhar funções ou (4) papéis específicos. No caso, uma irmã mais velha pode vir a assumir o papel materno na ausência da mãe, colaborando para que esse seja um dos papéis desempenhados pela mesma na família (Osório, 2002).

O funcionamento da família acontece por meio de (5) regras (*e.g.*, comparecer nos almoços aos domingos na casa da avó) e (6) fronteiras (barreiras que delimitam a interação entre indivíduos). As regras relacionam-se aos costumes obrigatórios ou normas da família, de maneira que, caso o membro familiar venha a descumpri-la, pode sofrer repreensão. As fronteiras podem ser nítidas quando cada membro do sistema tem funções claras, embora flexíveis.

Transitam entre as relações sem invadir ou interferir na dinâmica de outros. Essa modalidade de fronteira é considerada pelos estruturalistas como a mais importante precursora de saúde mental dos indivíduos participantes. São estabelecidos limites na relação, indicando como o indivíduo pode transitar e interagir sem invadir o espaço pertencente ao outro (Minuchin, 1982).

Famílias que não têm diferenciação clara entre membros e suas funções são consideradas emaranhadas, possuindo fronteiras difusas e frágeis. Podem sinalizar presença de comportamentos intrusivos entre os membros da família, uma vez que não há o estabelecimento de limites como em famílias com fronteiras nítidas. Em famílias desligadas ou desengajadas as fronteiras são vistas como rígidas, no sentido de que há distanciamento emocional entre os membros. Nessa modalidade os vínculos são frágeis e há uma dificuldade de reconhecimento dos membros quanto ao pertencimento à família em questão (Wagner, 2011).

Há, ainda, dois construtos relevantes para a terapia sistêmica: (7) coesão e (8) hierarquia. A coesão é vista como um vínculo emocional ou ligação entre os componentes do subsistema familiar. Apesar da nomenclatura, coesão não deve ser confundida com relação de dependência e perda de autonomia dos indivíduos. Pelo contrário, uma família coesa tem a ver com um bom funcionamento na medida em que há instalada uma forte rede de apoio entre membros. Define-se hierarquia não como uma relação de poder ou tirania, conforme sugestão da compreensão nominal pelo senso comum, e sim como uma relação que contém diferentes níveis de autoridade entre os participantes. Cada membro deve possuir, obrigatoriamente, algum nível de autoridade (Minuchin, 1982).

Por fim, no que concerne à perspectiva comportamental, a análise do comportamento, inaugurada na década de 60 por Skinner, traz a perspectiva de que a família é vista conforme as modificações sociais do ambiente em que estão inseridas. Dessa maneira, o behaviorista compreende a família em interação com o ambiente, transformando (ao apresentar o indivíduo a outras instituições presentes no ambiente familiar, como o estado, religião, entre outras) e sendo transformado por essa relação (Vasconcelos, Naves, & Ávila, 2010).

A Análise do Comportamento considera a família um sistema complexo, fortemente interligada e influenciada pelo âmbito cultural (Skinner, 2003). Tal definição isolada aproxima a perspectiva da análise do comportamento da estruturalista. Skinner (2003), originalmente em 1953, na obra “Ciência e

Comportamento Humano”, afirma que a família teve que necessariamente modificar seu funcionamento para abarcar as novas exigências culturais. A título de exemplo, as práticas culturais em vigência inferiram que crianças e seu desenvolvimento integral deveriam ser o foco da família moderna.

3.2. Análise do Comportamento e a família como agência de controle

O livro “Ciência e Comportamento Humano”, publicado em 1953, por Skinner, é uma das principais obras da análise do comportamento. Nele, o autor discute sobre o comportamento pelo viés da ciência, no sentido de que qualquer comportamento pode ser descrito por meio de leis das ciências naturais. Isso não implica que um comportamento seja explicado por ‘causa’ e ‘efeito’, e sim que todo comportamento tem uma função ou ‘razão de ser’. A função de o indivíduo emitir determinados comportamentos é explicada quando são analisadas as consequências e os antecedentes de tais respostas. Para avaliar como os membros de determinadas famílias se comportam é preciso, portanto, conhecer as variáveis disponíveis em seu ambiente natural, como privação de atenção e/ou carinho, sede fisiológica ou psíquica, ambiente recheado ou não de estímulos aversivos (*e.g.*, violência familiar e/ou urbana). Dito isso, infere-se que nenhum comportamento pode ser descontextualizado, desfragmentado ou, em outras palavras, pode estar imune ao controle por meio de consequências (Skinner, 2003).

Sidman (2003), em ‘Coerção e suas implicações’, discute que o controle não deve ser visto como algo negativo, haja vista que ele é imprescindível para o funcionamento da vida em sociedade. Um dos exemplos citados na obra é de alguém que na tentativa de plantar uma árvore terá que utilizar do controle: escolher local da plantação, pensar no tempo certo para a plantação, cavar um buraco, fertilizar o solo, adicionar água, proteger árvore, apará-la, entre outros. Ou seja, o controle não é algo a ser combatido, mas necessário para a manutenção da interação entre indivíduos e ambiente natural. Skinner (2003), em consonância, afirma que os analistas do comportamento não devem trabalhar em prol de romper com o controle, e sim com o objetivo de fazer com que indivíduos conheçam e entendam como estão sendo controlados e como controlam o ambiente. Tem-se como ambiente tudo o que pode afetar ou controlar os comportamentos dos

indivíduos, como membros da família individualmente e indivíduos com papéis específicos em determinadas instituições.

Por outro lado, ainda que o controle seja algo necessário para a manutenção da vida em sociedade, há uma modalidade de controle questionável: o controle coercitivo. Esse controle abrange algum nível de aversividade ou desagrado ao indivíduo, como a punição e reforço negativo (Sidman, 2003). A punição pode ser (1) positiva ou (2) negativa, diminuindo a probabilidade de que o comportamento volte a ocorrer momentaneamente. Uma (1) punição positiva é aquela que adiciona um estímulo aversivo ao ambiente. Quando pais se utilizam de práticas parentais de bater ou falar palavras de baixo calão estão adicionando estímulos aversivos que, anteriormente, antes da presença deles, poderiam não estar presente no ambiente do seu filho. Por outro lado, podem utilizar de (2) punição negativa ao retirarem do ambiente da criança algum estímulo reforçador, como quando fornecem castigos com foco na exclusão temporária de brinquedos, celulares, televisão, oportunidades de lazer, entre outros (Skinner, 2003).

Apesar da nomenclatura ‘reforço’ ser facilmente associada a algo favorável, o reforço negativo também contém aversividade, pois aumenta a possibilidade de o indivíduo se comportar na tentativa de eliminar estímulos aversivos. São tidos como aversivos os estímulos contingentes às respostas que buscam eliminá-los ou interrompê-los. Nesse sentido, quando se concebem relações que envolvem punição positiva, punição negativa e/ou reforço negativo sempre estará presente um estímulo aversivo (Baum, 2006; Catania, 1999; Hunziker, 2011). Quando o filho, na presença do pai, se comporta para escapar da presença do mesmo, ele está fugindo. Quando esse mesmo filho evita retornar para a casa (local em que encontrará o pai) está se esquivando. Tanto a fuga como a esquiva, nesse sentido, são respostas que podem ser reforçadas negativamente pela suspensão de contato com pai. Diz-se que é um reforço, pois, em situações semelhantes futuras, há maior probabilidade de o filho se comportar de maneira parecida para escapar da presença do pai (estímulo aversivo) (Sidman, 2003).

Apesar de amplamente utilizado, o controle coercitivo traz efeitos prejudiciais para o indivíduo e seus comportamentos. Uma vez que a criança pare de responder de maneira inadequada ao receber um estímulo punitivo (*e.g.*, palmada), o adulto não necessariamente está ensinando à criança o que ela deve fazer para receber um reforço positivo (acréscimo de estímulo reforçador positivo

ao ambiente, como carinho, atenção, afeto). Esse estímulo aversivo pode ser incondicionado (não aprendido), como a dor sentida após atos de violência física. Pode ser condicionado (aprendido) quando sucessivas broncas depois de a criança desenhar em algum lugar inadequado, como paredes, podem tornar o próprio processo de desenhar aversivo. Assim como, se o pai apenas bate e pune a criança, qualquer estímulo relacionado ao pai pode virar aversivo, como ver as roupas do pai, saber que ele está em casa ou pensar nele. A criança pode, então, se comportar mais frequentemente no intuito de evitar estar na presença dele. Dessa maneira, estímulos aversivos são capazes de eliciar, ainda, respostas emocionais, como a de medo e ansiedade (Skinner, 2003; Weber, 2017).

Entende-se, portanto, que os membros adultos da família são os primeiros a controlar o comportamento do indivíduo, uma vez que a família aparece como o primeiro ‘ambiente’ no qual a criança interage. Nesse sentido, ela pode ser considerada o que Skinner (2003) denomina como agência de controle. Por definição, agências de controle são instituições mais antigas da sociedade, capazes de influenciar as práticas culturais e individuais (Glenn, 1985; Glenn, 2005; Skinner, 2003). Famílias estão inseridas em grupos sociais, além de constituir um dos mesmos, com a função de controlar o comportamento dos indivíduos na medida em que avaliam (dizem se é bom ou mau, legal ou ilegal, entre outros) e fornecer consequências para os comportamentos (Dittrich, Melo, Moreira, & Martone, 2013). A família, nesse sentido, pode ser considerada uma agência de controle e é influenciada por outras agências de controle, como governo, religião, economia, psicoterapia, educação, entre outras.

Por um lado, há a concentração de múltiplos modelos familiares, legitimados por leis definidas pela agência de controle governamental. Por outro lado, a agência de controle religiosa, a título de exemplo, pode convencer os indivíduos agrupados em torno dela de que a família é formada apenas por um homem e uma mulher, de diferentes gêneros, unidos em matrimônio religioso. Caso o indivíduo praticante de determinada religião não concorde com essa regra, possivelmente terá aumentadas as chances de receber punições, como expulsão direta ou indireta por meio de desprezo, repulsa, desinteresse manifestado pela baixa inclusão do membro no funcionamento do grupo social, entre outros. Em decorrência da possível aversão associada à permanência nessa instituição, o indivíduo pode vir a emitir respostas de fuga e esquiva do espaço, como quando

rompe com determinada religião ou até mesmo com a família de origem (reforço negativo). Dado tais exemplos fictícios é concluído que agências de controle utilizam de coerção em suas práticas quando adicionam hostilidade ao ambiente dos indivíduos participantes. Isso tende a acontecer a partir do momento em que o indivíduo se comporta de encontro às normas que regem seu funcionamento institucional.

A família é considerada por Skinner (2003, p. 288) uma “agência educacional, ao ensinar a criança a andar, a falar, a comer de uma dada maneira, a se vestir, e assim por diante”. Nesse sentido, agências de controle têm valor de sobrevivência para o indivíduo (Dittrich et al., 2013). No caso, a família pode ser vista como uma agência de controle do comportamento da criança na medida em que se revela, mesmo influenciada por outras agências, como a primeira instituição de ensino ao validar noções de certo/errado, virtude/pecado, ganhos/perdas, adequado/inadequado comuns a outras agências (*e.g.*, religiosa, governamental) (Banaco & Martone, 2001; Dittrich et al., 2013). Em vista disso, a família pode aparecer como a responsável por apresentar o funcionamento de outras agências, definindo como o indivíduo deve se comportar para aumentar as chances de ser reforçado ao participar delas. Quando a família reforça positivamente determinados comportamentos por meio de elogios, presença física, carinho, reconhecimento, entre outros, pode estar ampliando a probabilidade de que o indivíduo volte a se comportar de maneira semelhante no futuro (Skinner, 2003).

Uma vez que os indivíduos são seres culturais e sociais, dificilmente crianças e adultos conseguem escapar da participação em tais instituições. Entretanto, Skinner (2003) cita que um dos mecanismos para escapar do controle acontece por meio do contracontrole. Entende-se por contracontrole que, uma vez que o indivíduo se sinta controlado, irá se comportar no intuito de também controlar o comportamento de quem o controla, contra-atacando. Por exemplo, caso o indivíduo seja expulso da instituição religiosa poderá vir a fundar outro tipo de grupo religioso, capaz de concorrer com o de origem ou, em uma situação familiar, pode vir a desafiar as regras impostas pelos genitores, descumprindo-as e aumentando as chances de motivar respostas emocionais de ira, raiva e depressão nos cuidadores.

3.3. Família e desenvolvimento infantil segundo a análise do comportamento

O papel inicial da família está relacionado ao cuidado dos indivíduos, preparando-os para a vivência do relacionamento com o grupo social mais amplo, como as relações que envolvem grupos provenientes de diversas agências controladoras (*e.g.*, grupo educacional, profissional, religioso) (Naves & Vasconcelos, 2008). Tais noções interferem diretamente no desenvolvimento da criança, na medida em que esse pode ser concebido como um processo de individualização fortemente influenciado pelas interações do indivíduo ou organismo com seu ambiente mais próximo (Bijou, 1989; Schlinger, 1995).

Na perspectiva da análise do comportamento, o desenvolvimento infantil é influenciado por três níveis de seleção de comportamentos: 1) filogenético (componentes genéticos são transmitidos de uma geração para outra, como pais que transmitem características genéticas aos filhos), 2) ontogenético (história individual de aprendizagem, obtida por meio das vivências interacionais com grupo familiar e outros) e 3) cultural (transmissão de práticas culturais que sobreviveram entre gerações) (Naves & Vasconcelos, 2008; Skinner, 1981). A família tem participação em cada um desses níveis. A título de exemplo, ao mesmo tempo em que o bebê nasce sabendo sugar o seio materno mediante condição biológica (filogenética), a interação com sua mãe durante a amamentação promove aprendizados particulares de como se relacionar com o mundo e os outros indivíduos (ontogenética). Essa mãe, pertencente a uma cultura específica, fornecerá orientações sobre o que é relevante socialmente para permanecer inserido na mesma, como seguir determinadas regras e valores (cultural) (Vasconcelos, Naves, & Ávila, 2010).

As concepções acima são evidenciadas por Bijou (1996), o precursor do estudo de desenvolvimento infantil no referencial da Análise do Comportamento. Ele foi influenciado pelos estudos de Watson (1978-1958) e, posteriormente, pelas concepções de Skinner (2003) sobre avaliação funcional (identificação de variáveis externas das quais o comportamento é função). Em 1948, ingressou na Universidade de Washington como diretor e professor de psicologia. Construiu o *Institute of Child Development*, responsável por estudar e desenvolver pesquisas sobre o comportamento infantil “normal” ou “desviantes”. Replicou com crianças estudos realizados em laboratórios com animais. Aplicou princípios

comportamentais como reforço condicionado (um estímulo neutro transforma-se em reforçador mediante emparelhamento com estímulo reforçador) e aprendizagem discriminativa (indivíduo aprende a responder frente a determinados estímulos). Posteriormente, passou a ensinar os princípios comportamentais a pais para melhorar comportamentos de crianças. Ele afirmou que o desenvolvimento dessas crianças acontecia mediante a coparticipação de seus pais. Por isso, era ensinado aos pais como manejar as contingências envolvidas em comportamentos problemáticos infantis, principalmente no caso de crianças autistas. A orientação favorecia que crianças emitissem mais comportamentos adequados e fossem reforçadas positivamente pelos cuidadores (Gehm, 2013).

O desenvolvimento é definido por Bijou e Baer (1961) como modificações progressivas na interação do organismo ou indivíduo com o ambiente, o qual poderia ser também a própria família. Interações poderiam ser consideradas interdependentes e contínuas, no sentido de que o comportamento do indivíduo altera o ambiente (família), assim como o ambiente (família) afeta o organismo. Tem-se como alterações ‘progressivas’ o fato de a história de vida e da espécie interferir nas interações presentes, de maneira que essas, por sua vez, também possam intervir nas interações futuras (Gehm, 2013).

A família participa ativamente do desenvolvimento da criança, interferindo em cada um dos níveis de seleção do comportamento (Skinner, 2003) e nos processos de modificações interacionais (Bijou & Baer, 1961). Uma das formas que a família atua nesse processo é facilitando o aprendizado da criança por meio de dois princípios básicos da análise do comportamento: (1) modelação e (2) modelagem. A (1) modelação é um processo semelhante ao que Bandura, Ross e Ross (1961) descrevem como aprendizagem social ou vicária. Crianças aprendem observando diretamente ou indiretamente como adultos e pares se comportam. Elas tendem a repetir os comportamentos dos mesmos no intuito de receber as mesmas consequências que o indivíduo emissor recebe. Isso pode ser visto quando crianças passam a se vestir e a falar como adultos mesmo que durante brincadeiras em prol de receber atenção e/ou reconhecimento.

Tem-se como (2) modelagem um “reforço diferencial de aproximações sucessivas do comportamento-alvo” (Moreira & Medeiros, 2007, p. 61). O comportamento-alvo é um comportamento que se deseja que a criança aprenda,

como o de falar. Para ensinar a falar, cada vez que a criança demonstra alguma resposta aproximada à fala (comportamento ideal), os indivíduos em torno dela irão reforçar positivamente (apresentando estímulos reforçadores diante de aproximações sucessivas). Nesse sentido, quando a criança começa a balbuciar palavras, os cuidadores comemoram, sorriem, pegam a criança no colo, entre outros. Na medida em que vão reforçando diferencialmente esses comportamentos, e não outros, como a manha, estão colaborando para aumentar a probabilidade de a criança emitir mais comportamentos próximos ao da fala e, assim, receber os reforços disponíveis no ambiente.

3.4. Contingências, metacontingências e macrocontingências familiares

Para o analista do comportamento é relevante conhecer a percepção da criança sobre como a família está influenciando no seu desenvolvimento. Ao avaliar a concepção de famílias para ela, levantam-se hipóteses relacionadas às influências culturais em grupos minoritários familiares (Vasconcelos & Naves, 2008). Capta-se como o indivíduo e a cultura, por meio de agências de controle, relacionam-se, favorecendo o esclarecimento de como as contingências sociais definem a vivência de um grupo específico (como pensam, sentem, comportam-se) (Sério, Micheletto & Andery, 2009). Pode-se pressupor o impacto da agência de controle educacional (ou qualquer outra modalidade) na família e, em seguida, cogitar como isso pode vir a afetar no desenvolvimento individual da criança. Assim, torna-se mais acessível averiguar como a criança está assimilando as mudanças ambientais, entre elas as modificações de arranjos familiares. A relação do indivíduo com diversas modalidades de família pode proporcionar transformações significativas nas interações culturais com as atuais e futuras gerações (Vasconcelos, Naves, & Ávila, 2010).

Foi discutido, no item anterior, que o comportamento tem origem nos três níveis de seleção por consequência: filogênese, ontogênese e cultura. No que concerne ao nível ontogenético (história de vida do indivíduo) de seleção, a unidade de comportamento básica é denominada contingência de reforço (Skinner, 2003). Contingência envolve uma relação de dependência entre eventos comportamentais e ambiente, de maneira que um afete o outro e vice-versa. O comportamento é analisado por meio da tríplice contingência: antecedente/ocasião

– resposta – consequência (Skinner, 2003; Todorov, 2002). Tem-se como antecedente/ocasião os estímulos presentes no ambiente com função de aumentar a probabilidade de a resposta ser emitida. A resposta pode ser privada (pensamento, sentimento, emoção) ou pública (qualquer ação que uma ou mais pessoas possam descrever). Qualquer resposta emitida terá uma consequência, que pode ser reforçadora (aumenta a probabilidade futura de o indivíduo emitir determinada resposta futuramente) ou punitiva (diminui a probabilidade de as respostas serem emitidas posteriormente em contexto semelhante) (Naves & Vasconcelos, 2008). Uma criança que, na presença da instrução da mãe (antecedente) de não colocar a mão no fogo, ainda assim colocá-la (resposta), sofrerá como consequência a punição de ter sua mão queimada (consequência – punição positiva).

Quando o que está em foco são contingências em grupo, tem-se o que se denomina como metacontingências (Gimenes, 2016). Para isso, é primordial a ocorrência de três aspectos: (1) contingências entrelaçadas, (2) produto agregado e (3) sistema receptor. As (1) contingências entrelaçadas são definidas pelo comportamento de um indivíduo fornecendo situação para que o comportamento de um segundo membro seja reforçado e assim por diante. No caso, os pais podem funcionar como estímulos discriminativos para que os filhos façam um pedido de determinado prato em um restaurante. O pedido pode funcionar como um estímulo discriminativo para que os cuidadores chamem um garçom, que leva o pedido para que a equipe da cozinha providencie. O (2) produto agregado trata-se de um efeito sobre o ambiente que não existiria sem a colaboração dos membros do grupo. O produto agregado pode ser, no caso, o prato solicitado pela criança. É esperado, ainda, que tenha um (3) sistema receptor, que é aquele que solicita o produto, como a própria família.

Outro exemplo associado ao que já foi discutido sobre agências de controle pode ser o ensino de boas maneiras para os filhos. Nesse caso, estão relacionadas contingências entrelaçadas, pois depende de outros indivíduos além dos pais, como parentes, grupos sociais, educadores e religiosos reforçarem respostas condizentes com ‘boas maneiras’ por meio da aprovação social. A longo prazo há o produto agregado de fortalecimento da educação moral, dos valores religiosos, do sucesso e preservação da família. Esse produto agregado e as

contingências entrelaçadas acima foram requisitadas pela agência de controle religiosa e familiar (sistemas receptores).

De um lado, nas contingências, as consequências selecionam uma classe de respostas, enquanto nas metacontingências as consequências selecionam um produto agregado. Pode-se, ainda, considerar que o organismo ou indivíduo, em termos de contingência, tem suas respostas selecionadas pelas consequências. Porém, nas metacontingências, a consequência cultural afeta os responsáveis pelas contingências entrelaçadas, ou seja, o próprio sistema receptor (Carvalho, Couto, Gois, Sandaker, & Todorov, 2016; Glenn, 2010). Nesse sentido, considerando que a família está situada dentro de um ambiente cultural amplo, atravessada por agências controladoras, faz sentido considerar que as metacontingências podem vir a explicar o seu funcionamento com precisão.

Quando a prática cultural é analisada, pode-se, ainda, apresentar o conceito de macrocontingência. O conceito se torna útil para considerar um conjunto de diversos comportamentos realizados por diferentes indivíduos (Ulman, 1998, 2006). Envolvem, geralmente, comportamentos individuais sem ligação ou interação direta entre eles, mas que podem se tornar um problema ou evento social a depender do número de indivíduos que se comportam a longo prazo (Nogueira & Vasconcelos, 2015; Carvalho et al., 2016). Já foi discutido no capítulo 2 que o papel da mulher foi modificado em razão de diversos eventos que são orquestrados de maneira separada: artigos publicados que enfatizavam a mulher, o surgimento e *marketing* de medicamentos contraceptivos, o movimento de mulheres em diversos lugares do mundo em busca de direitos jurídicos. Ou seja, a modificação de práticas culturais envolve a interação de diversas organizações (feministas, donas de casa, indústria de medicamentos, mídia, jurídica) que não necessariamente estão se comportando no mesmo ambiente e em relação uma a outra. Por outro lado, o conjunto desses eventos tem um efeito cumulativo que envolve uma prática cultural específica relacionada à mulher (Glenn, 2010).

Um único indivíduo pode passar despercebido em uma instituição religiosa se romper com a família heteronormativa e optar por outra modalidade de família. Entretanto, se muitos indivíduos passarem a fazer o mesmo, as práticas culturais religiosas irão sofrer modificações (*e.g.*, construção de igrejas evangélicas concorrentes a favor da união homoafetiva ou igrejas sobreviventes com menor percentagem de adeptos). Nesse caso, não se concebem contingências

entrelaçadas, e sim contingências reforçadas individualmente, mas que terminam por produzir uma consequência no nível cultural a longo prazo. Diferencia-se de metacontingências que, por sua vez, trabalham com contingências entrelaçadas. Nessas, um organismo depende de outro para obter reforçamento, um produto agregado e as consequências culturais (Glenn, 2010; Malott & Glenn, 2006; Martone & Todorov, 2007; Nogueira & Vasconcelos, 2015).

Este capítulo abordou as concepções de famílias para a psicologia com ênfase na abordagem da análise do comportamento. Para isso, conceitos como agência de controle, família e desenvolvimento infantil e, por fim, contingências, metacontingências e macrocontingências foram apresentados. No próximo capítulo, será abordada técnicas utilizadas neste estudo para compreender concepções de famílias para crianças: o desenho infantil e o desenho da família.

4. A APLICAÇÃO DA TÉCNICA DO DESENHO COM CRIANÇAS

4.1. Desenho como ferramenta de comunicação infantil

O desenho é um instrumento ou técnica utilizado desde 10.000 a 20.000 a.C.. No período paleolítico, os humanos registravam códigos por meio de imagens figurativas e simbólicas em paredes, tetos de cavernas e superfícies rochosas (Domingues, Alves, Rosa, & Sargiani, 2012). Essas imagens objetivavam contar histórias e enviar mensagens aos companheiros sobre pensamentos, emoções e relatos da vida diária. Tendo isso em vista, os desenhos podem ser considerados desde o seu surgimento como instrumentos de comunicação das reflexões e interpretações do espaço em que o indivíduo estava inserido sem que fosse preciso utilizar o domínio verbal (Nunes, Teixeira, Feil, & Paniagua, 2012).

Os desenhos se aproximavam do campo artístico dado o enaltecimento da expressão de sentimentos e emoções por meio de uma linguagem visual. Eram denominados como arte rupestre. Há, ainda, diversos registros da arte rupestre em grutas e cavernas nas regiões da América, África, Europa e Ásia. No Brasil são documentados registros nos seguintes estados nordestinos: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco (Nunes et al., 2012).

A habilidade de usar os desenhos motivados pela comunicação não permaneceu como uma ação exclusiva dos primórdios. As crianças, sujeitos de interesse nessa pesquisa, também os utilizam para comunicar o que sentem e pensam sobre o mundo (Domingues et al., 2012). O uso acontece especialmente em crianças pequenas que não apresentam um repertório verbal bem estruturado. Elas encontram no desenho a possibilidade de comunicar o que ainda não conseguem verbalizar com exatidão e propriedade (Wechsler & Schelini, 2002).

A maneira como as crianças comunicam-se por meio do desenho acompanham o seu desenvolvimento infantil. Antes de um ano já começam a emitir garatujas ou rabiscos. Esses podem servir como base para que a criança aprimore a representação de si e do ambiente com o passar dos anos. Alguns teóricos da área do desenho consideram que entre cinco e seis anos de idade acontece o ápice da representação simbólica e cultural (Sans, 2014). Isso porque é nesse estágio em que a criança desenvolve figuras humanas, casas, animais,

árvores e representações mais fidedignas ao ambiente em que está inserida. Juntamente aos detalhes gráficos, a criança expressa seus afetos, emoções, sensações e experiências. Quanto maior o detalhamento dos conteúdos do ambiente em que a criança está inserida, mais facilmente são percebidas as informações culturais (Wechsler & Schelini, 2002), conforme interesse da presente pesquisa.

4.2. Análise do comportamento e o comportamento de desenhar

A análise do comportamento é uma abordagem psicológica que surgiu na década de 60 preocupada em oferecer cientificidade à psicologia. A intenção era aplicar na clínica princípios de condicionamento descobertos na pesquisa experimental com animais de laboratório (Baum, 2006; Moreira & Medeiros, 2007; Todorov, 2012). Alguns precursores se ocuparam do comportamento antes de Skinner. Watson, um deles, fundador do behaviorismo metodológico, publicou em 1913 o artigo “Psychology as the behaviorist views it”, denominado como Manifesto Behaviorista. Tomado por uma psicologia objetiva, manifestava a insatisfação com a introspecção como método psicológico para chegar ao fenômeno. Para Watson, o método introspectivo dependia do esforço individual na medida em que os eventos não eram observados por mais de um indivíduo e, por isso, não poderiam ser considerados científicos (Baum, 2006):

Acredito que podemos compor uma psicologia, defini-la como Pillsbury, e jamais renunciar a nossa definição: nunca usar os termos consciência, estados mentais, mente, conteúdo, verificável introspectivamente, imagens e coisas parecidas (Watson, 1913, p. 166).

Nesse sentido, Watson informou que não usaria termos tradicionais como os referentes à mente e à consciência. Assim, não teria chances de cair no risco de recorrer ao subjetivismo, à introspecção ou à comparação entre humanos e animais. O behaviorista metodológico deixou claro que se ocuparia apenas dos comportamentos que poderiam ser objetivamente observáveis. Não discordou da existência de pensamentos e sentimentos, mas optou por não investigá-los, considerando a impossibilidade de mapeá-los e manejá-los. De Watson restou a herança para o behaviorismo de que uma ciência natural do comportamento é

possível e que, em vista disso, a psicologia pode ser considerada uma ciência (Baum, 2006).

Skinner (2003), pós-Watson, também detinha a preocupação com a explicação científica dos fenômenos psicológicos. Defendeu que o percurso para a ciência do comportamento deveria ser marcado pelo desenvolvimento de termos e conceitos que poderiam ser explicados cientificamente (via experimentação). Foi o responsável pelo surgimento do behaviorismo radical, o qual tem tal nome em razão de buscar raízes profundas sobre como os comportamentos são selecionados e se mantêm (*e.g.*, quais os antecedentes e consequências para determinadas respostas). Diferentemente de Watson, Skinner ocupou-se também de comportamentos que não poderiam ser observados. Isso porque, para ele, os comportamentos poderiam ser explicados de maneiras semelhantes, sejam públicos e privados, observáveis e inobserváveis. Todos eram denominados comportamentos e teriam como única diferença o número de pessoas que dissertariam sobre os mesmos (Baum, 2006).

Apesar de Skinner se encarregar de analisar os comportamentos privados, ele combateu o que classificou como mentalismo. Informar que um indivíduo fez algo porque sua personalidade é de tal maneira ou considerar que um evento é causado por outro é, para o behaviorista, insuficiente. O behaviorista tem como evento privado o pensar e o sentir. Pensar é visto como falar de maneira privada, enquanto que sentir tem relação com impactar-se de maneira particular ao ver, presenciar, pensar em algo. Mesmo que o indivíduo não veja nem presencie algo, podem existir sentimentos envolvidos, de maneira que os behavioristas defendem que é semelhante ver e descrever algo de olhos fechados a fazê-lo de olhos abertos (Baum, 2006; Nalin-Regra, 1993). Isso acontece na medida em que há antecedentes e consequentes envolvidos na resposta ‘sentir’ algo, como a presença da foto da mãe (antecedente), sentir saudades e/ou ligar para ela (respostas) e a mãe fornecer atenção requerida (consequente).

Do mesmo jeito que o indivíduo pode ‘sentir’ sem que seja preciso observar a resposta acontecendo, levanta-se a possibilidade de que o indivíduo pode reportar como observa o seu ambiente sem que esteja presencialmente nele ou sem que racionalize sobre ele em técnicas como o desenho. Isso porque podem estar presentes o pensar e sentir no comportamento de desenhar. Enquanto o indivíduo é convidado a desenhar, é incitado a falar de maneira privada (pensar) e

a realizar indiretamente uma análise sobre a função de sentimentos e pensamentos (Nalin-Regra, 1993; Nunes et al., 2012).

Nos desenhos são utilizados os relatos verbais de crianças por meio de estórias fictícias (fantasias), descrição de sentimentos dos personagens e regras que governam os comportamentos. Isso acontece porque a fantasia presente favorece a identificação de sentimentos da própria criança e a realização de inferências baseadas no relato verbal da criança. Na prática da análise do comportamento é comum pedir que crianças desenhem e conversem sobre o desenho, de maneira que seja possível fazer uma relação entre fantasia e vida real. Pode-se pedir que as crianças escolham entre desenho livre, desenho em quadrinhos, estória de gravura, argila e construção de cena com brinquedos, entre outros. No final, pede-se que elas finalizem com uma fantasia expressa por meio do relato verbal e/ou são feitas perguntas sobre o desenho e outros conteúdos das atividades (Regra, 2001). Quando a criança assim o faz, relata sobre seus comportamentos, dificuldades e começa a discutir sobre resolução de problemas para si e para os personagens envolvidos (Figueiredo & Naves, 2018; Nalin-Regra, 1993).

Nesse sentido, desenhar pode sugerir um comportamento verbal, haja vista que se trata de um comportamento operante (opera no ambiente), emitido em contexto específico (de pesquisa, com material específico) e mantido por consequências (*e.g.*, aprovação de adultos) (Skinner, 2003). Esse comportamento verbal de desenhar pode ser mantido por consequências de ação mediada por outra pessoa (ouvinte), membro da comunidade verbal, treinado para responder de maneiras específicas o falante, o qual se comunica por meio do desenho. Além disso, o falante também pode funcionar como ouvinte de si mesmo por meio de treinos realizados durante sua história de vida, como quando desenha para comunicar algo sem ter sido requerido.

Há, ainda, uma classificação das contingências envolvidas na emissão do comportamento verbal, sendo denominadas como operantes verbais (Skinner, 2003). O desenho pode funcionar como um operante verbal definido por Skinner como *tato* ou *tacto* (1957), considerando que uma resposta de descrição é evocada ou reforçada por um ouvinte: no caso desta pesquisa, a própria pesquisadora.

O desenho da família, por exemplo, tende a funcionar como uma descrição do que é uma família para a criança na medida em que ela narra como um falante

quem são as pessoas que constituem a família, quantas são, como se relacionam entre si, se comportam, em que lugar se encontram, entre outras. O tato é um operante verbal que funciona como uma descrição, menção, nomeação ou anunciação (Skinner, 1957), correspondendo ao que a criança fez ao desenhar o que considera como família.

O comportamento do falante em relação ao ouvinte produzido pelo tato segue a avaliação funcional já utilizada na análise do comportamento (Skinner, 1957). Outra aproximação pode ser feita ao que Skinner (1957) discute em *Verbal Behavior* (em português “Comportamento Verbal”) como uma extensão ampliada de tato. Nesse caso, trata-se de um repertório verbal nem sempre equivalente ao esperado, como quando a criança pode desenhar uma família na qual não reside, indicando ser a dela ou, até mesmo, limita-se a determinados membros, desenha família composta por artistas famosos ou por animais. Pode ser encarado como uma metáfora. A metáfora, para Aristóteles, trata-se de uma descrição que requer um pensamento analógico. Por exemplo, quando uma criança desenha uma família de porcos (Figura 3), mencionando que a fêmea estava triste por não conseguir ter um filho, enquanto o macho a consolava e dizia que eles deveriam tentar ter filhos, pode estar se referindo à dificuldade vivenciada pelos pais em ter outros filhos e, conseqüentemente, dele ganhar um irmão. Tais metáforas não podem ser exploradas a fundo. No entanto, o uso de metáfora permite discutir assuntos que, se fossem abordados diretamente, conforme o exemplo, poderiam evocar respostas de esquiva da criança (fuga do assunto), aumentar a aversividade (entrar em contato com determinado assunto pode se tornar mais difícil e doloroso), sem que corroborasse para a preservação da relação ética e acolhedora entre pesquisadora e participante.

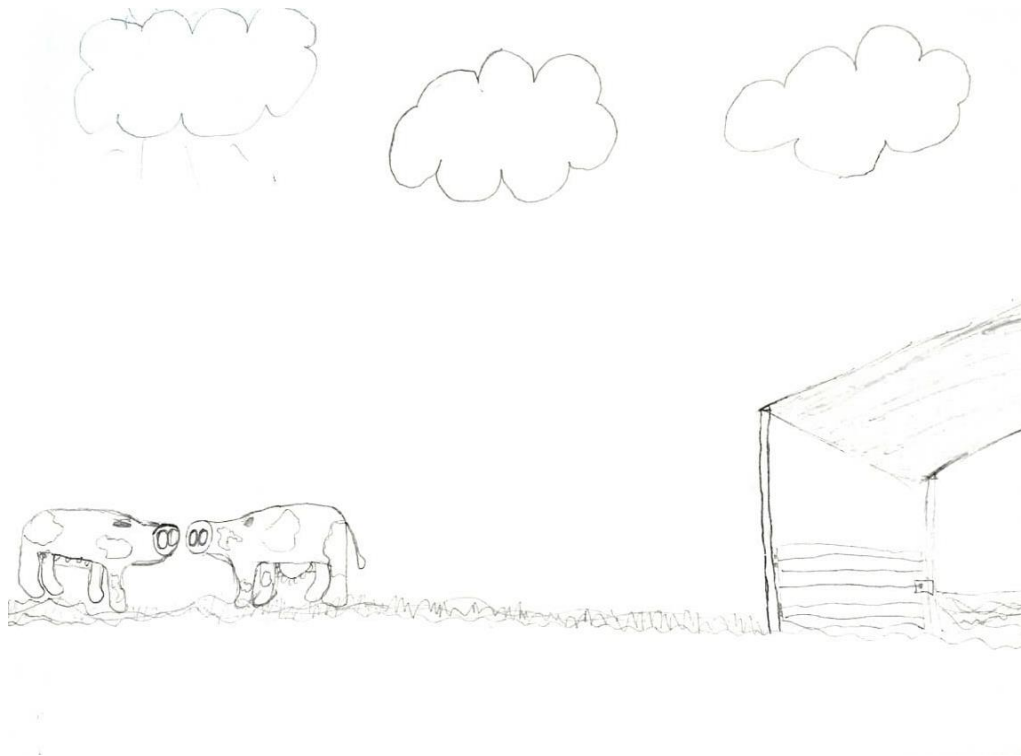


Figura 3. Desenho de uma família de porcos

Um tato metafórico pode ser analisado da mesma maneira que um tato puro (descrição mais apurada sobre o evento), uma vez que se trata de propriedades públicas a serem analisadas de maneiras semelhantes (Skinner, 1957). Quando uma criança desenha adultos portadores de estatura alta com tamanhos reduzidos ou exagerados, explica-se a resposta considerando propriedades específicas (*e.g.*, destaque do adulto em detrimento de outros membros da família, questões referentes à dinâmica familiar específica, como perspectiva de proximidade e distanciamento da criança em relação ao adulto em questão). Dessa maneira, a partir do momento em que a criança desenha membros próximos ou afastados, comportando-se ou não, pode estar discorrendo sobre situações particulares vivenciadas pela mesma em interação com os membros da sua família. No entanto, Skinner (1957) reafirma que é possível mencionar um tato como uma extensão metafórica desde que se tenha um conhecimento mais detalhado da história de vida e da família em questão. Apesar das respostas metafóricas serem encontradas no desenho, as explicações das mesmas podem ter sido condicionadas anteriormente por meio de estímulos “famílias” (*e.g.*, vivência na própria família, projeto da escola com tema família, visão de família a partir do modelo indicado pela comunidade religiosa local).

Outra explicação dada por Skinner (1957) aproxima os desenhos de tatos ampliados, uma vez que o behaviorista menciona que por meio de metáforas o comportamento verbal é tido como mais eficaz. Considera-se que por meio do uso delas o indivíduo pode demonstrar mais facilmente respostas emocionais. Um exemplo é de quando a criança descreve o comportamento por meio de uma narrativa no desenho da família, mas parece “mencionar algo além” sobre percepções de comportamentos humanos, estilos parentais e interações familiares. A categorização dos membros, de comportamentos e de sentimentos, considera, sobretudo, a manifestação de eventos privados, e não a exclusão dos mesmos.

4.3. O desenho da família: uma breve revisão histórica

A representação gráfica da família é uma das modalidades de desenho relevante na prática e pesquisa com crianças. Por meio dessa técnica de desenho é possível compreender como o indivíduo entende e define a sua família em termos de funções, laços e relações de poder (Wagner & Bandeira, 1996; Wagner & Féres-Carneiro, 2000). Historicamente, Appel, em 1931, estudando a personalidade de crianças, foi o primeiro a propor o desenho de uma família. A instrução era de que a criança desenhasse uma casa, uma família e animais. Foi apresentado em 1937 o primeiro estudo científico sobre os desenhos de família de crianças com dificuldades comportamentais, elaborado por Trude Traube. Entretanto, apenas na década de 50 os psicólogos iniciaram a utilização dessa modalidade de desenho na clínica, mesmo diante da não uniformização na instrução de aplicação e método de análise do material (Ortega, 1981).

Minkowska (1949) utilizava o desenho da família como estratégia de expressão de conflitos familiares. A proposta, facilitadora de uma análise da personalidade da criança, tinha intenção de sugerir um desenho que abrangesse o indivíduo, a família e sua casa. Porot (1952) realizou a sistematização da aplicação do desenho de família com a instrução de que a criança deveria desenhar a sua família em papel e lápis preto. Enquanto ela desenhava, o psicólogo deveria tomar notas sobre a ordem de aparecimento de personagens, rasuras, hesitações, comentários e nomeações que a criança fazia aos personagens. O conteúdo analisado priorizava as seguintes categorias: a composição da família,

as valorizações/desvalorizações dos elementos expressos no desenho e a situação vivenciada pela família retratada no desenho.

Posteriormente, Cain e Gomila (1953) refizeram a proposta de Porot no intuito de melhorar a objetividade e interpretação do desenho. Foram descritos os seguintes critérios de classificação: número de personagens, organização, relação figura-fundo e dinâmica do desenho. Estudos seguintes, como o de Reznikoff e Reznikoff (1956) e Lawton e Seechrest (1962) mantiveram a proposta de Porot, reforçando o pedido à criança para que não se esquecesse de nenhum membro da família de origem.

Burns e Kaufman (1970) construíram um novo método para a análise do desenho da família, denominado Desenho Cinético da Família. Nessa proposta é solicitado que a criança, independentemente de sua idade, “desenhe uma imagem de todos na sua família, incluindo a si, fazendo algo” (Burns & Kaufman, 1970, p. 5). Pede-se que o desenho dos indivíduos seja de corpo inteiro e não sejam de personagens de desenhos animados. O registro de indivíduos comportando-se, de alguma maneira, facilita a análise de ações, como evitações, conflitos e emoção (amor, ansiedade, raiva). Valorizam-se os movimentos e interações entre indivíduos, características gerais do desenho articuladas com a disposição no papel e conteúdos simbólicos. A criança também deve explicar o seu desenho, descrevendo o que os indivíduos retratados fazem, sentem e pensam. No segundo momento, ela é incentivada a contar uma história sobre o desenho. Objetiva-se entender alguns padrões interacionais, como o de negativismo e isolamento. No final, é perguntado à criança se ela gostaria de mudar algo na dinâmica dessa família. A interpretação do desenho é feita por intermédio da análise de conteúdo, verificando a frequência de determinados personagens, símbolos e referências à família fatural (Frick, Barry & Kamplaus, 2010). A intenção de que a criança desenhe indivíduos em movimento é justificada por se tratar de uma estratégia para contornar a representação de desenhos estáticos e rígidos produzidos por outras técnicas (Joode, 1976).

Corman (1970) elaborou um novo método no intuito de melhorar a capacidade projetiva do instrumento. Pede-se à criança que desenhe uma família (uma família que imagina), acreditando que, dessa maneira, a criança iria dispor questões relacionadas ao princípio do prazer-desprazer, e não somente ligadas ao princípio da realidade (Borges & Loureiro, 1990). Os três níveis de análise são o

1) gráfico, 2) estruturas formais e 3) conteúdo. Após a confecção do desenho, pergunta-se à criança quem são as pessoas, o que fazem, qual é a personagem melhor, pior, mais feliz, mais infeliz e preferida, seguido por solicitações de justificativa. O desenho permitiria, assim, analisar os conteúdos a partir de conceitos psicanalíticos como o complexo de Édipo, narcisismo e rivalidade fraternal (Joode, 1976).

Borelli-Vicent (1965) julgou que existiam limitações no uso comum e partilhado do desenho da família, como a apresentação de poucos estudos sistemáticos. Segundo o autor, a criança deveria desenhar uma família qualquer e sua própria família, os quais seriam analisados considerando os critérios: 1) estudo global do desenho (composição do grupo familiar, aspectos estruturais gerais dos personagens, aspectos de organização do desenho, incluindo a organização e situação vivenciada pelo grupo); 2) especificação dos personagens e 3) relações vivenciadas.

Posteriormente, outros estudos foram realizados a fim de avançar na proposta do desenho da família proposto pelos dois últimos autores, como o de Morval (1973). A autora concluiu, após analisar a representação gráfica de 418 crianças, uma maior necessidade de cautela na interpretação dos resultados, haja vista que a idade, o sexo e o ambiente em que a criança estava inserida influenciavam. Os achados foram de que crianças mais novas desenhavam sua própria família, enquanto as mais velhas desenhavam uma família ideal. O sexo também variou na representação de figuras parentais e houve pouca diferenciação em relação ao ambiente. A autora considera que a proposta de Borelli-Vicent (1965) é a mais indicada, por abranger dois estímulos diferentes e, por isso, duas análises distintas e complementares.

Foi desenvolvida em Paris, no ano de 1977, a técnica mencionada como Teste da Família Encantada, elaborada por Kos e Biermann (1977). A técnica divide-se em três fases: 1) a criança deve inventar um conto sobre um mágico que vem e encanta todos os membros da família. É requisitado que a criança desenhe, em folha de papel, o que aconteceu, 2) depois de concluído o desenho, é pedido que a criança conte o que aconteceu na história com sua família em detalhes e, 3) por fim, pergunta-se à criança em que animal ela gostaria e qual ela não gostaria de ser transformada, pedindo que ela justifique.

No Brasil, Walter Trinca, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) apresentou, inicialmente, o Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E), seguido do Procedimento de Desenhos de Família com Estórias¹ (DF-E). Tais procedimentos podem ser considerados como técnicas de investigação psicológica sobre a personalidade, baseados nos conhecimentos sobre o inconsciente, associação livre e técnicas projetivas (Trinca, 1997). O primeiro procedimento foi criado em 1972, representando um convite para que o indivíduo possa, por meio de desenhos e estórias, aprofundar-se em sua constituição psíquica. São cinco desenhos livres, cromáticos ou acromáticos, com a finalidade de atribuir a cada um dos desenhos uma estória diferente. Após a contação de estórias, é possível realizar os esclarecimentos necessários para melhor interpretar o desenho e fornecer um título para a obra. Os desenhos são solicitados em sequência. Em caso de não ter tempo hábil de sessão para o fechamento da aplicação da técnica, pode ser administrada em duas sessões com curto intervalo de tempo (Trinca, 1991).

Em 1978, em razão dos bons resultados obtidos com a técnica, o autor desenvolveu o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E). Nesse procedimento, o examinando é orientado a realizar quatro desenhos de família, cromáticos ou acromáticos, solicitando uma estória, esclarecimentos (inquérito) e um título para cada desenho. Os desenhos são requeridos na seguinte ordem: 1) uma família qualquer, 2) uma família que você gostaria de ter, 3) uma família em que alguém não está bem e 4) a sua família. O autor considerou, por meio dessa técnica, a possibilidade de serem detectados processos e conteúdos conscientes e inconscientes relacionados à dinâmica da família, indicativos de conflitos psíquicos, fantasias, angústias, defesas e conteúdos emocionais (Trinca, 1997). Há uma série de estudos realizados no Brasil sob orientação de Walter Trinca, os quais utilizam a técnica de Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E), como de Brito (1986), Porto (1985) e Santos e Peixoto (1996). Há, ainda, pesquisas mais recentes sobre a técnica publicadas em periódicos científicos, como os estudos de Avoglia e Pontes (2016), Bueno, Gomes e Barbieri (2010), Hueb (2016) e Rodriguez, Merli e Gomes (2015).

¹ O uso da grafia estórias está relacionado às narrativas não verdadeiras ou ficcionais. No entanto, quando utilizada a palavra história, corrobora com situações baseadas em acontecimentos reais (Trinca, 1997).

Ainda no Brasil, existem outras propostas de análise do desenho da família, como a de Wagner e Bandeira (1996). As autoras aplicaram o desenho da família baseados nos estudos de Porot, a partir do comando de “desenhar a sua família”. Participaram 48 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade (22 crianças do sexo masculino e 26 crianças do sexo feminino) de famílias originais (compostas por pai, mãe e filhos) e famílias reconstituídas (pais separados que mantêm relação estável com outro companheiro). Foram propostas as seguintes categorias baseadas nos autores da área (Campos, 1978; Corman, 1979; Cunha, 1993): configuração familiar, proximidade/afastamento, compartimentalização, valorização/desvalorização. Os resultados indicaram que a maior parte de adolescentes de famílias reconstituídas havia incorporado a nova configuração familiar. Representavam os casais de maneira separada e, quanto mais velhos, mais tendiam a representar todos os integrantes da família (pais e madrastas/padrastos).

Na mesma linha do estudo anterior, Wagner e Féres-Carneiro (2000) realizaram um estudo com 394 adolescentes residentes em Porto Alegre, entre 12 e 17 anos de idade, de famílias originais e reconstituídas. O comando também era que o indivíduo desenhasse sua família, privilegiando o reconhecimento da realidade em que o indivíduo se encontra e quem pode ser reconhecido como membro pertencente à família. Para a análise de dados, foram consideradas as configurações sugeridas por Corman (1979), Cunha (1993) e Wagner e Bandeira (1996). Foram encontrados resultados de que 97,5% dos adolescentes de famílias originais (as quais não passaram por processo de recasamento dos genitores) desenharam os membros com os quais residiam. Quanto aos adolescentes de famílias reconstituídas, 23,3% desenharam ambas as famílias, parcial ou totalmente, enquanto 7,6% outros agrupamentos. O pai foi a figura que apareceu mais valorizada em ambas configurações. As autoras concluíram que variáveis como coabitação, consanguinidade e tempo de recasamento são relevantes na definição da dinâmica familiar.

Borges e Loureiro (1990) compararam, em seu estudo, a constituição da família em questão e a família representada graficamente. Participaram 21 crianças encaminhadas para o Serviço de Psicopedagogia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), entre 8 e 11 anos de idade, tendo como critério de inclusão apresentarem dificuldades de aprendizagem

escolar. Inicialmente foi solicitado que as crianças desenhassem um desenho qualquer, seguido pelo desenho de uma família. Em seguida, foi aplicado um questionário com perguntas, como “Com o que se parece esta família?”, “Quem são?”, “O que estão fazendo?”, “Conte-me uma história sobre eles”, “O que vai acontecer depois?” e “O que eles desejam?”. A análise de dados foi realizada com base nos seguintes critérios: correspondência do número de pessoas desenhado e número de pessoas da família real, representação de si, localização, figura de maior tamanho e figura representada primeiramente. Os dados obtidos sinalizaram que além da dificuldade escolar, existiam questões emocionais relacionadas ao contexto em que a criança estava situada.

Os estudos mencionados demonstram que há necessidade de que pesquisas recentes possam ser realizadas, uma vez que a diversificação de modalidades de famílias vem sendo propagadas (Bastos, Alcântara, & Ferreira-Santos, 2002). A clínica psicológica com crianças poderia, então, fortalecer-se, pois além de lidar com tais famílias, utilizam comumente técnicas de desenhos voltados para a família e criança para acessar conteúdos encobertos infantis (Regra, 2001).

Apesar de a interpretação do desenho da família ser frequentemente baseada na teoria psicanalítica, acredita-se que a análise do desenho não deve ser delimitada à abordagem em questão, afinal, além de conteúdos projetados, estão reproduzidos aspectos expressivos, estruturais e formais sobre o ambiente da criança (Ortega & Santos, 1987). Em outras palavras, o uso do desenho auxilia não apenas a compreensão do conteúdo representativo ou simbólico por trás do desenho, mas também a configuração familiar em questão, como quais os participantes e modalidades de famílias são enaltecidas pelas crianças (Wagner & Féres-Carneiro, 2000).

4.4. Desenho da família sob a perspectiva analítico-comportamental

O desenho vem sendo apresentado no cenário psicológico como técnica projetiva. Entretanto, conforme mencionado, não se trata de uma técnica exclusiva da psicanálise, mas de uso coletivo entre psicólogos. Skinner, em 1936, no artigo “*The verbal summator and a method for the study of latente speech*” desenvolveu uma técnica similar às propostas projetivas em análise do comportamento. Ele estava em seu laboratório, no domingo, e começou a ouvir o barulho “You’ll

never get out” (“Você jamais sairá”). Naquele momento, foi incentivado por Murray, criador do T.A.T. (Teste de Apercepção Temática), a criar o que denominou ‘somador verbal’. Tratava-se de um teste que reproduzia sequências de sílabas sem sentido. Após algumas repetições, poderiam ser identificadas palavras nos sons. Essas palavras, mesmo que não estivessem presentes naquele momento fazendo qualquer sentido, poderiam ser acessadas e explicadas pela história de vida do indivíduo (Miguel, 2014; Skinner, 1936).

Skinner demonstrou interesse pelo que se tem como projetivo a partir do momento em que considerou que o fenômeno que ele investiga por meio do autoconhecimento é o mesmo usado na estratégia e/ou técnica denominada projetiva (Miguel, 2014; Skinner, 2003). Ambos revelam variáveis desconhecidas pelo sujeito. Nesse sentido, o uso da fantasia na produção verbal ou de desenhos tem procedimento semelhante na análise do comportamento ao que outras abordagens denominariam como ‘projetivo’ (Banaco, 1997; Figueiredo & Naves, 2018; Regra, 1997, 1999, 2000). No que diz respeito ao desenho de família, a fantasia/desenho podem ser utilizados para averiguar funcionalmente as relações entre indivíduos e seu ambiente familiar. Para isso, ela pode ser utilizada como técnica que possibilita a construção de avaliações funcionais.

Avaliação funcional é o principal instrumento utilizado pela análise do comportamento no processo de avaliação, terapia e constituição de alta (Malavazzi, Malerbi, Del Prette, Banaco, & Kovac, 2017; Silves, 2004). Trata-se de uma forma de investigar o comportamento de maneira sistemática, analisando a relação do comportamento e ambiente e possibilitando que, após uma boa avaliação funcional, sejam sugeridas intervenções propriamente ditas (Figueiredo & Naves, 2018). Pressupõe-se, sobretudo, que o indivíduo emite comportamentos que foram selecionados pelas consequências. Essas variáveis externas e independentes são conhecidas nesse processo de avaliação funcional, o qual tem como objetivo desenvolver hipóteses sobre efeitos dessas variáveis na manutenção de tais comportamentos (Skinner, 2003). Além de instrumento, a avaliação funcional pode ser vista como uma etapa de verificação ou testagem dessas hipóteses capaz de explicar o porquê de mesmos comportamentos tido como bizarros se mantêm ao longo da história de vida do indivíduo (Fonseca & Pacheco, 2010). Constitui-se na busca de três etapas: 1) ocasião da ocorrência da resposta (antecedentes para que a resposta aconteça), 2) resposta propriamente

dita e 3) consequências reforçadoras (mantenedoras da resposta). Os métodos utilizados para uma avaliação funcional são a observação e o relato individual (Malavazzi et al., 2017). A observação pode acontecer em diversos contextos, como escola, clínica, residência, trabalho, entre outros. Já o relato verbal pode ser acessado por meio de conversação, relatos referentes às fantasias (*e.g.*, desenhos). Entretanto, esse relato ou fantasia deve funcionar como estímulo discriminativo para evocar eventos da história de vida do indivíduo (Figueiredo & Naves, 2018; Fonseca & Pacheco, 2010; Regra, 2000).

Uma possibilidade compatível com a proposta analítico-comportamental seria utilizar o desenho da família na facilitação deste processo de avaliação funcional. Por exemplo, pode-se pedir à criança que desenhe a si mesma fazendo um comportamento-problema (etapa 2 – resposta propriamente dita) em sua casa (indicando possível antecedente para as respostas relacionado à interação com membros da família). Para completar a avaliação funcional é preciso direcionar perguntas que favoreçam o conhecimento de antecedentes (*e.g.*, “Onde acontece?”, “Na presença de quem?”) (etapa 1 – ocasião da ocorrência da resposta) e consequentes (*e.g.*, “O que as pessoas fazem quando você faz isso?”, “Quais as consequências aparecem quando você faz isso?”) (etapa 3 – consequências reforçadoras).

A maneira como o desenho deve ser utilizado e analisado tende a depender de uma abordagem teórica particular (Miguel, 2014). Para isso, o analista do comportamento deve se pautar nas formas como a mesma compreende o conceito ‘família’ (ver capítulo 3). Ou seja, deve considerar a família como a responsável pela reprodução de um padrão cultural a ser definido socialmente para as crianças, incluindo noções dicotômicas de certo e errado, legal e ilegal, aceitável e inaceitável (Banaco & Martone, 2001; Skinner, 2003). Essa mesma família também é definida na abordagem de escolha como uma agência de controle, pois a partir do momento em que apresenta os padrões culturais, normas e crenças, induz os indivíduos a como devem se comportar para aumentar as chances de serem reforçado pelas demais agências de controle (*e.g.*, governamental, religiosa) (Skinner, 2003).

Assim como o desenvolvimento, interpretar desenhos de família na perspectiva analítico-comportamental inclui considerar a filogênese (história da espécie), a ontogênese (história de vida do indivíduo) e a cultura. Para isso, faz-se

necessário entender aspectos do desenvolvimento implicados no desenho. Uma criança com dois anos de idade terá uma maturação psicomotora diferente de uma criança com oito anos de idade em decorrência da história da espécie (filogenética), ainda que ambas estejam desenhando famílias. Da mesma forma, do ponto de vista do nível ontogenético serão contemplados os conteúdos do desenho e as variáveis de vida familiar e extrafamiliar presentes no desenho. Um exemplo seria considerar como as crianças representam as relações com seus genitores, por exemplo, quando os colocam em posição mais distante pode refletir ou não algum grau de afastamento simbólico durante o desenvolvimento das mesmas. Quando se consideram questões culturais no desenho implica que a exatidão da relação com seu ambiente e suas variações pode ser colocada de maneira gráfica. Crianças que vivem em comunidades com suas famílias podem representar ambientes e práticas semelhantes e/ou divergentes.

Qualquer tentativa de uso do desenho de família na clínica analítico-comportamental inclui suspender uma análise subjetivista, mas apoiar-se em uma análise de conteúdo. Essa análise é mencionada por Frick, Barry e Kamplaus (2010) como uma análise descritiva, explorando a frequência de determinados personagens, símbolos e referências à família factual. Nesse sentido, todos os conteúdos expressos no desenho devem ser descritos (Regra, 2000), necessitando de um inquérito para conhecimento de detalhes sobre os mesmos (*e.g.*, “Onde vocês estão?”, “Estão em algum período específico do ano?”, “O que fazem?”, “Alguém está fora da atividade?”). Além disso, vale ressaltar que, apesar de ser bastante utilizado, dada as facilidades envolvidas, o desenho deve corresponder a uma técnica auxiliar na coleta de dados sobre famílias, e não visto como único recurso a ser utilizado para avaliação (Figueiredo & Naves, 2018).

5. MÉTODO

5.1. Delineamento

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo misto (qualitativo e quantitativo), transversal, exploratório e descritivo.

5.2. Caracterização da amostra

Crianças participantes

Participaram da amostra 108 crianças, com idades entre cinco e 12 anos ($M= 8,58$; $DP= 1,54$), residentes na cidade do Rio de Janeiro (RJ), sendo 51 meninas (47,2%) e 57 meninos (52,8%). Os critérios de inclusão para a participação do estudo foram: 1) a criança ter entre 5 e 12 anos de idade; 2) estar matriculada no Ensino Fundamental em escola pública ou privada; 4) ter o consentimento livre e esclarecido para a participação na pesquisa e 5) ter o assentimento verbal e escrito da criança para participar da pesquisa. Conforme informações declaradas no questionário sociodemográfico pelos responsáveis, as crianças da amostra tinham raça branca (29,6%; $n = 32$), parda (25,9%; $n = 28$), negra (24,1%; $n = 26$), não informaram (19,5%; $n = 21$) e indígena (0,9%; $n = 1$).

Características dos genitores

Os respondentes desse questionário foram em maioria as mães (71,3%; $n = 77$), os pais (22,2%; $n=24$) e outros. As idades dos responsáveis variaram entre 17 e 63 anos ($M= 37,7$; $DP= 8,72$). Especificamente em relação às mães das crianças, a média de idade foi de 36,9 anos. A maior parte delas havia concluído o Ensino Médio (33,3%; $n= 36$) ou o Ensino Fundamental (28,7%; $n=31$) e trabalhavam (78,5%; $n= 74$). As principais ocupações foram do lar (13,9%; $n=15$), doméstica e diarista (10,2%; $n=11$). A média de horas diárias em que elas relataram passar fora de casa variou entre 0 e 22 horas, resultando em uma média de 8,36 horas .

No que concerne aos pais, a média de idade foi de 41,6 anos. A maior parte deles possuía o Ensino Médio completo (27,8%; $n= 30$) e 20,4% ($n= 22$) o Ensino Fundamental completo. As principais ocupações foram motorista ou

autônomo (10,2%; $n=11$) e porteiro (8,3%; $n=9$). A média de horas em que eles afirmaram passar fora de casa variou entre 0 e 24 horas, possuindo uma média de 9,46 horas diárias.

Tabela 1
Dados sociodemográficos dos genitores

Idade	Homens		Mulheres	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
	41,6	9,1	36,9	7,3
Idade em categorias	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
21-30 anos	6	5,5	21	22,2
31-40 anos	30	27,9	46	42,7
41-50 anos	26	24,3	25	23,0
51-60 anos	7	6,5	3	3,3
61-66 anos	5	4,6	-	-
Ausência de respostas	34	31,2	13	8,8
Escolaridade	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Analfabeto	1	0,9	-	-
Sabe ler e escrever	13	12,0	9	8,3
Ensino Fundamental	22	20,4	31	28,7
Ensino Médio	30	27,8	36	33,3
Ensino Superior	6	5,6	14	13,0
Pós-graduação	-	-	1	0,9
Ausência de respostas	32	33,3	17	15,8
Trabalho	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Sim	73	67,6	74	68,5
Não	2	1,9	20	18,5
Ausência de respostas	33	30,5	14	13,0

Características das famílias

Os relacionamentos entre os pais da criança da amostra eram, principalmente caracterizados pela união estável (40,7%; $n=44$) e casamento civil/religioso (25,9%; $n=28$). No entanto, 23,1% ($n=25$) dos genitores destacaram que houve divórcio entre os genitores das crianças da amostra. Quando os genitores mantinham o relacionamento, o tempo em que permaneciam juntos variou entre sete e 31 anos de idade ($M=14,2$; $DP=5,14$).

A quantidade de filhos por família variou entre zero e nove ($M=1,33$; $DP=1,22$). Dentre essas crianças, 15,7% ($n=17$) tinham irmãos somente por parte da genitora (variando entre um a dois irmãos) e 18,5% ($n=20$) somente por parte do genitor (variando entre um a seis irmãos). Apenas 0,9% ($n=1$) da amostra foi composta por uma criança adotiva participante da pesquisa.

As configurações de famílias da amostra foram as seguintes: casal com filhos (55,6%; $n=60$), monoparental feminina (16,7%; $n=18$), casal e filhos com parentes e família reconstituída (8,3%; $n=9$), mãe e filhos com parentes (5,5%; $n=6$), monoparental masculina e família estendida (1,9%; $n=2$), pai e filhos com parentes e família homoafetiva feminina (0,9%; $n=1$). Tais famílias residiam com suas crianças em comunidades nas seguintes zonas: sul (73,4%; $n=76$), norte (20,3%; $n=22$), central (2,7%; $n=3$), oeste (2,7%; $n=3$) e rural (0,9%; $n=1$).

Os respondentes afirmaram que os responsáveis pelos cuidados da criança eram na maior parte das vezes a mãe (38,9%; $n=42$), o pai (13,9%; $n=15$), ambos os pais (13%; $n=14$) e a avó (6,5%; $n=7$). Quanto aos conviventes com as crianças, 38% ($n=41$) relataram que a criança não convive com ninguém, além das pessoas com a qual reside.

A religião das famílias era em sua maioria católica (48,1%; $n=52$) e evangélica (29,6%; $n=32$). A renda familiar mensal mais frequente esteve entre 1 a 3 salários mínimos (50,9%; $n=55$) e até 1 salário mínimo (31,5%; $n=34$). Os dados podem ser acompanhados na Tabela 2.

Tabela 2
Dados sociodemográficos das famílias

Idade	Total	
	<i>M</i>	<i>DP</i>
	8,58	1,54
Faixa etária	<i>N</i>	%
5 anos	2	1,9
6 anos	7	6,5
7 anos	19	17,6
8 anos	25	23,1
9 anos	20	18,5
10 anos	26	24,0
11 anos	6	5,6
12 anos	3	2,8
Gênero	<i>N</i>	%
Masculino	57	52,8
Feminino	51	47,2
Zonas do Rio de Janeiro	<i>N</i>	%
Sul	76	73,4
Norte	22	20,3
Central	3	2,7
Oeste	3	2,7
Rural	1	0,9
Escolaridade	<i>N</i>	%

Pública	20	18,5
Privada de caráter social	88	81,5
Renda familiar mensal	N	%
Sem renda	7	6,5
Até 1 salário mínimo	34	31,5
De 1 a 3 salários mínimos	55	50,9
Sem especificação	7	6,5
De 3 a 5 salários mínimos	3	2,8
De 5 a 8 salários mínimos	1	0,9
Mais de 8 salários mínimos	1	0,9
Religião	N	%
Católica	52	48,3
Evangélica	32	29,6
Católica e evangélica	8	7,4
Sem religião	8	7,4
Sem especificação	4	3,7
Espírita	1	0,9
Sincretista	1	0,9
Católica, umbandista e evangélica	1	0,9
Católica, espírita e evangélica	1	0,9
Composição das famílias	N	%
Casal com filhos	60	55,6
Monoparental feminina	18	16,7
Monoparental masculina	2	1,9
Homoafetiva feminina	1	0,9
Reconstituída	9	8,3
Extendida	2	1,9
Mãe com filhos e parentes	6	5,5
Pai com filhos e parentes	1	0,9
Casal com filhos e parentes	9	8,3

5.3. Instrumentos

Desenho da família: foi solicitado à criança que realizasse o desenho de uma família a partir do seguinte *rapport*: “Gostaria que você desenhasse uma família”. Para isso, a criança recebeu uma folha de papel A4, lápis preto n.2 e coloridos, borracha e apontador. A tarefa foi realizada sem delimitação de tempo e nenhuma outra instrução ou informação foi fornecida à criança de modo a evitar qualquer viés na escolha e execução do desenho.

Formulário de Registro do Desenho da Família (Anexo E): trata-se de uma ficha para registro das informações sobre como o desenho foi realizado pela criança. Enquanto a criança desenhava, o pesquisador tomava notas obre a ordem dos personagens desenhados. Ao fim da execução do desenho, a criança indicava

os seguintes aspectos a serem anotados no formulário: 1) quem eram os membros desenhados, dados sobre a 2) configuração do espaço geográfico (lugar em que a família estava situada, período específico do ano, tempo no desenho), 3) nível de conteúdo (membro mais próximo e distante, maior e menor, com mais e menos detalhes) e 4) dinâmica interacional da família (comportamento e sentimento sobre os personagens, atividades realizadas, pessoas excluídas e/ou esquecidas).

Relato verbal sobre a família: Após a realização do desenho e esclarecimento sobre o mesmo, as crianças foram convidadas a responder a seguinte pergunta: “O que é uma família para você?”. O intuito foi de que a criança expressasse verbalmente sobre a concepção de família para ela, complementando o conteúdo representado no desenho.

Questionário sociodemográfico (Anexo D): foi enviado aos responsáveis pelas crianças um questionário com perguntas fechadas e abertas sobre características familiares, como dados relacionados à ordem de filhos, indivíduos que residem com a criança, quais as pessoas com quem os filhos convivem com frequência, dados econômicos, presença e/ou ausência de religião e de membros homoafetivos na família, entre outros.

5.4. Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados

Esta pesquisa seguiu as recomendações éticas da Resolução 510/2016 (CNS, 2016). O projeto foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pelo Comitê da Universidade Castelo Branco (UCB/RJ) (CAEE 80702517.1.0000.8144).

Inicialmente foi realizado o contato com escolas cariocas apresentando os objetivos e o método da pesquisa. A escolha dessas escolas aconteceu por conveniência, devido ao acesso facilitado às instituições que já atuam como parcerias do grupo de pesquisa. Em cada uma das escolas foi entregue uma cópia resumida do projeto de pesquisa, uma carta de apresentação da pesquisa e uma carta de aceite, a qual foi assinada pelo (a) responsável da escola e devolvida à pesquisadora.

Para as escolas que aceitaram participar do estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: 1) Reunião com os pais e/ou pesquisadores para a explicação da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) e preenchimento do questionário sociodemográfico, 2) Apresentação da pesquisa às crianças cujo TCLE foram devidamente assinados e devolvidos, 3) Assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, 4 e) Realização da coleta de dados com as crianças que assentiram participar da pesquisa.

O aceite, a assinatura e a devolução do termo aos pais foram condições primordiais para que a pesquisa fosse realizada com cada uma das crianças. Além disso, o assentimento verbal e escrito da criança também foi condição fundamental para a participação na pesquisa. Para isso, foi explicada a pesquisa para a criança da seguinte maneira: “Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre famílias. Vou te pedir para fazer um desenho e, depois, vamos conversar sobre o seu desenho. Você gostaria de participar?”. Em caso de consentimento positivo da criança, foi apresentado o assentimento por escrito para que ela o assinasse. Em seguida, foi pedido que a criança desenhasse uma família em folha de papel A4 de maneira cromática ou acromática, como ela preferisse, e sem tempo limite para a finalização. Foram disponibilizados lápis preto n. 2, borracha e lápis coloridos. Conforme já mencionado, o desenho foi realizado sem delimitação de tempo e nenhuma outra instrução ou informação foi fornecida à criança de modo a evitar qualquer viés na escolha e execução do desenho. Além disso, foi facultada à criança a realização do desenho cromático ou acromático.

Após a conclusão do desenho, foram solicitados esclarecimentos sobre as seguintes características dos desenhos: quem eram os membros desenhados, dados sobre o espaço ocupado pela família (lugar, período específico do ano, tempo no desenho), conteúdos (membros próximos e distantes, maiores e menores, com mais e menos detalhes), comportamentos e sentimentos das pessoas desenhadas.

Em seguida, foi realizada a seguinte pergunta: “O que é uma família para você?”. As respostas das crianças foram escritas no Formulário de Registro e gravadas em aparelho gravador.

Apenas a pesquisadora responsável e sua equipe tiveram acesso ao material da pesquisa. Não foi utilizada nenhuma identificação pessoal para cada participante que coincidissem com os dados de realidade.

O risco da presente pesquisa foi mínimo, considerando que o estudo não pretendeu intervir na dimensão física, psíquica, social, cultural ou espiritual da criança. Ainda assim, em caso de pais e/ou responsáveis que apresentassem

alguma preocupação sobre qualquer questão abordada durante a coleta, obtiveram o devido acolhimento. A pesquisadora e sua equipe sanaram dúvidas e, quando necessário, sugeriram encaminhamentos para instituições especializadas em atendimento psicológico de crianças. Em caso de qualquer desconforto, as crianças e os pais também foram orientados que poderiam desistir do processo em qualquer momento da realização da pesquisa.

Os resultados foram devolvidos aos participantes que tiveram interesse em recebê-los e apresentados às equipes de profissionais das escolas. A maior contribuição desta pesquisa foi o avanço no conhecimento sobre concepções de crianças no que concerne ao construto família e em como compreendem as modificações presentes nas famílias contemporâneas. Com isso, futuramente, será possível investir em intervenções envolvendo crianças e suas famílias, que respeitem as diferentes configurações e dinâmicas familiares.

5.5. Procedimentos de Análise de Dados

Todos os desenhos foram recolhidos, identificados e armazenados em pastas de identificação. Os desenhos e informações registradas no formulário de registro atenderam as categorias definidas com base nos estudos de Machado (2009), Wagner e Bandeira (1996) e Wagner e Féres-Carneiro (2000):

1) *Composição familiar*: foi descrito quem compõe o desenho da família. Algumas modalidades foram: mãe e filhos; pai e filhos; mãe, pai e filhos; família extensiva (família nuclear, parentes, avós, tios e primos), família extensiva ampliada (parentes, amigos, babá) e família extensiva ampliada incluindo animais domésticos (cães, gatos, entre outros).

2) *Configuração do espaço geográfico*: foi informado o local em que a família estava situada no momento registrado no desenho, período específico do ano e o tempo representado no desenho.

3) *Nível de conteúdo*: valorização dos membros da família (mais próximo à criança, maior e com mais detalhes) e desvalorização dos membros da família (mais distante da criança, menor e com menos detalhes).

4) *Dinâmica interacional da família*: a criança indicou de que maneira se comportava cada um dos membros (*e.g.*, ações realizadas no momento do desenho) e como cada um estava se sentindo. A criança mencionou no inquérito

se eles estavam realizando alguma atividade juntos, como se sentiam como grupo e se alguém ficou excluído da atividade e/ou foi esquecido de ser desenhado no momento do desenho.

Os dados categorizados, obtidos por meio do registro dos desenhos, bem como os dados do questionário sociodemográfico foram tabulados e analisados por meio do *software* estatístico IBM SPSS versão 22 (Field, 2009). Estatísticas descritivas foram conduzidas com o objetivo de descrever e resumir os dados sobre as famílias participantes (crianças e responsáveis). Para investigar a relação das variáveis “modalidade de família” e “inclusão de conviventes”, “modalidade de família” e “representação de momentos coletivos”, foi utilizado o Teste qui-quadrado de *Pearson*. Especificamente, buscou-se investigar possíveis associações entre modalidades de famílias e vivência de momentos de afeto, modalidades de famílias e membros incluídos no desenho. O teste detectou a existência ou não de uma associação significativa entre tais variáveis.

Além do desenho, no formulário foram registrados os relatos das crianças sobre concepções de famílias. As respostas das crianças também foram armazenadas em áudio e separadas em formato de texto eletrônico. A análise contou com duas etapas. Em um primeiro momento, foi realizada uma análise quantitativa utilizando o programa IRaMuTeQ® (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), *software* gratuito e desenvolvido por Ratinaud (2009). O programa forneceu uma análise lexical de palavras presentes nas falas das crianças. Esse material foi armazenado em um *corpus* textual a ser interpretado pelo programa. Nuvem de palavras é uma das análises possibilitadas pelo uso do *software*. Trata-se de um recurso gráfico que agrupa termos frequentes mencionados pelos participantes, promovendo identificação de palavras-chaves. Foi possível realizar, ainda, uma análise de similitude, baseada na teoria dos grafos (teoria que demonstra ligações entre termos). Tal análise tem função de demonstrar graficamente a conexão entre as palavras identificadas no *corpus* textual (Camargo & Justo, 2013). Essa pode ser uma maneira de indicar, em uma subcultura tal qual a carioca estudada, com que outros estímulos a palavra “família” tem sido associada, e possivelmente indicar o tipo de relação estabelecida entre as palavras encontradas no discurso (coordenação, oposição e hierárquica).

Em um segundo momento, foi realizada uma análise qualitativa, baseada na análise de conteúdo de Bardin (2011). As etapas cumpridas foram: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e resultados. Na primeira fase foi realizada uma leitura de conhecimento do texto (leitura flutuante), seguida por uma demarcação do conteúdo a ser recortado. Foram formulados objetivos, hipóteses teóricas e indicadores de pesquisa por meio de recortes do texto. Em seguida, na segunda etapa, o material foi explorado por meio da definição, codificação e classificação de categorias e, a partir disso, foi possível realizar uma análise descritiva. Por fim, na terceira fase, com intenção de fundamentar os resultados da pesquisa, foram realizadas interpretações inferenciais, análises reflexivas e críticas.

O conteúdo dos desenhos e dos relatos das crianças foram congregados, de maneira que, ao final da análise de cada uma das etapas metodológicas, fossem identificadas concepções de famílias na amostra carioca.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Representação gráfica da família

Este estudo investigou de que forma as crianças cariocas representam graficamente as famílias, tomando como base a teoria da análise do comportamento. Os resultados serão apresentados e discutidos segundo as categorias de análise ‘composição familiar’, ‘configuração do espaço geográfico’, ‘nível de conteúdo’ e ‘dinâmica interacional da família’.

Composição familiar

Um dos resultados encontrados foi de que a maioria das crianças (89,9%, $n=97$) optou por desenhar a própria família quando o comando era de que elas desenhassem uma família qualquer, sem nenhuma especificação. Em consonância com a literatura, esse dado sugere que o desenho pode ser uma ferramenta útil para compreender a relação da criança com sua própria realidade, incluindo seu próprio ambiente, no caso, sua família (Regra, 2001). Nesse sentido, quando a criança foi convidada a desenhar uma família, logo se remeteu à própria família, sentindo-se convidada a comunicar seus sentimentos e pensamentos em relação à família de origem (Figueiredo & Naves, 2018).

Mesmo que o cenário familiar atual seja marcado por múltiplas configurações de famílias, e não por única versão de família formada por casais heterossexuais com filhos (IBGE, 2014), apenas uma parte pequena da amostra (32,3%; $n=35$) representou outras modalidades de famílias, como família ampliada, monoparental feminina e masculina, casal e filhos com animais domésticos e/ou amigos, reconstituída, entre outros (Tabela 3 e Figuras 4, 5, 6 e 7).

Tabela 3

Modelos de famílias no Desenho da Família

Modalidades	<i>N</i>	<i>%</i>
Casal com filhos	73	67,6
Monoparental feminina	3	2,8
Monoparental masculina	1	0,9
Família reconstituída	2	1,9
Casal e filhos com parentes	5	4,6
Família extendida com animais domésticos	3	2,8

Família estendida	7	6,5
Filho(a)	1	0,9
Casal e filhos com animais domésticos	3	2,8
Família estendida com amigo(s)	1	0,9
Irmão(s)	3	2,8
Família de animais	1	0,9
Casal e filhos com amigo(s)	1	0,9
Casal (mulher e homem)	1	0,9
Primo(a)	1	0,9
Criança	1	0,9
Mãe	1	0,9
Total	108	100



Figura 4. Bruno, 10 anos, família formada por casal com filhos e parentes. Reportou os pais e ele (criança), excluindo os parentes com quem reside.



Figura 5. Érica, 8 anos, família estendida com animais domésticos. Apresentou a composição familiar em conformidade com o modelo de família com o qual reside.



Figura 6. Jonas, 9 anos, família formada por casal com filhos. Reportou a criança (ele) sozinho em formato de desenho *Minecraft*.



Figura 7. Alessandra, 8 anos, família reconstituída. Reportou a presença da madrasta em um dia no *shopping*.

A maioria dos participantes da amostra total desenhou famílias compostas por casal heterossexual e filhos (67,6%, $n=73$). Os dados desse estudo corroborou para confirmar resultados da pesquisa de Ribeiro e Cruz (2013), a qual investigou representações de famílias para crianças da cidade de Recife (PE), por meio do desenho de família. Um dos resultados em comum foi de que as crianças representaram famílias compostas predominantemente por pai (sexo masculino) e mãe (sexo feminino) com filhos. Os autores concluíram que as famílias foram representadas de maneira idealizada e afetiva. Além disso, perceberam uma tensão entre um sentido conservador e uma perspectiva mais abrangente marcada pelo afeto. No presente estudo, 58,3% ($n=63$) das crianças desenharam famílias diferentes da constituição de sua família real. Quando a criança desenha uma família não correspondente ao seu modelo em vigência ou quando reproduz um modelo de família tradicional, pode estar demonstrando suas expectativas em relação a como deveria se configurar uma família. A família desenhada pode ser, nesse sentido, idealizada, ou seja, não está necessariamente de acordo com a família que se tem realmente, mas pode estar associada à família que gostaria de

ter (Figura 8). Neste estudo, 65% ($n=13$) das crianças oriundas de famílias monoparentais desenharam famílias tradicionais compostas por pai, mãe e filhos.

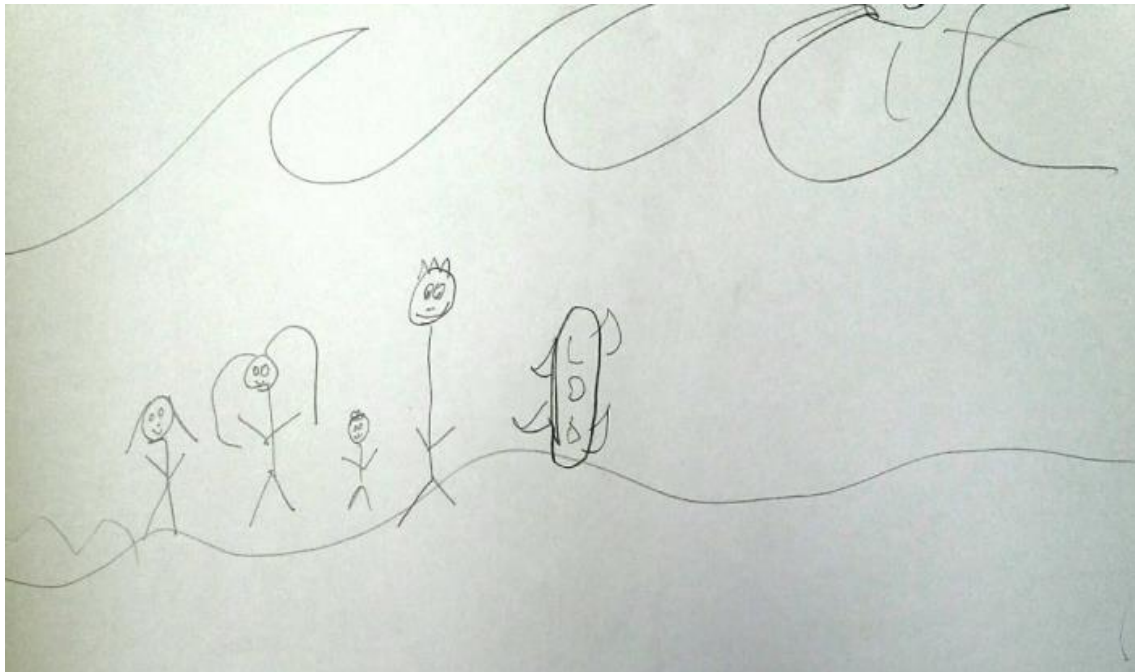


Figura 8. Virgínia, 8 anos, família homoafetiva feminina. Relatou desenhar a sua própria família, sendo respectivamente constituída por ela (criança), mãe, irmão e pai.

Para Skinner (1981), regras são descrições entre ações e consequências por meio de instruções, leis ou conselhos. Na sociedade atual há a regra (leis) que garante a legitimidade de uma família por meio de outras uniões (*e.g.*, genitor sozinho com crianças, famílias reconstituídas e/ou homoafetivas) sem que se cogite apenas o modelo de família formada por um casamento entre homem e mulher com filhos. No entanto, ainda sobrevivem regras (*e.g.*, religiosas, morais) que entendem outras configurações familiares como menos naturais ou “esperadas” em relação às tradicionais. Essas concepções (antigas e atuais) concorrem entre si (Skinner, 2003). Uma vez que o cuidador tenha a regra de que família é formada por homem e mulher, pode verbalizar para o filho que uma família é formada por mulher e homem por meio do casamento ou não. A escola, por sua vez, pode convocar apenas mães (mulheres) em comemorações ao dia das mães, sem averiguar se a criança conta com a presença dessa figura em sua vida. Em instâncias midiáticas e religiosas também é propagada a regra de que a família deve ser formada por mulher e homem, seja por meio do discurso verbal ou até

mesmo pelo uso de imagens (*e.g.*, em comerciais) que estampem famílias tidas como ‘margarinas’ (Alcântara, Peixoto, & Silva, 2017). Dito isso, entende-se que a perspectiva de família heteronormativa, representadas nos desenhos do presente estudo pode ter relação com o perfil da amostra, já que grande parte das crianças era proveniente de famílias religiosas (88,9%, $n=96$), segundo informação fornecida pelos cuidadores.

As concepções tradicionais de famílias podem ser mais facilmente difundidas no meio religioso (Dias, 2017). Essas regras podem estar embutidas na escolha por determinada programação na televisão aos conteúdos discutidos em casa e na escola (*e.g.*, percepções sobre famílias e mundo). Assim como no presente estudo, uma pesquisa conduzida por Et e Memis (2017) enfatizou a percepção de crianças norte-americanas sobre a figura do cientista por meio do desenho. Apesar de se tratar de outro objetivo (no caso, representar o cientista), as crianças de cinco a 12 anos de idade, mesma faixa etária da amostra dessa pesquisa, também representaram uma versão do cientista possivelmente impactada pela mídia, uma vez que a maior parte deles foram representados por homens (*e.g.*, é comum a expressão “homens da ciência” em vez de “cientistas” no contexto das mesmas) com características físicas representadas em filmes e/ou desenhos (*e.g.*, roupas como jalecos, acessórios de laboratórios, óculos, entre outros).

Por outro lado, uma vez que uma família é constituída por indivíduos os quais não convivem e/ou residem juntos, conforme a representação gráfica das crianças amostrais, sugere-se uma concepção de que família é representada, sobretudo, por vínculos afetivos (Ribeiro & Cruz, 2013). Esses vínculos afetivos podem ser mantidos pela convivência familiar, tal qual preconizado pela Constituição da República Federativa (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990). As legislações asseguram o direito de a criança conviver com a família, incluindo a família extensiva e ambos os genitores em condições pós-divórcio (*e.g.*, Artigo 19, ver em Brasil, 1990). As frequências de contato com familiares podem ser cotidianas ou intermitentes. A convivência próxima pode facilitar um estreitamento de laços ou funcionar como uma fonte de conflito e promover distanciamento (Soares, Souza & Cardoso, 2015). Nesse sentido, a simples presença de um genitor ou qualquer membro da família pode evocar respostas que garantam à criança o recebimento de atenção e

do olhar do outro, ainda que se trate de uma relação familiar conflituosa. Em contrapartida, quando a convivência acontece com baixa frequência, a distância pode promover encontros esporádicos pontuais e oferecer justificativa para a falta de vínculo entre indivíduos (Soares, Souza & Cardoso, 2015). Por isso, quanto mais privada da presença de um determinado membro, maiores podem ser as chances de a criança verbalizar sobre o membro, inclusive por meio de desenhos, conforme a Figura 10.



Figura 9. Fernanda, 10 anos, família monoparental feminina. A criança incluiu o pai no desenho.

Na amostra do presente estudo, 50% ($n=9$) das crianças de famílias monoparentais femininas desenharam a família composta por mãe e filhos, sinalizando uma possível maior aceitação das modificações de configurações familiares (Figura 10). As crianças da amostra monoparental masculina permaneceram reproduzindo o modelo formado pai, mãe e filho(a) de maneira integral.



Figura 10. Raquel, 8 anos, família monoparental feminina.

. Tal dado pode ser explicado pelo fato de que, no Brasil, a maioria dos filhos permanecem residindo com a mãe após a separação dos genitores (IBGE, 2014), o que pode facilitar um afastamento paterno físico após a separação. Autores como Castillo (2010) consideram que pais de baixa e média renda, similar à amostra presente, afastam-se mais dos filhos pós-divórcio no quesito apoio afetivo e financeiro em virtude dos modelos monoparentais femininos ainda serem maioria, e não modelos de compartilhamento de guarda. Entende-se que, uma vez que a mulher detenha a guarda exclusiva, pode vir a envolver-se com mais propriedade nos cuidados e educação das crianças. Nesse sentido, além das concepções de gênero quanto aos cuidados básicos, o distanciamento financeiro e o provimento também conduzem à minimização da responsabilidade e vínculos afetivos/interacionais de pais em relação aos filhos (Juras & Costa, 2016).

Configuração do espaço geográfico

A maior parte das crianças optou por desenhar as famílias ocupando espaços públicos (67,6%; $n=74$), e não privados (*e.g.*, casa própria ou de algum parente, 32,4%; $n=34$) (*e.g.*, Figura 11). Até mesmo em relação às crianças que informaram que a família estava localizada em uma casa, apenas 17 (43,6%) representaram graficamente uma casa física.



Figura 11. Alisson, 7 anos, família formada por casal e filhos com parentes. Relatou que a família estava na praia.

A ênfase nos ambientes públicos pode acontecer em virtude de tais crianças fazerem parte de famílias de classes socioeconômicas menos privilegiadas, as quais residem mais próximas às ruas e/ou em maior contato com a situação de rua, uma vez que ocupavam espaços situados em morros e/ou comunidades localizadas no Rio de Janeiro. Condições físicas da casa também influenciam na perspectiva da rua como extensão do lar. Moradias quentes, desconfortáveis e reduzidas podem influenciar que famílias passem períodos do tempo na rua e compartilhem maior apanhado de experiências com a comunidade (Amazonas, Damasceno, Terto, & Silva, 2003).

O estudo de Silva e Avelar (2014) teve como objetivo averiguar concepções de famílias para crianças recifenses em situação de rua, utilizando como uma das técnicas o desenho da família. Nessa amostra, a vulnerabilidade foi um dos aspectos considerado na compreensão dos vínculos familiares. As autoras concluíram que as crianças terminam por fazer da rua a extensão de sua casa, na medida em que a rua aparece como meio para alcançar um objetivo, sendo esse o

de sobreviver. Com isso, os modelos familiares situados no contexto de um lar fisicamente representado foram enfraquecidos. Na presente pesquisa não houve uma amostra de crianças em situação de rua ou abandono, mas contemplou famílias vivendo em comunidades periféricas do Rio de Janeiro, o que pode corroborar com apresentação de resultados semelhantes ao do estudo citado.

No presente estudo, os participantes também foram indagados se a família do desenho estava em um dia especial. Diante da pergunta, 28,7% ($n=31$) das crianças mencionaram que não, enquanto outras mencionaram dias relacionados à presença da família reunida (*e.g.*, o dia de união da família, casamento dos pais, dia em família, dia de felicidade em família, dia do abraço, dia em que mãe namora o pai e dia em que todos comem juntos, entre outros) (Figura 12). Os resultados da análise de verossimilhança, opcional ao Teste qui-quadrado, demonstrou que crianças de grupos de famílias tradicionais demonstraram 0,17 mais chances de evidenciar situações que evoquem momentos coletivos em família e com sinais de afeto quando comparadas às crianças de outros grupos familiares ($\chi^2 (1) = 11,23$, $(p=0,001)$). A presença de genitores pode sinalizar um espaço mais propício para que crianças vivenciem momentos de recebimento de carinho, atenção e afeto (Skinner, 1989; Weber, 2017).

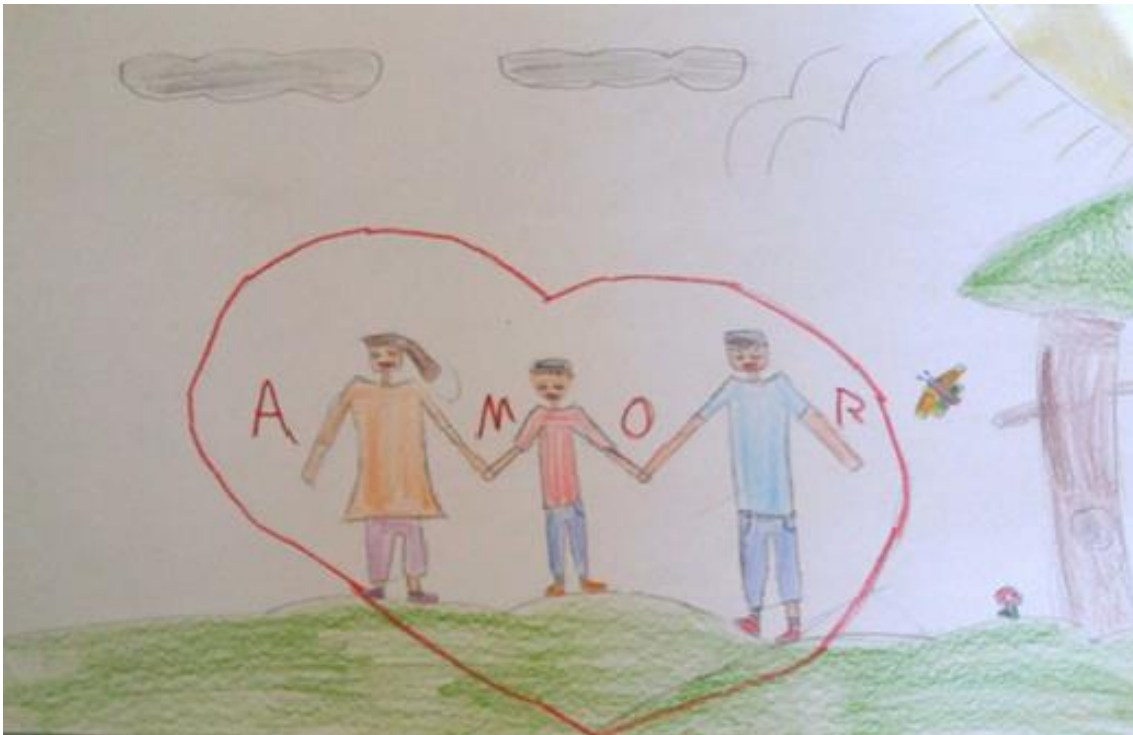


Figura 12. Davi, 10 anos, família formada por casal com filhos. Relatou que a família estava vivendo um dia especial na Praia Vermelha – Rio de Janeiro. Estavam caminhando e agradecendo a Deus por esse momento de união da família.

Nível de conteúdo

O membro representado em maior tamanho nos desenhos foi o pai (42,5%; $n=45$). Tal dado pode estar associado à estatura real do pai que, na maioria das vezes é mais alto que os demais membros (Figura 13 e 14). No entanto, uma discussão sobre gênero também pode ser retomada. No que tange à análise do comportamento, gênero é um termo relacionado à diferenciação social e cultural entre homens e mulheres (Heywood, 2010). Gênero pode ser visto com um conjunto de padrões de comportamentos ontogenéticos, ou seja, encarados como típicos de mulheres e homens dentro de uma cultura (Silva & Laurenti, 2016). Ainda que as mulheres sejam provedoras de determinadas famílias e tenham ganhado destaque no mundo do trabalho, o homem ainda pode ser visto como figura de autoridade dada a história ontogenética e cultural (Alcântara, Peixoto, & Silva, 2017). Tal realidade, ainda presente na sociedade ocidental, pode explicar, mesmo que em parte os dados do presente estudo.

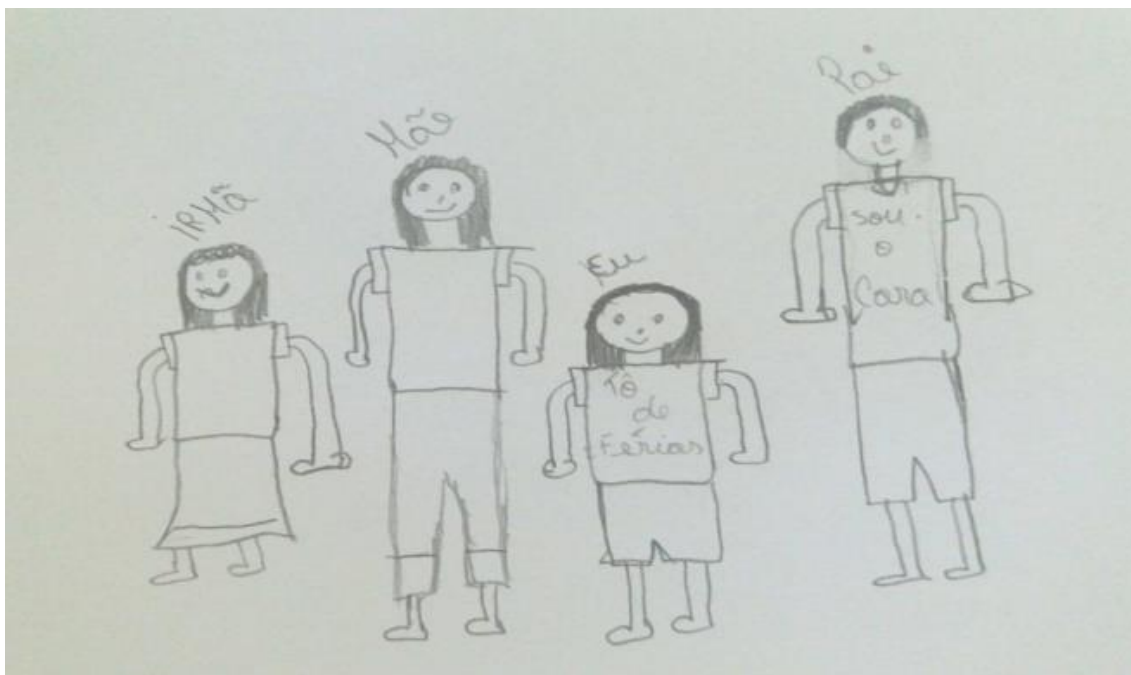


Figura 13. Catarina, 10 anos, família formada por casal com filhos. Pai com maior dimensão e mais valorizado, com a frase “Sou o cara” escrita em sua vestimenta.

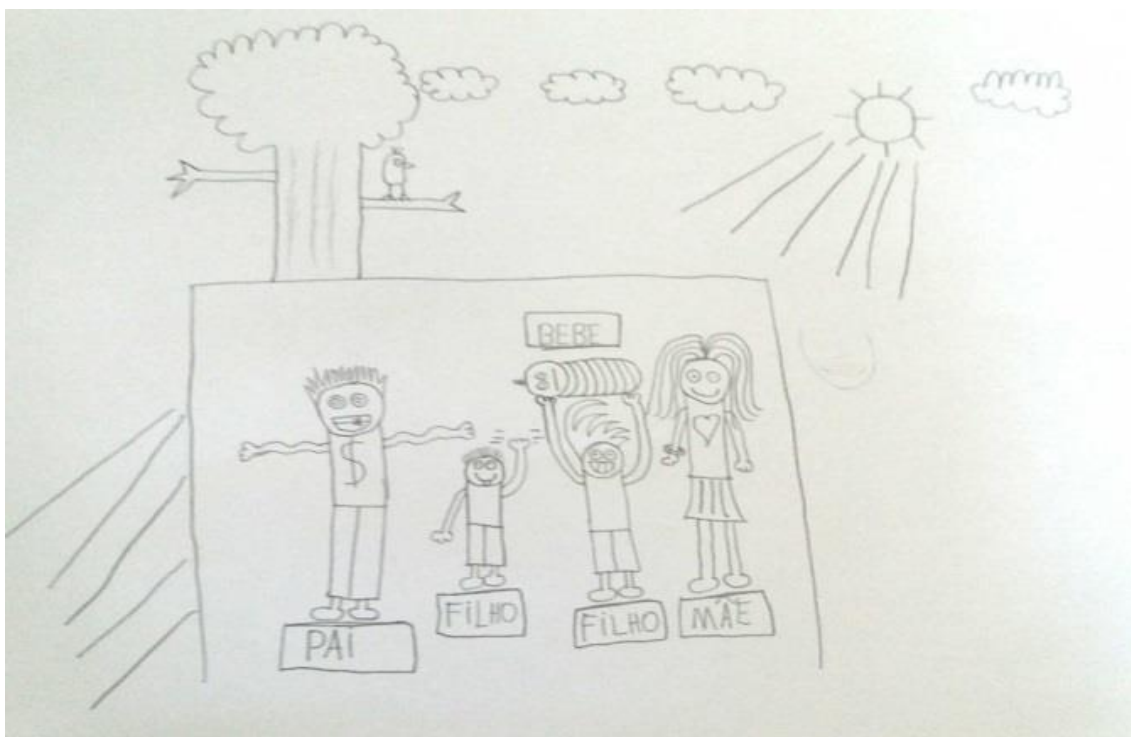


Figura 14. Jean, 10 anos, família formada por casal com filhos. Pai com músculos e com camisa com símbolo de dinheiro, sugerindo noções de fortaleza e poder.

O pai apareceu como o membro retratado na parte externa da folha, ou seja, mais distante (25,9%; $n=28$) ou isolado (9,3%; $n=10$) (Figura 16). Isso pode

refletir, ainda, o distanciamento desses pais, os quais, culturalmente, nem sempre executam a tarefa de cuidados com tanta disponibilidade como as mães em famílias de casais com filhos ou monoparentais (Silva & Laurenti, 2016). Por outro lado, o personagem que apareceu mais perto da criança foi a mãe (Figura 15 e 16), mesmo no caso das crianças provenientes de famílias monoparentais masculinas. Uma hipótese a ser levantada é a de que, culturalmente, espera-se que os cuidados básicos (*e.g.*, nutrição, aconchego, estabelecimento de rotina, higiene) para o desenvolvimento da criança sejam provenientes do gênero feminino (Alcântara, Peixoto, & Silva, 2017). Esse dado de maior proximidade com as mães também vai ao encontro da literatura, a qual infere que até mesmo mães que não residem com os filhos exercem papel mais ativo na educação de seus filhos em relação aos pais que não coabitam com filhos (Greene, Anderson, Forgatch, Degarmo, & Hetherington, 2012).



Figura 15. Ian, 10 anos, família monoparental feminina. Desenhou o pai afastado da família.



Figura 16. Amanda, 9 anos, família monoparental feminina. Retratou ela (criança) e a mãe afastadas do restante da família.

Vale destacar, ainda, que não houve uma associação entre membros retratados no desenho e membros que residem com as crianças participantes ($\chi^2(1) = 10,5, (p=0,72)$) e tampouco uma associação entre distanciamento e residência próxima à criança da amostra ($\chi^2(1) = 18,9, (p=0,39)$). Isso pode sugerir que noções de aproximação e/ou distanciamento, bem como de isolamento não têm relação direta com a coabitação, mais uma vez corroborando a ideia de que a proximidade é percebida muito mais pelo afeto que pela presença física (Ribeiro & Cruz, 2013).

Dinâmica interacional da família

As crianças enfatizaram nos desenhos, principalmente, as ações realizadas sozinhas, como mexer no celular, ver televisão, plantar, dormir, estudar, pensar (Tabela 4). Isso pode estar relacionado à cultura da sociedade contemporânea, que valoriza valores de liberdade e individualidade (Dias, 2017) e que enaltece indivíduos sozinhos, com diminuída interação, características comuns aos grupos culturais em vigência (Skinner, 1987). No entanto, algumas crianças ainda enalteceram atividades realizadas em grupo, conforme figura 17.



Figura 17. Renata, 8 anos, família formada por casal com filhos. Estavam brincando de bola juntos.

Tabela 4

Comportamentos Individuais no Desenho da Família

	Mãe		Pai		Criança	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Atividades com criança	24	21,6	27	24,3	-	-
Atividades com mãe	-	-	13	11,7	9	8,1
Atividades com pai	11	10,0	-	-	5	4,5
Atividades com pais	-	-	-	-	6	5,4
Atividades com irmão(s)	4	3,6	1	0,9	7	6,3
Atividades sozinho(a)	23	20,7	33	29,7	31	27,9
Atividades coletivas	11	9,9	7	6,3	9	8,1
Atividades domésticas	7	6,3	2	1,8	3	2,7
Ausência de comportamentos	8	7,2	9	8,1	6	5,4

Questões referentes ao gênero também apareceram nos resultados dos comportamentos dos membros das famílias. Percebe-se que para as crianças da amostra o homem ainda pode ser visto como o responsável por prover a casa em termos materiais, mas não por cuidar da rotina doméstica (Silva & Laurenti, 2016). Uma das demonstrações de que essa concepção permanece é que parte das crianças (29,7%; $n=33$) referiu terem desenhados os pais trabalhando (Figura 18), dirigindo, ajudando a mãe, entre outros, reforçando a concepção de que os homens permanecem somente na função de cooperadores de cuidados a serem realizados por mulheres (Heywood, 2010; Silva & Laurenti, 2016).

Nota. A Tabela 3 apresenta os comportamentos individuais de cada elemento humano constituinte do desenho. As colunas mãe, pai e criança fazem relação com as colunas que indicam dados quantitativos sobre comportamentos específicos, relacionadas às atividades como criança, com mãe, com pai, com pais, com irmão(s), entre outros.



Figura 18. Luiz, 9 anos, família monoparental masculina.

Além do questionamento sobre o que fazia cada personagem representado no desenho de maneira individual e coletiva, foi perguntado como cada personagem estava se sentindo naquele momento (Tabela 5). Os resultados sugerem que emoções positivas, como “bem”, “feliz”, “alegre”, foram predominantes. As crianças também responderam como os personagens se sentiam por estarem juntos. As respostas mais frequentes foram felizes (34,3%; $n=37$) e “sentindo-se bem” (28,7%; $n=31$).

Tabela 5

Sentimentos da Família e seus Membros no Desenho da Família

	Família		Mãe		Pai		Criança	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Bem	31	28,7	37	34,3	38	35,2	37	34,3
Feliz	37	34,3	37	34,3	35	32,4	43	39,0
Alegre	3	2,8	8	7,4	6	5,2	9	8,3
Nada	9	8,3	2	1,9	3	2,8	2	1,9



Figura 19. Andréa, 9 anos, família de casal com filhos.

Para a análise do comportamento, emoção não se refere a um estado de consciência, e sim a uma alteração na predisposição à ação ou a um conjunto de respostas específicas (classes de respostas) (Skinner, 2003). As crianças, de maneira geral, descreveram verbalmente sentimentos como bem, legal, nada, feliz, entre outros. Isso pode representar uma maneira de falar sobre sentimentos com uma descrição comprometida ou ausente, sugerindo ocorrência de um operante verbal intraverbal. Respostas intraverbais são consideradas por Skinner (1957) como triviais ou fórmulas usadas socialmente de maneira automática. Comumente, quando indivíduos são questionados “Como vai você?”, podem responder de maneira automática “bem”, sem que se reflita e descreva após a pergunta. Nesse sentido, nessa pesquisa, quando foi perguntado às crianças “Como determinado membro está se sentindo no desenho?”, elas podem ter emitido respostas intraverbais sem que fique claro como, de fato, os membros do desenho estivessem se sentindo (Figura 19).

Quanto à inclusão e exclusão de membros nas atividades da família, o pai foi o membro mais incluído mesmo nos casos em que a criança reportou não coabitar com o pai. Ele foi incluído em maior proporção por crianças de famílias monoparentais femininas (50%; $n=9$) e mãe com filhos e parentes (50%; $n=3$). O

Teste qui-quadrado indicou que houve uma associação significativa entre o tipo de modalidade de famílias não tradicionais (que não incluíam o pai) e a inclusão da figura paterna em maior tamanho no desenho, $\chi^2 (30) = 75,3$ ($p=0,001$). Isso sugere que crianças que não coabitam com os pais estão sensíveis à presença do mesmo e à sua importância na configuração familiar. Pode-se sugerir a existência de uma privação de contato e de atenção relacionada à presença do genitor com o qual não coabita. A ausência do genitor aumenta, com isso, o valor dos reforçadores envolvidos em estar com o pai (*e.g.*, ser cuidado, sentir-se olhado, ter companhia, ter alguém a suprir necessidades, entre outros), por isso, diz-se tratar de uma operação motivadora (Skinner, 2003).

6.2. Relato de crianças sobre famílias

6.2.1. Análise lexical

Para o analista do comportamento é relevante conhecer a percepção e a construção do relato verbal da criança sobre como a família está influenciando no seu desenvolvimento. Ao avaliar as concepções de famílias para ela, levantam-se hipóteses mais fidedignas de influências culturais em grupos minoritários familiares (Rigg & Pryor, 2007). Capta-se como o indivíduo e a cultura, por meio de agências de controle, relacionam-se, favorecendo o esclarecimento de como as contingências sociais definem a vivência de um grupo específico (como pensam, sentem, comportam-se) (Hart & Risley, 1995; Bijou & Latham, 2012).

Uma das formas de conceitualização desse acultramento seria encontrar relações entre palavras, que podem ser consideradas como produtos de relações comportamentais aprendidas (Catania, 2006a; 2006b). Segundo Catania (2006b), palavras podem corresponder a comportamentos. Elas interagem com os ambientes, umas com as outras e com outras modalidades de comportamentos. Suas propriedades comportamentais estão relacionadas com contingências não-verbais e as relações com tais contingências podem ficar distorcidas em virtude das contingências sociais manterem o comportamento verbal. Assim, palavras podem ser enfocadas como estímulos antecedentes, respostas ou estímulos consequentes, que se mantêm em relações de contingências sociais reforçadoras.

Várias relações entre estímulos já foram descritas por autores que desenvolveram estudos experimentais sobre o comportamento verbal, e descreveram estruturas relacionais entre estímulos e estímulos, assim como entre estímulos e respostas – entre os quais as palavras se encaixam (Hayes, Fox, Gifford, Wilson, Barnes-Holmes, & Healy, 2001). Esses autores elaboraram a Teoria dos Enquadres Relacionais (RFT, do inglês *Relational Frame Theory*), que descrevem algumas relações principais, como as seguintes: 1) relações de coordenação, que são de semelhança ou identidade, aquelas que vêm depois do autoclítico “X é...”, ou “igual a”, ou “semelhante a”. No caso deste estudo, o próprio instrumento de coleta instiga claramente a emissão de respostas de coordenação. A pergunta apresentada, como será melhor descrita adiante foi “O que é uma família para você?”. O autoclítico “é” pede por palavras que se coordenem com a palavra “família”; 2) relações de oposição, que são relações do tipo que denota que “X não é igual a Y”, ou “X é o oposto de Y” e 3) relações hierárquicas, nas quais um estímulo faz parte ou compõe outro estímulo e lhes dão significado. Por exemplo, “o leão é um felino”, coloca o animal “leão” em uma classe maior de estímulos “felino”, por causa de suas características comuns a outros animais que não sejam “leões” (Wilson & Luciano, 2002).

Considerando o exposto, o objetivo foi analisar as concepções de famílias segundo o relato verbal de uma amostra de crianças cariocas. Foi apontada a frequência de palavras ditas nas respostas das crianças a partir do comando “O que é uma família para você?”. Além disso, foram demonstradas as conexões entre as palavras pronunciadas. Em um primeiro momento, as respostas dos participantes ($n = 108$) foram lidas com a pretensão de conhecimento do conteúdo dos relatos. Para isso, foram lidos individualmente e de maneira minuciosa. Em seguida, foram analisados por meio do IRaMuTeQ (Camargo & Justo, 2013). O programa é considerado uma interface de programação baseada na linguagem R, capaz de realizar uma análise quantitativa de dados textuais.

A primeira etapa realizada foi unir todas as respostas ou textos e, assim, transformá-la em um *corpus* ou conjunto de textos. Nesse momento, cada resposta foi lida e corrigida, atendendo às orientações do programa de excluir e substituir símbolos que podem impedir ou causar erros na análise realizada pela interface (e.g., hifens, aspas, travessões) (Camargo & Justo, 2013).

Cada uma das respostas foi categorizada por meio de variáveis de interesse, a saber: sexo, idade, modalidade de escola (particular ou pública), modalidade de famílias e realização de desenho compatível com modelo convivente ou não. A maior parte das variáveis foi coletada por meio do questionário sociodemográfico respondido pelos pais.

Figura 20. *Corpus* textual com linhas de comando referentes às respostas e variáveis categóricas

```
**** *C_01 *id_sete *f_monopfem *des_comp *s_fem *e_part
Muito feliz. Eu amo muito ela. São muito importante para me fazer feliz. Para ter seu pai, sua mãe. Para ter
**** *C_11 *id_oito *f_reconstituída *des_incomp *s_masc *e_part
Não sei falar. Não sei. Nunca ninguém me perguntou isso. Família é uma coisa muito importante que a gente te
**** *C_12 *id_dez *f_casalcfilhos *des_incomp *s_fem *e_part
É pessoas reunidas, alegres e felizes. Você é minha tia não porque é irmã da minha mãe, mas tem muita gente
**** *C_13 *id_doze *f_casalcfilhos *des_comp *s_masc *e_part
Pessoas unidas, que nunca te deixarão para trás.
**** *C_3 *id_dez *f_casalcfilhos *des_incomp *s_fem *e_part
É legal pra mim. Sem minha família não sou nada. Se minha mãe não me colocasse no mundo, eu não tava aqui. E
**** *C_14 *id_sete *f_reconstituída *des_incomp *s_masc *e_part
Uma coisa reunida para mim. Quando estou sozinho, sei que eles estão ao meu lado. Uma família é bom pra mim.
```

Fonte: *Corpus* elaborado com os dados obtidos na pesquisa

Após a confecção do *corpus* da pesquisa, foi realizada a análise de dados textuais: a lexicografia básica. Assim, serão apresentados aqui dados de frequências de palavras presentes em dois tipos de análises: 1) nuvem de palavras e 2) análise de similitude. A primeira análise é responsável por agrupar as palavras que mais se relacionam entre si, organizando-as por meio de um gráfico. Foram selecionadas como palavras de interesse (formas ativas) os adjetivos, substantivos, verbos, advérbios e formas não reconhecidas pelo dicionário do IRaMuTeQ. A segunda análise baseia-se na teoria dos grafos, bastante utilizada por pesquisadores que estudam representações sociais. Por meio dela é possível identificar relação entre palavras, como tipo de conexão entre as palavras dos relatos (Camargo & Justo, 2013).

Nuvem de palavras

A análise nuvem de palavras representa a frequência de palavras usadas nos

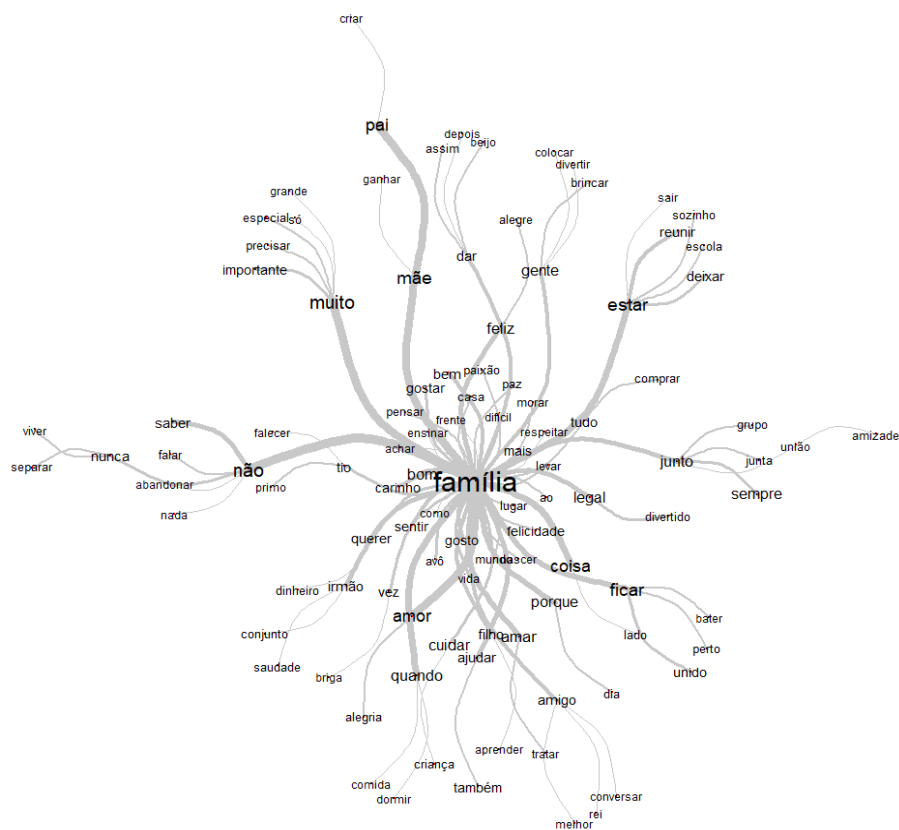


Figura 22. Análise de similitude

No centro do gráfico apareceu a palavra família ($n = 96$) associada às ramificações de palavras utilizadas com mais frequência: não ($n = 52$), muito ($n = 42$), estar ($n = 35$), mãe ($n = 34$), ficar ($n = 32$), amor ($n = 27$) e coisa ($n = 23$). A palavra mãe foi vista associada à palavra pai ($n = 31$), esta, por sua vez dita em menor frequência, e ambas associadas ao verbo criar ($n = 3$, *e.g.*, “Um pai e uma mãe que te criaram”). Por outro lado, a palavra mãe esteve associada ao verbo ganhar ($n = 3$, *e.g.*, “Querida que minha mãe arranjasse um emprego, porque ela ganharia um emprego”). A justificativa pode ter relação com o fato de a mãe ainda assumir, culturalmente, os cuidados básicos dos filhos, como alimentar, cuidar e acompanhar em maior frequência quando comparado ao gênero masculino (Silva & Laurenti, 2016; Vieira, Bossardi, Gomes, Bolze, Crepaldi, & Piccinini, 2014).

A palavra ‘não’, que indica relações de oposição, esteve associada às palavras saber ($n = 15$), nunca ($n = 15$), falar ($n = 5$), separar ($n = 4$) e abandonar ($n = 3$), representando a concepção de separação e abandono (*e.g.*, “São pessoas felizes, reunidas, uma ajudando a outra. Nunca se separam e vivem um pelo

outro”). Essas palavras aparecem como estímulos distintos ao estímulo família por meio de uma relação de oposição (Hayes et al., 2001). Uma relação de oposição considera que as palavras mencionadas possam ser consideradas contrárias à família. Nesse sentido, a sensação de abandono e/ou separação aparece de um lado, enquanto a família permanece de outro, caracterizando ‘família’ como aquela que não abandona ou passa por separações.

Por outro lado, as crianças também consideraram determinadas palavras em relações de coordenação ou correspondência com a palavra família. O termo em questão (*e.g.*, família) e outras palavras podem ser relacionados de maneiras similares e semelhantes (Hayes et al., 2001). Em uma lógica simbólica, as crianças mencionaram que determinados estímulos discutidos a seguir podem ser aproximados à família. Isso pode ser visto quando a palavra ‘junto’ (ligada a família) apareceu associada a dimensões de ‘grupo’, ‘amizade’, ‘união’. Do mesmo modo, o verbo ‘ficar’ permaneceu associado às noções de proximidade quando associado às palavras unido ($n = 12$), perto ($n = 6$) e lado ($n = 5$) (*e.g.*, “Pessoas unidas que nunca vão se separar nem quando ficarem velhinhas. Essas pessoas sempre vão viver no meu coração”). Em consonância, a palavra junto também surgiu ao lado de palavras que indicam a mesma função de proximidade: grupo ($n = 5$), junta ($n = 5$), amizade ($n = 5$), união ($n = 3$) (*e.g.*, “Grupo que não se separará e ficará para sempre junto. Uma pessoa companheira, seu melhor amigo, grupo companheiro que não vai deixar ninguém”).

A palavra amor esteve associada a amar ($n = 24$), cuidar ($n = 19$), amigo ($n = 18$), querer ($n = 16$), ajudar ($n = 15$), irmão ($n = 15$), filho ($n = 14$), gosto ($n = 10$), sentir ($n = 9$), alegria ($n = 6$), criança ($n = 5$), dinheiro ($n = 4$), saudade ($n = 4$), comida ($n = 3$). Nesse sentido, entende-se que a dimensão amor e/ou afeto foram associadas ao suprimento de cuidados básicos (*e.g.*, comida, cuidar, ajudar, “Cuidam da gente quando estamos doentes”), provimentos materiais (*e.g.*, dinheiro, “(...)vai sempre gostar de você e vai comprar as coisas se tiver dinheiro”) e relação de amizade (*e.g.*, conversar, amigo, “É um lugar que todo mundo se ama (...). são nossos primeiros amigos”). Verifica-se uma relação de equivalência de estímulos, mencionando que o estímulo ‘família’ pode significar o mesmo que o estímulo ‘amor’ e derivados (Hayes et al., 2001).

As palavras “pai” e “mãe” estiveram associadas entre si numa relação hierárquica com família, denotando que, na concepção das crianças entrevistadas,

a família ainda pode ter enquanto exigência para se constituir como tal, a configuração tradicional. Tanto a análise lexical como a análise de conteúdo discutida a seguir apontaram para concepções que indicam famílias como espaços de afeto e de modelos tradicionais (mãe e pai), com outros membros ou não representados ao redor delas.

6.2.2. Análise de conteúdo

Os procedimentos adotados para a análise de conteúdo foram os seguintes: a) leitura das respostas das crianças para a pergunta “O que é uma família para você?”, b) identificação de respostas que se aproximavam em termos de conteúdo, dispondo-as em categorias, c) nomeação das categorias (núcleos temáticos) conforme conteúdo em comum, d) tratamento de resultados, inferência e interpretação de dados dispostos nos núcleos temáticos (Bardin, 2011). Considerando tais passos, foram apontados os seguintes núcleos temáticos discutidos a seguir: 1) família como espaço de afeto, 2) família como provedora, 3) família como conjunto de amigos, 4) família a partir de modelos específicos.

Família como espaço de afeto

Os discursos expressos nesta categoria estão relacionados à família associada às concepções de “amor”, “carinho” e ao verbo “amar”. Do ponto de vista analítico-comportamental, o indivíduo denomina o que sente de ‘amor’ por meio de uma perspectiva de fora para dentro, considerando, principalmente, o ponto de vista externo. Primeiramente, observa o que outro faz e o ama a partir das consequências recebidas pelos outros. Nesse sentido, o amor pode ser visto como um repertório de respostas afetivas a serem aprendidas observando os outros (Guilhardi, 2017; Skinner, 1991). As falas das crianças sugerem uma concepção de família associada à dimensão de amor quando aparece como fonte de reforçamento positivo de ajuda, proteção, acompanhamento, cuidados básicos, assistência física e material, entre outras: “É um amor, carinho. É ter alguém ao meu lado. É uma pessoa que fica ao teu lado e te acompanhando”. (Lia, 7 anos), “Família para mim é tipo um conforto. Quando brigo com alguém sua família te ajuda a ficar melhor e fazer as pazes com eles.” (Bernardo, 11 anos).

A análise do comportamento considera que os comportamentos são selecionados pelos níveis filogenético, ontogenético e cultural (Skinner, 2003). Não seria diferente com a dimensão amorosa e/ou afetiva. Filogeneticamente, a criança nasce com potencial genético para sugar o seio materno, emitir determinados sons, acolher afagos, imitar e desempenhar uma gama de respostas reflexas incondicionadas (inatas). Desde o nascimento, ela já apresenta maiores chances de responder ao calor ameno, toque físico suave e voz amena. Nessa perspectiva, a presença dos primeiros cuidadores pode ser vista como uma fonte de reforçamento para a criança, em virtude de, no mesmo momento em que eles promovem o toque do carinho e a interação de maneira docilizada (estímulos reforçadores), protegem do calor e/ou frio intenso, barulho, objetos perigosos (eventos desagradáveis) (Guilhardi, 2017). A vinheta abaixo relaciona família à função de auxiliar na sobrevivência de seus membros:

É legal pra mim. Sem minha família não sou nada. Se minha mãe não me colocasse no mundo, eu não tava aqui. Eu tenho amor e carinho por eles. Eu queria mais uma pessoa na minha família: um irmão. Família é tudo! Minha família tem amor, carinho e eles são alegres. Isso que é família. (Lina, 10 anos)

No trecho fica claro que, além de gerar uma criança, os pais e/ou cuidadores funcionam como os primeiros indivíduos a fornecerem os estímulos necessários para que a criança venha a se desenvolver integralmente (Tozze & Bolsoni-Silva, 2018). De acordo com o nível ontogenético, comportamentos são selecionados no processo individual de desenvolvimento. São consideradas as experiências pessoais dos indivíduos, incluindo suas histórias individuais de reforçamento (Skinner, 1991; Skinner, 2003). Por isso, não basta “colocar no mundo”, conforme a fala de Lina, mas fornecer ambiente para que a criança possa crescer com acesso a reforçadores positivos.

A cultura, terceiro nível de seleção dos comportamentos, aparece como responsável por selecionar os comportamentos necessários para que um grupo específico sobreviva (Skinner, 2003). Nesse sentido, o que é reforçador positivo para um membro do grupo tem chances de se tornar reforçador positivo para o outro, assim como o que é evento desagradável para um membro pode vir a se tornar um evento desagradável para o outro (Guilhardi, 2017).

João Marcos, 10 anos, relatou família como “Um conjunto de amor entre si. É um momento muito especial para um pai e mãe o de ter um filho e formar

uma família”. Amar a família pode representar uma classe de respostas a começar pelos pais (amar-se entre si) e se estender para toda a família (amar a todos os membros). Os pais fornecem os primeiros modelos de amor, importante para a sobrevivência da criança e, assim, o grupo também sobrevive. As crianças, ao começarem a imitar os adultos vão emitindo respostas de cuidado uns com os outros (Hirsh, Stockwell, & Walker, 2014), conforme relato de Míriam, 6 anos “Temos que amar a família para ficar juntos, ajudar o nosso pai a fazer vitamina, porque ele gosta”. Nesse sentido, os comportamentos de cuidados e/ou agradamentos em relação aos outros favorecem ao grupo (no caso, a família) permanecer coeso e com noções de bem-estar entre membros (Guilhardi, 2017).

A concepção afetuosa da família também esteve relacionada ora com a proximidade física ora com a distância (saudades). De um lado, a família apareceu como alguém que está sempre por perto, como aquela que “Nunca vai te deixar sozinho. Sempre vai ter alguém para dar a mão” (Andréa, 9 anos). Por outro lado, também foram consideradas pelas crianças famílias formadas por pessoas que não estão mais presentes, seja do ponto de vista de não morar junto, ausência momentânea ou de já ter falecido:

Tudo de bom. Felicidade estar perto deles. Não sair de perto deles. Saudades quando vão trabalhar, quando saem para o mercado e me deixam com a vizinha, quando minha irmã fica com amiga da minha mãe. Sinto saudade do meu irmão que mora em Minas, do meu irmão, que sou do 3º e ele do 2º. Família é muita coisa de bom. (Ruan, 9 anos)

Um dos modelos de estilo parental ou práticas educativas parentais é o do tipo autoritativo, o qual é caracterizado pela proximidade e participação, um equilíbrio entre exigências (limites) e cuidados (afetuosos) (Baumrind, 1966; Maccoby & Martin, 1983). No mesmo momento em que monitoram, estabelecem regras e corrigem condutas, são afetuosos na interação, responsivo nas necessidades e encorajadores nas tomadas de decisões (Rocha & Gurgel, 2018). O presente estudo não se propôs a indicar quais os modelos parentais das crianças da amostra, no entanto, as crianças participantes sugeriram que a participação dos pais em suas vidas é uma condição para o seu desenvolvimento pessoal, bem-estar e para a manutenção dos laços familiares.

Em uma pesquisa realizada com 60 crianças mexicanas e 60 crianças francesas entre cinco e 13 anos de idade, sobre concepções acerca de famílias,

40% da amostra ($n = 48$) afirmaram que quando alguém se muda não pertence mais à família. Quanto mais novas as crianças, maiores os indícios de conceberem família pela proximidade espacial. Quanto mais velhas, maior a tendência a considerar que o tempo de coabitação era a justificativa para manter os laços familiares (Day & Marie-José, 1995). Tais resultados, quase duas décadas depois, tendem a se afastar dos resultados expressos neste estudo. Isso pode ter relação com a maior expansão de modelos de famílias não tradicionais no Brasil (IBGE, 2014), de maneira que há um maior número de crianças convivendo com genitores e outros membros que não compartilham residência em outros espaços físicos. Os membros não residentes foram lembrados nas falas das crianças como constituintes da família, seja quando expressaram sentimentos de membros falecidos, seja quando residiam fora de casa ou em outro estado:

É agradável e muita saúde (família), porque come juntos alguns dias. Com muita paz, porque alguma parte da família não está com a gente em casa. Minha tia, meu tio e vô faleceram. Meu tio faleceu, porque tava na moto e um caminhão bateu de frente e eles faleceram. (Vitor, 8 anos)

Os resultados da presente pesquisa indicaram consonância com a literatura (*e.g.*, Anyan & Pryor, 2002; Rigg & Pryor, 2007; Zabriskie & McCormick, 2003), em que a maioria das concepções sobre famílias tem como resultado uma definição que engloba fatores afetivos (*e.g.*, amor, cuidado e respeito), relações de sangue e residência com os pais. Os critérios mais importantes para definir família na amostra deste estudo foram as noções de afeto evidenciadas por uma convivência próxima ou queixas de quando a convivência não é tão frequente.

Família como provedora

A família como provedora é extraída dos relatos a partir de dois pontos de vistas: (1) cuidados básicos e/ou educacionais e (2) de materiais e/ou bens de consumo. Em um primeiro momento, as crianças da amostra atrelaram à concepção de família como a responsável por fornecer seus cuidados básicos e/ou educacionais (Tabela 6). A família aparece com a função primordial de oferecer cuidados básicos às crianças:

Tabela 6

Família como provedora de cuidados básicos

Vinhetas	Tipo de cuidado básico
“(…) Elas se ajudam. Fazem coisas juntos. Cuidam um do outro, ate dos filhos. Quando vai dormir, minha mãe faz Nescau pra mim. Meu pai me dá um beijo.” (Felipe, 7 anos)	Alimentação/colocar para dormir
“(…) pessoas que me fazem sempre felizes, são muito especiais para a minha vida. Quero sempre perto de mim, tipo se eu tivesse doente, eles me dessem atenção. (Bianca, 7 anos)	Cuidados na doença
“(…) que coloca o cobertor pra gente dormir, conversa com a gente, brinca com a gente, se importa como a criança tá se alimentando e se comportando na escola, se tá estudando. Uma família que faz a gente estudar e depois que a gente cumpre, a gente pode ter nosso direito: brincar. (Jéssica, 8 anos)	Colocar para dormir/Educação

Rocha e Gurgel (2018) afirmam que pais e cuidadores desempenham a função de socialização das crianças na medida em que incentivam comportamentos relevantes para conviver em comunidade. Para tanto, eles organizam cuidados e acesso à educação com o intuito de favorecer interações das crianças entre pares, famílias e sociedades. O estudo de revisão sistemática de Vieira et al. (2014) mostrou que essas responsabilidades ainda são relacionadas principalmente às mães. No entanto, a literatura sugere um momento atual de transição entre o reconhecimento da importância da participação do pai no desenvolvimento da criança sem que ele apareça como ausente ou um mero “ajudante” da mãe (Silva & Laurenti, 2016).

Acho que família é muito legal para quem precisa muito da família. Acho que minha amiga Raquel, porque o pai não gosta, não liga, não dá pensão. Diria que família é muito legal, porque pode conversar com ela, contar algo que aconteceu na escola. (Sara, 8 anos)

A paternidade foi revista desde o período em que a mulher conquistou espaços externos às paredes de casa em termos de deliberação de leis e a possibilidade de emitir um leque de comportamentos até então não autorizados, como o de trabalhar (Silva & Laurenti, 2016). Assim, o pai teve que desenvolver repertórios de habilidades que atendessem às demandas realizadas pelas mães, como as que incluíam cuidados com os filhos e com a casa. Dessa maneira, foram revisados os padrões de comportamentos realizados entre genitores e filhos (parentalidade) e homens e mulheres (conjugalidade). Quando há um acordo entre

os genitores, há espaço para maior envolvimento do pai na educação e responsabilidade dos filhos. Apesar desse acordo conjugal nem sempre ser possível, alguns estudos na área de família, como o de Mosmann, Costa, Silva e Luz (2018), garantem que há um crescimento no número de pais e homens que anseiam por maior envolvimento na criação de seus filhos.

Em outro momento, a família apareceu como a responsável por prover materiais e/ou bens de consumo. As crianças retrataram uma família cuja responsabilidade é fornecer bens de consumo (brinquedos, alimentos específicos) e de lazer (passeios e viagens). O materialismo é definido quando os bens e materiais sejam vias de acesso para a felicidade e desenvolvimento social do indivíduo (Grant, 2014). Um dos antecedentes e motivadores para o materialismo sugerido pela literatura há muitas décadas é a família (Rindfleisch & Burroughs, 1997). Para os autores, bem como para a análise do comportamento, essa dimensão começa a ser aprendida com os pais (Bandura, Ross, & Ross, 1961; Hirsh et al., 2014) por observação vicária ou imitação. Os pais se relacionam com o consumo por meio do espaço em que vivem, despesas obtidas e pela interferência da aquisição de bens no orçamento familiar.

Tabela 7

Família como provedora de materiais e/ou bens de consumo

Vinhetas

“Me dá tudo que eu quero” (Marcelo, 10 anos)

“Ai. Isso aí eu não sei. Ai. É difícil pensar. Uma família é tudo para mim. Ela me dá tudo que eu quero. Porque um dia queria uma boneca cara e minha mãe comprou pra mim. Queria que minha mãe arranjasse um emprego, porque ela ganharia mais dinheiro.” (Fábia, 7 anos)

“Bom, porque eu não fico sozinho e ela também me dá leite. Eu pedi uma bola e minha mãe comprou. Tudo que eu falo ela diz que depois, porque tá tudo caro. Ela passeia no *shopping* comigo e minha irmã, me leva no trabalho dela e me dá lanche. Família é amor e ajudar ao próximo e quem não tem dinheiro.” (Gabriel, 7 anos)

“Uma família que cuida da gente pra a gente crescer. Eles ajudam a gente. Quando a gente quer uma coisa eles dão pra gente, tipo comida, passeios.” (Carolina, 7 anos)

“Nunca pensei isso antes. A minha família é tipo a minha vida. Às vezes eles me dão coisas e eu gosto deles assim. Às vezes beijos. Não sei.” (Larissa, 9 anos)

Além disso, admite-se que não há nenhum episódio na vida do indivíduo em que ele se encontre plenamente saciado dos reforçadores existentes, servindo de base para a explicação de que, independentemente da classe econômica, o comportamento de consumir está presente (Franceschini & Hunziker, 2011; Grant, 2014). Isso pode explicar a presença do verbo “querer” nas falas das crianças. No caso, brinquedos, alimentos e opções de lazer, objetos de consumo do mesmo, são vistos como estímulos reforçadores definidos por Skinner (2003).

Família como conjunto de amigos

A amizade em uma perspectiva analítico-comportamental pode ser explicada pelo nível ontogenético de seleção de comportamentos. Trata-se de vivências particulares de sensações de cooperação e proteção, que podem acontecer em determinados grupos familiares. Sentimentos de amizade podem representar um indivíduo ganhando algo que provenha do outro (Guilhardi, 2017). Isso pode ser visto na seguinte fala de Júlio, 10 anos, sobre família:

Hum! É... Hum... Não sei responder, mas vou responder mesmo assim. É um lugar que todo mundo se ama. Moram juntos. Sempre estão felizes para fazer qualquer coisa. São nossos primeiros amigos.

Nesse caso, pode não se tratar de uma proteção recíproca, noções de fraternidade e companheirismo, na medida em que é sugerida a existência de uma relação unilateral de ganho quando está em jogo o que eles (membros das famílias) podem oferecer para a criança. Essa, por sua vez, está aberta a receber cuidados exclusivos sem mencionar noções de mutualidade, como informar o que ela faz em relação aos pais e/ou cuidadores, irmãos e parentes (Guilhardi, 2017).

As sensações de bem querer e segurança manifestadas pelas crianças da amostra podem funcionar como estímulos reforçadores para a manutenção delas em grupos familiares durante a infância e prolongamento do seu desenvolvimento (Weber, 2017): “Legal. Tem gente. Pode conversar. Pode ter amigos. Pode brincar. Pode jogar bola.” (Paulo, 9 anos). A concepção de proteção e segurança atrelada à família também aparece nos relatos das crianças:

Gosto muito das minhas famílias. Tipo amizade. Sinto muita alegria em ter eles por perto. Sempre quando vou dormir, minha mãe segura a minha mão e fica comigo. (Janaína, 9 anos)

Em relação ao nível cultural, um valor evidenciado na cultura latina tem sido denominado como “familism” ou familismo (Hernández & Bámaca-Colbert, 2016; ver também Wahler & Cerezo, 2005, que relatam diferenças marcantes em criar filhos em cultura americana e espanhola). Refere-se à ligação do indivíduo com a família nuclear e estendida, determinando sentimentos intensos de lealdade, reciprocidade e solidariedade entre os seus membros (Stein, Gonzalez, Cupito, Kiang, & Supple, 2015). Pesquisas sugerem que isso contribui para melhorar o estado de saúde mental dos latinos em comparação a grupos minoritários na medida em que é fornecido um apoio natural em prol do crescimento de seus membros e proteção contra estressores (Hernández & Bámaca-Colbert, 2016; Stein et al., 2015). Além disso, há dados de que famílias que conversam mais com suas crianças promovem comportamentos verbais melhor adaptados no futuro (Hart & Risley, 1995). No presente estudo, essa percepção da família como conjunto de membros amigos pode representar o apoio social da família. A conexão com as famílias pode funcionar, inclusive, para manter uma autoavaliação positiva e um senso de eficácia necessário para enfrentar barreiras presentes na vida das crianças e adolescentes (Stein et al., 2015).

Outra justificativa para a concepção de família estar associada a um conjunto de amigos pode ter relação com o fato de a amostra conter em sua maioria crianças menores de 12 anos. Isso porque, no decorrer do crescimento, o adolescente vai comumente se aproximando de grupos de pares e, conseqüentemente, afastando-se das famílias de origem e de adultos em geral (Furtado, Morais, & Canini, 2016).

Família a partir de modelos específicos

Família tradicional é entendida uma organização familiar composta por pai, mãe e filhos, em que a mulher pode atuar como cuidadora dos filhos, do marido e do lar, enquanto o homem aparece como provedor do sustento econômico e financeiro (Del Priore, 2016). No entanto, apesar de as crianças representarem pai e mãe como os constituintes da família, não reportaram questões relacionadas às funções específicas de gênero, conforme proposto no modelo de família tradicional. Paula, 12 anos, informou que:

Uma família é tipo meu pai estar junto com minha mãe, e não com minha madrasta. Porque no dia dos pais eu vou estar junto

com meu pai sem minha mãe e eu queria estar junto com eles e meus irmãos. No dia das mães a mesma coisa. No meu aniversário não posso ficar com os dois, porque minha mãe não pode ver meu pai, se não ela quer pegar ele, bater. Não sei a verdadeira história. Meu pai diz que minha mãe bebia, ela que era traição.

A pergunta “O que é uma família para você?” foi mobilizadora para que Paula contasse sobre litígios familiares envolvendo os genitores. Atualmente, a menina reside com a irmã, no entanto, não fez referência à irmã como família, e sim, retomou para o modelo tradicional desempenhado por casal e filho(s).

A literatura da área de família afirma que a relação conjugal conflituosa interfere diretamente na relação com os filhos, contribuindo para uma configuração familiar demarcada por discórdia e queixas comportamentais dos filhos (Mosmann et al., 2018). Em consonância, a análise do comportamento considera que práticas parentais negativas podem ser mais comuns em caso de litígio conjugal e comprometimento na saúde mental dos pais. Por outro lado, práticas positivas realizadas por pais, vivendo juntos ou separados, funcionam como fator relevante na minimização de problemas internalizantes (*i.e.*, ansiedade, depressão e somatizantes) em crianças e adolescentes (Tozze & Bolsoni-Silva, 2018).

Apesar de serem evidentes as mudanças dos modelos familiares, não foi encontrada nenhuma referência capaz de evidenciar com clareza essas modificações. Quando não se tratava de uma família tradicional (pai, mãe e filhos), a referência das crianças era de uma família extensiva, que incluíam figuras como irmãos e avós.

Uma família para mim é tipo uma colônia, mas divertido. Tem uma colônia de filhos e os reis são pai e mãe. Uma família significa muito para mim, mais que uma família de amigos. Família são importantes porque um amigo pode ser amigo de um amigo que é de outra família. Uma família é como uma família de reis. Tios e tias são os cavaleiros e o vô e a vó são o rei e a rainha. A mãe e o pai são o príncipe e a princesa. Os filhos, eles vão para a escola para aprender a ser mosqueteiros, cavaleiros ou arqueiros. O vô e a vó estão no topo da família. Não. Eles estão nos primeiros lugares. O pai e a mãe não estão nos primeiros lugares. Em 1800, 1900, a família está unida. Hoje ainda está. Nunca vai deixar de ser. Os primeiros lugares são tatataratataravó e tataratataravô. Os filhos podem ser o que quiser, imaginar aonde vão, para no futuro ser o que quer. (Luiz, 9 anos)

Outra modalidade de família para algumas crianças foram as que incluíam os membros externos. Dessa maneira, a concepção não era de uma família formada por laços consanguíneos, e sim, mais uma vez, a que evidenciava a dimensão afetiva, quando relacionada à amizade e sensação de proximidade (Ribeiro & Cruz, 2013), como as seguintes concepções sobre famílias: “São várias pessoas. Se eu estou com um amigo, ele é uma família, pois é importante para mim.” (Rodrigo, 10 anos).

É pessoas reunidas, alegres e felizes. Você (pesquisadora) é minha tia não porque é irmã da minha mãe, mas tem muita gente da rua que é mais minha tia que da minha própria família. Tem mais gente que tá presente na minha vida mais. (Juliana, 10 anos)

Essas falas enaltecem que a estrutura familiar não é o único fator que influencia a percepção de família, e sim permanecer juntos, disponibilizar atenção, companhia e/ou algum investimento afetivo aparecem como fonte de reforçamento social para as crianças (Tozze & Bolsoni-Silva, 2018).

Ainda que algumas crianças tenham se manifestado em relação à família extensiva ou a que incluía membros externos, o discurso das crianças sempre retornava para mãe e pai como figuras centrais, enquanto as outras figuras permaneciam periféricas (Ribeiro & Cruz, 2013). Em consonância, a pesquisa de Wedemeyer, Bickhard, e Cooper (1989) concluiu que quando crianças tiveram que escolher entre várias fotos representando agrupamentos familiares, todas selecionaram a imagem com pai, mãe e filho(a). No entanto, quase três décadas depois, a concepção de uma família tradicional pareceu ter se mantido neste estudo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi investigar as concepções de famílias para crianças, considerando suas produções gráficas e relatos verbais sob a perspectiva teórica da análise do comportamento. Para atender a tal objetivo, foram utilizadas duas técnicas: 1) o desenho da família (juntamente às informações sobre o desenho fornecidas pelas crianças) e o 2) relato sobre "o que é uma família". Ambas tiveram como propósito fornecer dados de pesquisa para que, no desfecho da pesquisa, fosse possível compreender as principais concepções de famílias mencionadas por crianças.

A técnica gráfica desenho da família representou, neste estudo, uma ferramenta para que a criança comunicasse a interpretação de sua relação com o ambiente próximo, no caso a família. Esse resultado esteve de acordo com a teoria discutida no capítulo 4, sobre "O Desenho infantil e o Desenho da Família como estratégia de comunicação". Isso porque, frente a um comando "Desenhe uma família", sem qualquer especificação de qual seria a família a ser apresentada, a maior parte das crianças reportaram a própria família. No entanto, as famílias reportadas, indicadas pela criança como a "sua", não necessariamente corresponderam à composição familiar mencionada no questionário sociodemográfico preenchido pelos responsáveis.

No que concerne ao relato sobre famílias, as crianças apresentaram relatos que convergiram nas seguintes categorias: 1) família como espaço de afeto, 2) família como provedora, 3) família como conjunto de amigos e 4) família a partir de modelos específicos. As crianças representaram noções de família associadas às dimensões do "estar junto", "ao lado", "perto" ou que "nunca abandona ou se separa". Além disso, indicaram a família ora com a função de provedora de bens materiais e cuidados específicos ora como a que possui função de amizade. Apesar disso, ainda apareceram resultados que indicaram a família do ponto de vista de formação de modelos específicos, principalmente no que consiste a uma família formada por casal heteroafetivo e filho(s). Tanto a análise lexical (contagem ou frequência de palavras) como a análise de conteúdo (descrita anteriormente) demonstraram famílias mencionadas por crianças como fator de

proteção, espaço afetivo e de modelos tradicionais (mãe e pai), com outros membros ou não representados ao redor dos genitores e criança.

Não foi objetivo deste trabalho de doutorado definir o que seria uma família. Primeiramente, porque não existe um arranjo único de família. A realidade engloba uma complexidade de modelos familiares, com diversos arranjos, cores e organizações. Além disso, os resultados sugeriram que uma família pode ser compreendida analiticamente. Isso porque, uma vez apontadas as concepções de famílias para crianças, o analista do comportamento pode direcionar suas intervenções para trabalhar com crianças e suas famílias. Afinal, análises funcionais podem ser realizadas pela própria criança em relação ao seu ambiente (família), inclusive tomando como instrumentos o desenho da família e o relato verbal infantil.

A teoria analítico-comportamental indicou que famílias são produtos das transformações históricas e culturais (capítulos 2 e 3). Além disso, as famílias podem variar conforme o nível cultural em que o indivíduo está inserido (Silva & Avelar, 2014). No caso, em virtude de uma maior parte das crianças da amostra serem oriundas de famílias tradicionais e religiosas (cujas religiões pregam a importância de famílias formadas por casal heteroafetivo com filhos), o valor da tradição pode se tornar maior. Isso pode explicar o resultado dos desenhos de famílias realizados pelas crianças participantes serem, em maioria, compostos por um casal de homem e mulher com criança(s), bem como os relatos verbais sobre o que seria uma família registrarem os papéis de pai e mãe, homem e mulher em evidência diante da formação de famílias compostas por outros membros.

A tradição relacionada às funções de gênero dentro da família e da sociedade também se mantiveram nesse estudo (Heywood, 2010; Silva & Laurenti, 2016). As crianças enalteceram a concepção de pai e marido como provedor e da mãe e esposa como cuidadora da casa e das tarefas relacionadas aos filhos. Esses dados foram mencionados desde o preenchimento do questionário sociodemográfico, em que os respondentes citaram que as mães são em maior frequência as responsáveis pelas crianças quando elas se encontram em casa. Isso pode ser considerado o oposto das novas regras vigentes na sociedade, em que a igualdade de gênero vem sendo encorajada. No entanto, embora existam avanços, na prática, as contingências ainda precisam se modificar de maneira que se tenha espaço para que homens e mulheres possam conviver compartilhando tarefas,

optando por arranjos de famílias que desejarem e se organizarem em torno da dimensão do afeto, a qual já foi apontada pelas crianças da amostra ser o principal fator que os une na vida em sociedade.

Os resultados da presente pesquisa sugeriram que os membros que residem com as crianças não necessariamente são considerados por elas como constituintes das famílias. A noção de família teve, sobretudo, uma maior relação com a função que ela exerce no desenvolvimento da criança: fornecimento de amor e/ou afeto, suporte emocional e material. Ou seja, indivíduos que cumprem tal função já podem ser vistas como famílias para ela. Não é à toa que a própria pesquisadora foi mencionada em uma das falas como uma verdadeira “tia” da criança quando comparada às tias de sangue, exatamente por ter cumprido a função momentânea de fornecer atenção e afeto para a criança, valorizando o conteúdo trazido por ela e a presença da mesma.

Destaca-se o fato de parte das crianças da amostra terem demonstrado um abandono da topografia (formato específico) de família e terem verbalizado sobre a função de uma família. Porém, os resultados obtidos nesta pesquisa ainda não indicam uma completa inclusão desses novos modelos familiares, principalmente porque a perspectiva de família formada por constituição mãe, pai e filho (família tradicional) apareceu, respectivamente, nos desenhos da família e nos relatos sobre família. Pode-se considerar que há um caminho que indica a proximidade de uma visão moderada, de maneira que a criança cogite, atualmente, que o mais importante é o espaço de afeto e de proteção no ambiente familiar. Mas, a criança ainda retorna para as figuras do pai e mãe com tarefas definidas pelo gênero e como as principais fontes de afeto.

Este estudo apresentou alguns limites, como a amostra reduzida à população infantil. Uma amostra mais diversificada poderia incluir grupos de crianças, adolescentes e famílias com condições socioeconômicas, religiões e configurações familiares variadas e, sobretudo, oriundas de diferentes contextos regionais. Para compreender funcionalmente sobre a interação entre famílias e crianças, em uma perspectiva analítico-comportamental, poderiam ter sido realizadas outras perguntas, as quais forneceriam novos dados para análises posteriores. Por outro lado, não se teve conhecimento do nível ontogenético (história de vida) das crianças participantes. Isso implica que, caso houvesse esse conhecimento, análises funcionais e/ou de contingências também poderiam ter

sido feitas nesse estudo. No entanto, a proposta do estudo foi, sobretudo, analisar o que seriam famílias para crianças por meio da dimensão cultural. Estudos futuros podem apontar para o conhecimento de famílias para outras culturas, incluindo estudos de comparação entre grupos e categorias.

O presente estudo apresentou um delineamento misto, propondo análises quantitativas e qualitativas do conteúdo advindo dos relatos das crianças, o que representa um avanço para a literatura nacional sobre o tema. O maior salto deste estudo foi o fomento de novas perspectivas teóricas e empíricas para a avaliação do desenho da família e de relatos em um viés analítico-comportamental. Pouco se tem em termos de conteúdo sobre a temática do desenho na perspectiva da análise do comportamento, o que representou, sobretudo, um dos maiores desafios para a pesquisadora. Juntamente às novas leituras, procurou-se propor outras possibilidades de análises do desenho da família que podem servir como ponto de partida para outros estudos na área.

Além dessas questões, considerar as concepções de famílias para crianças dando voz a elas eleva o papel das mesmas como sujeitos de pesquisa. Em vistas disso, essa pesquisa de doutorado atendeu à ampliação na compreensão do construto famílias para crianças, além de apontar para a relevância de melhor compreender de que forma os diversos arranjos familiares são apresentados e apreendidos pelas crianças.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcântara, P. P. T., Peixoto, C. L., & Silva, A. M. S. (2017). As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva. *HOLOS*, 7, 270-277.
- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8, 11-20.
- Anyan, S. E., & Pryor, J. (2002). What is in a family? Adolescent perceptions. *Children & Society*, 16, 306-317.
- Arias, G. S. (2008). *Psicodinâmica familiar a partir da percepção de crianças indígenas Guarani MBYA de São Paulo* (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
- Aries, P. (1981). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT.
- Avoglia, H. R. C., & Pontes, F. M. (2016). O Desenho da Família com Estórias para compreensão de crianças com sintomatologia depressiva. In Okino (Org.), *Métodos Projetivos e suas demandas na Psicologia contemporânea* (8a ed., pp. 145-160). Ribeirão Preto: ASBRo.
- Banaco, R. A. (1997). Fantasia como instrumento de diagnóstico e tratamento: a visão de um behaviorista radical. In M. Delliti (Org.). *Sobre comportamento e cognição, volume 2: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*. (pp. 115-119). São Paulo: Arbytes.
- Banaco, R. A., & Martone, R. C. (2001). Terapia comportamental de família: uma experiência de ensino e aprendizagem. In H. G. Guilhardi (Org.), *Sobre*

Comportamento e Cognição (v.7, pp. 200-205). Santo André: ESETec Editores Associados.

Bandura, A., Ross, D., & Ross, S.A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575-582.

Bastos, A. C. S.; Alcântara, M. A. R., & Ferreira-Santos, J. E. Novas famílias urbanas. In E.R. Lordelo, A. M. A. Carvalho, & S. H. Koller. (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. (pp. 98-133). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2014). *Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (36a ed.). Petrópolis: Vozes.

Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (2a. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.

Biasoli-Alves, Z. M. M. (1997). Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. *Temas em psicologia*, 5(3), 33-49.

Bijou, S. W. (1989). Behavior analysis. In R. Vasta (Org.). *Annals of Child Development: Six Theories of Development: Revised Formulations and Current Issues*. (pp. 61-83). Greenwich: JAI Press.

Bijou, S.W., & Latham, G. I. (2012). *The Power of Positive Parenting: A Wonderful Way to Raise the Children*. North Logan: P & T ink.

- Borsa, J. C. B., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56.
- Borelli-Vicent, M. (1965). L'expression des conflits dans le dessin de la famille. *Revista de Neuro-Psychiatrie Infantile*, 13(1-2), 45-66.
- Borges, L. A. C., & Loureiro, S. R. (1990). O desenho da família como instrumento de avaliação clínica de um grupo de crianças encaminhadas para atendimento psicológico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 42(2), 106-14.
- Código Civil*, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Brito, M. R. S. (1986). *Dinâmica das relações familiares e perturbações no processo de identificação de meninos com o papel sexual masculino* (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Bueno, L. M. A. C., Gomes, F. K. T., & Barbieri, V. (2010). Percepção da dinâmica familiar por crianças antissociais: um estudo comparativo com o procedimento de desenhos de famílias com estórias. *Dialnet*, 41(1), 93-102.
- Burns, R. C., & Kaufman, S. H. (1970). *Kinetic family drawings (KF-D): An introduction to understanding children through kinetic drawings*. New York: Bruner.

- Cain, J., & Gomija, J. (1953). Le Dessin de la famille chez l'enfant: criteres de classification. *Annaes Médico Psychologiques*, 4(1), 502-506.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Campos, D. M. S. (1978). *O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade* (9a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Carvalho Filho, J. G. T. (2008). O conceito de família na teoria psicanalítica: uma breve revisão. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 13(1), 117-121.
- Carvalho, L. C., Couto, C. C., Gois, N. S., Sandaker, I., & Todorov, J. C. (2016). Evaluating effects of cultural consequences on the variability of interlocking behavioral contingencies and their aggregate products, *European Journal of Behavior Analysis*, 34, 84-98.
- Castillo, J. T. (2010). The relationship between non-resident fathers' social networks and social capital and the establishment of paternity. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 27, 193-211.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem, comportamento, linguagem e cognição* (4a.ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Catania, A.C. (2006a). Antecedents and consequents of words. *The Analysis of Verbal Behavior*, 22, 89-100.
- _____. (2006b). Words as behavior. *The Analysis of Verbal Behavior*, 22, 87-88.
- Colapinto, J. (1991). Structural family therapy. In A. S. Gurman, D. P. Kniskern, D. (Org.), *Handbook of family therapy* (pp. 417-433). New York: Brunner/Mazel.

- Conselho Nacional de Saúde - CNS. (2016). *Resolução nº 510/2016* – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF.
- Corman, L. (1970). *Le Test du Dessin de Famille*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e a norma familiar* (3a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Cunha, J. A. (1993). *Psicodiagnóstico-R*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Day, E. D., & Marie-Jose, R. (1995). Mexican and French children's conceptions about family: a developmental approach. *Journal of Comparative Family Studies*, 30(95).
- Del Priore, M. (2016). *Histórias da Gente Brasileira*. São Paulo: Leya.
- Dias, M. B. (2017). *Manual de direito das famílias*. (12a ed.) São Paulo: Revista dos Tribunais.
- _____. (2006). *União homoafetiva* (3a ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- Dittrich, A., Melo, C. M., Moreira, M. B., & Martone, R. C. (2013). O modelo de seleção pelas consequências: O nível cultural. In M. B. Moreira (Org.). *Comportamento e práticas culturais*. (pp. 44-55). Brasília: Instituto Walden.
- Domingues, S. F. S., Alves, I. C., Rosa, H. R., & Sargiani, R. A. (2012). As técnicas gráficas na avaliação cognitiva e da organização visomotora. In S. M. Wechsler, & T. C. Nakano (Orgs.) *O desenho infantil: Formas de expressão cognitiva, criativa e emocional*. (pp. 97-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Et, S. Z., & Memis, E.K. (2017). The Perceptions of Five Years Old Group Students' about Scientists. *Journal of Education and Training Studies*, 5(2), 140-148.
- Field, A. (2009). *Descobrimos a estatística usando o SPSS*. Tradução Lorí Vialli. (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Figueiredo, C., & Naves, A. R. C. X. (2018). O uso do desenho na avaliação de repertórios comportamentais de crianças. In A. K. C. R. De-Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica*. (pp. 114-127). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, C. (1989). A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. *BIB*, n.27, 51-73.
- Fonseca, R. P., & Pacheco, J. T. B. (2010). Análise funcional do comportamento na avaliação e terapia com crianças. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 1-19.
- Franceschini, A. C. T., & Hunziker, M. H. L. (2011). Conciliando a economia e a análise do comportamento no estudo da relação entre renda e comportamento de consumir. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7, 29-44.
- Frick, P. J., Barry, C. T., & Kamphaus, R. W. (2010). *Clinical Assessment of child and adolescent personality and behavior*. New York: Springer.
- Freud, S. (2017). *Edição Standart das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (pp. 13-127). Rio de Janeiro: Imago.
- Freyre, G. (2012). *Casa-grande & senzala* (9a ed.). São Paulo: Global.
- Furtado, A.G., Morais, K. S., & Canini, R. (2016). O direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: construção histórica no Brasil. *Serviço Social Revista*, 19(1), 131-154.

- Gehm, T. P. (2013). *Reflexões sobre o estudo do desenvolvimento na perspectiva da análise do comportamento*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Gimenes, L. S. (2016). Um modelo animal para estudar metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(1), 8-9.
- Glenn, S. S. (1985). Some reciprocal roles between Behavior Analysis and Institutional Economics in post-darwinian science. *The Behavior Analyst*, 8, 15-27.
- _____. (2005). Metacontingências em Walden Dois. In J. C. Todorov, R. C. Martone, M. B. Moreira (Orgs.). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 13-28). Santo André: ESETec.
- _____. (2010). Metacontingencies, selection and OBM: Comments on “Emergence and metacontingency”. *Behavior and Social Issues*, 19, 79-85.
- Grant, L. K. (2014). Insatiability: part of the problem or part of the solution? *Behavior and Social Issues*, 23, 52-67.
- Greene, S. M., Anderson, E. R., Forgatch, M. S., Degarmo, D. S., & Hetherington, E. M. Risk and resilience after divorce. (2012). In F. Walsh (Org.), *Normal Family Processes: Growing Diversity and Complexity*, (pp. 102-127). New York: The Guilford Press.
- Guilhardi, H. J. (2017). *Interações amorosas sob uma perspectiva comportamental*. Campinas: ITCR.
- Hart, B., & Risley, T. R. (1995). *Meaningful Differences: in the Everyday Experience of Young American Children*. Baltimore: Paul H. Brookes.
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., Healy, O. Derived Relational Responding as Learned Behavior. In S. C. Hayes, D.

Barnes-Holmes, & B. Roche. (2001) (Orgs.). *Relational Frame Theory; A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. New York: Plenum Press.

Hernández, M. M., & Bámaca-Colbert. (2016). A Behavioral Process Model of Familism. *Journal Family Theory*, 8(4), 463-483.

Heywood, A. (2010). Feminismo. In J. Marcoantonio, & M. Janikan. (Orgs.) *Ideologias políticas: Do feminismo ao multiculturalismo* (pp. 21-43), São Paulo: Ática.

Hirsh, J. L., Stockwell, F., & Walker, D. (2014). The Effects of Contingent Caregiver Imitation of Infant Vocalizations: a Comparison of Multiple Caregivers. *Analysis Verbal Behavior*, 30, 20–28.

Hueb, M. F. D. (2016). Procedimento do Desenho de Família com Estórias e Psicodiagnóstico Interventivo: Fortalecendo relações familiares. In Okino (Org.), *Métodos Projetivos e suas demandas na Psicologia contemporânea* (pp. 202-213). Ribeirão Preto: ASBRo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Estatísticas do Registro Civil: 2014*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf>.

Jacinto, A. G., Soares, A. C. N., Palucci, C. M. R., Canavez, L. L., Alves, M. C. L., & Oliveira, N.H. K. (2017). *Famílias e Direitos na contemporaneidade*. Franca: UNESP.

- Joode, M. S. (1976). O desenho cinético da família (KFD) como instrumento de diagnóstico da dinâmica do relacionamento familiar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 28(2), 149-162.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2016). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32, 1-9.
- Kos, M., & Biermann, G. (1977). *La Famille enchantée*. Paris: Les Éditions du Centre de Psychologie Appliquée.
- Lawton, M. J., & Seechrest, L. (1962). Figure drawings by young boys from father-present and father-absent homes. *Journal of Clinical Psychological*, 18, 304-305.
- Leandro, M. E. (2006). Transformações da família na história do ocidente. *Theologica*, 41(1), 51-74.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, seção 1.
- Machado, K. C. R. (2009). *Significados de família para crianças em abrigo* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent child interaction. In E. M. Hetherington (Org.), *Handbook of child psychology* (4a ed., v.4., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Malavazzi, D. M., Malerbi, F., Del Prette, G., Banaco, R. A., & Kovac, R. (2017). Análise do comportamento aplicada: interface entre ciência e prática?, *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2(2), 218-230.

- Malott, M., & Glenn, S. S. (2006). Targets of intervention in cultural and behavioral change. *Behavior and Social Issues, 15*, 31-56.
- Martone, R. C., & Todorov, J. C. (2007). O desenvolvimento do conceito de contingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 3*(2), 181-190.
- Mattaini, M. A. (1999). *Clinical intervention with families*. Washington: Nasw Pess.
- Melo, C. A. (2011). *Percepção de família em crianças abrigadas*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF, 19*(1), 97-106.
- Minkowska, F. (1949). *De Van Gogh et Seurat aux dessins d'enfants*. Paris: Presses du Temps Présent.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas.
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. São Paulo: Artmed.
- Morval, M. (1973). Étude du Dessin de Famille chez des écoJiers montréalais. *Revue de Psychologie Appliquée, 23*(2), 67-89.
- Mosmann, C., Costa, C.B., Silva, M A. G. M., & Luz, S. K. (2018). Filhos com Sintomas Psicológicos Clínicos: Papel Discriminante da Conjugalidade, Coparentalidade e Parentalidade. *Temas em Psicologia, 26*(1), 429-442.
- Nalin-Regra, J. A. G. (1993). O uso da fantasia como instrumento na psicoterapia infantil. *Temas em Psicologia, 2*, 47-56.

- Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2008). O estudo da família: contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 13-25.
- Nichols, M. P., & Minuchin, S. (1999). Short-term structural family therapy with couples. In J. Donovan (Org.). *Short-term couple therapy*. (pp. 124-143). New York: Guilford Press.
- Nogueira, E. E., & Vasconcelos, L. A. (2016). De macrocontingências a metacontingências no jogo dilema dos comuns. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 104-116.
- Nunes, L. T. N., Teixeira, R. T., Feil, C., & Paniagua, R. (2012). O desenho da figura humana: uma perspectiva histórica. In S. M. Wechsler, & T. C. Nakano (Orgs.), *O desenho infantil: formas de expressão cognitiva, criativa e emocional* (pp. 15-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, N. H. K. (2009). *Recomeçar: Família, Filhos e Desafios*. São Paulo: Unesp.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Ortega, A. C. (1981). O desenho da família como técnica objetiva de investigação psicológica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33(3), 73-81.
- Ortega, A. C., & Santos, M. P. (1987). O desenho da família como técnica de investigação psicológica: Influências da idade, sexo e ordem de nascimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3, 239-249.
- Passos, M. S. (2015). Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In T. Féres- Carneiro, T. (Org.), *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos*. (pp. 11-24). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

- Porot, M. (1952). Le Dessin de la Famille. Exploration par le dessin de la situation affective de l'enfant dans sa famille. *Pédiatrie*, 3, 359-381.
- Porto, V. R. N. (1985). *Estudo de validação de um Procedimento de Desenhos de Família com Estórias, destinado à exploração clínica da personalidade de crianças*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Prado, D. (2017). *O que é família?* Coleção Primeiros Passos (12a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Ramos, D. P. (2015). A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 87-120.
- Raminelli, R. (2004). Eva Tupinambá. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (7a ed., pp. 10-36). São Paulo: Contexto.
- Ratinaud, P. (2009). *IRaMuTeQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. Téléchargeable à l'adresse: <http://www.iramuteq.org>.
- Regra, J. A. G. (2001). A fantasia infantil na prática clínica para diagnóstico e mudança comportamental. In Wielenska, R. C. (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos* (pp. 179-186). ESETEC: Santo André.
- _____. (1999). A fantasia e o desenho. In R. R. Kerkauy, & R. C. Wielenska, R. C. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: psicologia comportamental cognitiva - Da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (v.4, pp. 105-155). Santo André: Esetec, 1999.
- _____. (1997). Fantasia: instrumento de diagnóstico e tratamento. In M. Delliti (Org.). *Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do*

comportamento e da terapia cognitivo-comportamental (v. 2, pp. 107-114).

São Paulo: Arbytes.

_____. (2000). Formas de trabalho na psicoterapia infantil: mudanças ocorridas e novas direções. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2, 79-101.

Reis, E. F. (2010). *Varas de família: um encontro entre Psicologia e Direito*. Curitiba: Juruá.

Reznikoff, M., & Reznikoff, H. R. (1956). The Family drawing test: a comparative study of children's drawings. *Journal of Clinical Psychological*, 12, 167-169.

Ribeiro, F. S., & Cruz, F. M. L. (2013). Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 612-622.

Rigg, A., & Pryor, J. (2007). Children's perceptions of family: what do they really think? *Children & Society*, 21, 17-30.

Rindfleisch, A., & Burroughs, J. (1997). Family structure, materialism, and compulsive consumption. *Journal of Consumer Research*, 23, 312-326.

Rocha, T. M., & Gurgel, P. R. H. (2018). Práticas parentais e análise do comportamento: o estado do conhecimento de teses e dissertações de 2010 a 2015. *Série-Estudos*, 23(47), 241-262.

Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas psicológicos*, 23(3), 751-762.

Rogers, C. R. (1976). *Novas Formas do Amor*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Samara, E. D. M. (2003). *Família, mulheres e povoamento*. São Paulo: Edusc.
- Sans, P. T. C. (2014). *Pedagogia do Desenho Infantil*. (4a ed.). Campinas: Alínea.
- Santos, G. M., Santos, M. R. M., Marchezini-Cunha, V. (2012). A escuta cautelosa nos encontros iniciais: A importância do clínico analítico-comportamental ficar sob controle das nuances do comportamento verbal. In N. B. Borges, & F. A. Casas. (Orgs.), *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 138-146). Porto Alegre: Artmed.
- Santos, C. P., & Fernandes, D. V. D. H. (2011). A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. *RAM, Revista Administração Mackenzie*, 12(1), 169-203.
- Santos, M. A., & Peixoto, M. A. S. (1996). Aplicações do Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) na avaliação psicológica de adolescentes. *Resumos de Comunicações Científicas da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*. (pp. 193-194). Ribeirão Preto (SP), Sociedade Brasileira de Psicologia.
- Schlinger, H. D. (1995). *Developmental Psychology*. Nova York e Londres: Plenum.
- Sério, T. M., Michelleto, N., & Andery, M. A. (2009). Definição de comportamento. In M. A. Andery, N. Michelleto, & T. M. Sério. (Orgs.). *Comportamento e causalidade*. (pp. 31-45). Laboratório de Psicologia Experimental (PUC-SP).

- Scott, A. S. V., Cardozo, J. C. S., Freitas, D. T. L., & Silva, J. F. (2014). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. (2a ed.). São Leopoldo: Editora Oikos.
- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno.
- Silva, J. M. M. S., & Avelar, T. C. (2014). Crianças em situação de rua e suas representações lar e família por meio do desenho. *Psicologia Argumento*, 32(76), 69-77.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. B. F. (2016). Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-2011.
- Silva, M. S. (2014). Uma breve análise quanto ao novo conceito de família, um avanço ou retrocesso social? *Direitonet*, 107.
- Silva, L., & Vandenberghe, L. (2007). Comunicação versus resolução de problemas numa sessão única de terapia comportamental de casal. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 11(1), 43-60.
- Silva, E. F. M. (2004). Avaliação e intervenção clínica comportamental infantil. In E. F. M. Silva (Org.). *Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil* (v. 1, pp. 13-29). Campinas: Papirus.
- Singly, F. S. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. (11a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1991). *Questões recentes na análise comportamental*. Trad. Anita L. Neri. Campinas, Papirus.

- _____. (1936). The Verbal Summator and a method for the study of latent speech. *The Journal of Psychology*, 2(1), 71-107.
- _____. (1981). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7(4), 477-510.
- _____. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appletton-Century-Crofts.
- Soares, L. C. E. C. S., Souza, F. H. O., & Cardoso, F. S. (2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. *Psicologia Argumento*, 33(82), 330-345.
- Staudt, A., & Wagner, A. (2011). A vivência da paternidade em tempos de diversidade: uma visão transcultural. In A. Wagner (Org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões* (pp. 90-111). Porto Alegre: Artmed.
- Stein, G. L., Gonzalez, L. M., Cupito, A. M., Kiang, L., & Supple, A. J. (2015). The protective role of familism in the lives of Latino adolescents. *Journal of Family Issues*, 36, 1255–1273.
- Tartuce, F. (2017). *Direito Civil – Direito de Família*. (12a ed.) Rio de Janeiro: Forense.
- Todorov, J. C. (2002). A evolução do conceito de operante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(2), 123-127.
- _____. (2012). Metacontingências e a análise comportamental de práticas culturais. *Clínica & Cultura*, 1, 36-45.
- Tozze, K., & Bolsoni-Silva, A. (2018). Intervenção em grupo com pais de adolescentes com problemas de comportamento internalizantes. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(4), 6-24.

- Trinca, W. (1991). Estudo histórico sobre desenhos de família. São Caetano do Sul, *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia*, 3(3), 30-38.
- _____. (1997). *Formas de Investigação Clínica em Psicologia: procedimento de desenhos de família com estórias*. São Paulo: Vetor.
- Ulman, J. D. (2006). Macrocontingencies and institutions: a behaviorology analysis. *Behavior and social issues*, 15(1), 95-100.
- _____. (1998). Toward a more complete Science of human behavior: behaviorology plus institucional economics. *Behavior and social issues*, 8(2), 192-217.
- Vasconcelos, L. A., Naves, A. R. C. X., & Ávila, R. R. (2010). Abordagem Analítico-comportamental do Desenvolvimento. In E. Z. Tourinho, & S. V. Luna. (Orgs.), *Análise do comportamento: Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas* (pp. 125-151). São Paulo: Roca.
- Vasconcelos, I. S., & Santos, S. M. A. (2017). Quem é da família? Reflexões sobre parentesco e mobilidade. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 25(49), 249-265.
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, Mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60.
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: Revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52.
- Yagodnik, E. B., & Marques, G. P. (2014). Breves considerações acerca da mediação e de sua regulamentação legislativa no Brasil. In G. M. Netto

(Org.). *Mediação nas comunidades e nas instituições*. (pp. 81-105). Niterói:

PPGSD – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito.

Wagner, A. (2011). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.

Wagner, A., & Bandeira, D. (1996). O desenho da família: Um estudo sobre adolescentes de famílias originais e reconstituídas. *Coletânea da ANPPEP: Família e Comunidade*, 8(1), 115-126.

Wagner, A.; Feres-Carneiro, T. (2000). O recasamento e a representação gráfica da família. *Temas em Psicologia*, 8(1), 11-19.

Wahler, R. G., & Cerezo, M. A. (2005). The Mothering of Conduct Problem and Normal Children in Spain and the USA: Authoritarian and Permissive Asynchrony. *Spanish Journal of Psychology*, 8(2), 205-214.

Watson, J. B. (1913). Psychology as a behaviorist views it. *Psychological Record*, 20, 158-177.

Weber, L. (2017). *Eduque com carinho para pais e filhos*. (6a ed.) Paraná: Juruá.

Wechsler, S. M., & Schelini, P. W. (2002). Validade do Desenho da Figura Humana para Avaliação Cognitiva Infantil. *Avaliação Psicológica*, 1, 29-38.

Wedemeyer, N. V., Bickhard, M.H., & Cooper, R. G. (1989). The development of structural complexity in the child's concept of family: The effect of cognitive stage, sex, and intactness of family. *Journal of Genetic Psychology*, 150, 342-357.

Wilson, K. G. & Luciano, M. C. (2002). *Terapia de Aceptación y Compromiso (ACT)*. Un tratamiento conductual orientado a los valores. Madrid: Pirámide.

Zabriskie, R. B, & McCormick, B. P. (2003). Parent and child perspectives family leisure involvement and satisfaction with family life. *Journal of Leisure Research*, 35, 163-189.

ANEXOS



**TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO
Conforme Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Anexo A)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar de uma pesquisa sobre “Concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses”. Neste estudo pretendemos investigar as concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses por meio de desenhos e relato verbal da criança, uma vez que poucas pesquisas vem sendo desenvolvidas no Brasil que considerem a opinião de crianças sobre famílias. Para este estudo será: 1) pedido que o seu responsável assine um termo de autorização para que você participe da pesquisa, 2) pedido que você assine esse termo concordando em participar da pesquisa, 3) solicitado que você desenhe uma família, 4) serão feitas algumas perguntas sobre o seu desenho e sobre o que representa uma família para você e, no final, 5) será enviado um questionário com questões específicas sobre sua família para o responsável responder.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A realização da pesquisa se dará na escola, em dia de aula letivo, considerando seus horários específicos de aula e de alimentação. Você pode perguntar sobre qualquer dúvida que tiver e sair da pesquisa a qualquer momento. A sua recusa em participar não terá qualquer penalidade. O seu nome não será revelado e as informações serão mantidas em sigilo, bem como no caso de você concordar ou não em gravar as respostas por áudio.

Este estudo apresenta como riscos você achar que determinadas perguntas incomodam, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam se sentir incomodado. Caso isso aconteça, será respeitada e acolhida sua decisão. Você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa, como, em caso de necessidade, o acolhimento integral da equipe responsável e o encaminhamento gratuito para serviços como terapia individual e/ou avaliação psicológica. Os benefícios relacionados à sua participação nesta pesquisa são o de, principalmente, contribuir para o avanço no conhecimento sobre o tema concepções de famílias para crianças.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e mantidos em arquivo físico e/ou digital sob a guarda do pesquisador por um período de 5(cinco) anos após o término da pesquisa. Você também poderá ter acesso a todos

Rubrica do Pesquisador: _____ Rubrica do Participante: _____

os resultados desta pesquisa caso deseje, entrando em contato comigo por telefone, e-mail ou em nosso endereço de trabalho disponível na página seguinte.

Você receberá uma via deste Termo onde constam os contatos do CEP e do pesquisador responsável, podendo eliminar suas dúvidas sobre a sua participação agora ou a qualquer momento. Caso concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

Ilana Camurça Landim Tavares
Pesquisadora responsável

E-mail: ilanaclandim@gmail.com

Telefone: (21) 98300-1084

Endereço: Laboratório de Avaliação Pessoas & Contextos – PUC-Rio,
situado na Av. Marques de São Vicente, 225 – Gávea, Rio de Janeiro - 22451-900
CEP-UCB/RJ – Endereço: Avenida Santa Cruz, 1631 – Realengo, Rio de
Janeiro - CEP 21710-255- Tel: (21) 3216-7757 / E-mail: cep@castelobranco.br

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento e concordo em participar da pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 201 .

Assinatura do(a) Participante

Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Nome em letra de forma do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador (a)

Rubrica do Pesquisador: _____ Rubrica do Participante:



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)
(Anexo B)

Resolução nº 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**Concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses**”, que tem como objetivo central: investigar as concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses por meio de desenhos e relato verbal da criança.

Sua participação não é obrigatória e consistirá em a criança desenhar uma família e uma entrevista verbal, sem tempo limite, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa. Também será enviado ao pai um questionário sociodemográfico, contendo informações específicas sobre a família. Todas as entrevistas serão gravadas em áudio caso a criança concorde. Caso não concorde, não haverá nenhum problema com isso. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As fitas serão utilizadas somente para coleta de dados. A qualquer momento você pode desistir de participar, retirando seu consentimento. A recusa, desistência ou suspensão da sua participação na pesquisa não acarretará em prejuízo. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. A pesquisa será realizada em dias letivos na escola, considerando os horários da alimentação e de atividades específicas da escola.

Os riscos desta pesquisa são mínimos, considerando que não pretendemos intervir no contexto da criança e de sua família. Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, assim como a suas crianças, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. O (A) responsável pela realização do estudo se compromete a respeitar e acolher sua decisão e das crianças. Em caso de necessidade de assistência profissional, essa será dada de maneira imediata e integral, de maneira gratuita pelos pesquisadores. Nesse sentido, será oferecido o suporte terapêutico psicológico, incluindo serviços de terapia e avaliação psicológica para a criança participante por parte da equipe responsável da pesquisa. Em caso de dano comprovadamente oriundo da pesquisa você terá direito a indenização através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Se você aceitar participar, estará contribuindo para o avanço no conhecimento sobre o tema, mas não será, necessariamente, para seu próprio

benefício. Fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre como crianças pensam sobre suas famílias.

Rubrica do Participante: _____ Rubrica do
Pesquisador: _____

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e mantidos em arquivo físico e/ou digital sob a guarda do pesquisador por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Você também poderá ter acesso a todos os resultados desta pesquisa caso deseje, entrando em contato comigo por telefone, e-mail ou em nosso endereço de trabalho.

Você receberá uma via deste termo onde constam os contatos do CEP e do pesquisador responsável, podendo eliminar suas dúvidas sobre a sua participação agora ou a qualquer momento. Caso concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

Ilana Camurça Landim Tavares
Pesquisador responsável

E-mail: ilanaclandim@gmail.com
Telefone: (21) 98300-1084

Endereço: Laboratório de Avaliação Pessoas & Contextos – PUC-Rio,
situado na Av. Marques de São Vicente, 225 – Gávea, Rio de Janeiro - 22451-900
CEP-UCB/RJ – Endereço: Avenida Santa Cruz, 1631 – Realengo, Rio de
Janeiro - CEP 21710-255- Tel: (21) 3216-7757 / E-mail: cep@castelobranco.br

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma via assinada deste formulário de consentimento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 201 .

Assinatura do(a) Participante

Nome em letra de forma do Participante

Assinatura do(a) Pesquisadora

Nome em letra de forma do Pesquisador

Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar



CARTA APRESENTAÇÃO PARA ESCOLAS (Anexo C)

À Escola _____,

Vimos por meio desta, apresentar à escola e aos pais o Projeto de Pesquisa intitulado **“Concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses”**, de autoria de Ilana Camurça Landim Tavares, doutoranda do Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Convidamos a escola e os pais e/ou responsáveis a participar deste estudo que tem, dentre os seus objetivos, o objetivo geral de investigar concepções de famílias para crianças cearenses e fluminenses.

Desde já colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento e agradecemos a sua disponibilidade em estar contribuindo para este estudo e para o desenvolvimento da ciência.

Atenciosamente,

Ilana Camurça Landim Tavares
 Pesquisadora Responsável
 E-mail: ilanaclandim@gmail.com
 Telefone: (21) 98300-1084

Endereço: Laboratório de Avaliação Pessoas & Contextos – PUC-Rio,
 situado na Av. Marques de São Vicente, 225 – Gávea, Rio de Janeiro, 22451-900
 CEP-UCB/RJ – Endereço: Avenida Santa Cruz, 1631 – Realengo, Rio de
 Janeiro - CEP 21710-255- Tel: (21) 3216-7757 / E-mail: cep@castelobranco.br

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2017.



Questionário Sociodemográfico (Anexo D)

1) Cidade: _____ 2) Estado: _____

3) Nome do respondente: _____

Sexo do respondente: Feminino () Masculino () Raça: _____

Nome da criança: _____

Sexo da criança: Feminino () Masculino () Raça: _____

4) Grau de parentesco com a criança: _____

5) Idade do responsável: _____ anos

Idade da criança: _____ anos

6) Estado Civil:

Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () Outro (), qual? _____

7) Sobre os pais da criança, responda:

Grau de parentesco	Idade	Escolaridade	Atualmente trabalha?
			Sim () Não ()
			Sim () Não ()

Principal ocupação	Quantas horas trabalha fora de casa?	É religioso?
		Sim () Não ()
		Sim () Não ()

8) Quantos irmãos a criança participante da pesquisa tem? _____

8.1) Preencha os dados sobre o(s) irmão(s) da criança abaixo.

Sexo do(a) irmã(o)	Idade	São filhos da mesma genitora?	São filhos do mesmo genitor?
1 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()

2 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
3 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
4 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
5 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
6 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
7 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()
8 - Masculino () Feminino ()		Sim () Não ()	Sim () Não ()

8.2) Há alguma criança adotiva? Sim () Não () Se sim, quem/quais das crianças citadas? _____

9) Os pais da criança se relacionam amorosamente? Sim () Não ()

9.1) Se sim, de que maneira? União estável () Casamento civil/religioso ()

Outro (), qual: _____

Há quanto tempo se relacionam? (responder em anos) _____

9.2) Em caso de não se relacionarem amorosamente, houve separação/divórcio?

Sim () Não ()

Há quanto tempo estão separados? (responder em anos) _____

De 0 a 10, quanto você considera que a separação/divórcio impactou negativamente na vida da criança?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

10) Quem mora com a criança participante da pesquisa?

Parentesco*	Idade	Sexo	Profissão	Nível de escolaridade	Raça	Atividade(s) que faz com a criança

--	--	--	--	--	--	--

*pai, mãe, filho, madrasta, padrasto, avó(ô) materno(a), avó(ô) paterna(o), outros.

10.1) Em que bairro residem? _____

10.2) Quando a criança não está na escola, quem é o responsável por ela na maior parte do tempo? _____

11) Quais outras pessoas da família a criança convive com frequência? (se nenhum, deixar em branco)

Quem/Parentesco* (se houver)	Idade	Profissão	Nível de escolaridade	Estado civil	Raça	Atividade(s) que faz com a criança

*avó(ô), tio(a), entre outros.

12) Já faleceu alguém que era significativo para a criança? Sim () Não () (se nenhum, deixar em branco)

Quem/Parentesco* (se houver)	Idade	Causas	Esperado/Inesperado	Há quanto tempo?	Como a criança se sente atualmente em relação à perda?

12.1) Há alguém que não se enquadre nas categorias anteriores (alguém que compartilha moradia ou convivência ou se já é falecido), mas seja importante para a criança? Se sim, quem? _____

13) A família da criança tem alguma religião específica? Sim () Não ()

Se sim, qual? (marque uma ou mais opções)

Católica () Evangélica () Espírita () Umbanda () Candomblé () Judaica ()

Outra (), qual? _____

13.2) O quanto a religião ou espiritualidade é importante de 0 a 10 para a família?

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

14) Qual o seu grau de escolaridade?

Analfabeto () Sabe ler e escrever () Ensino fundamental/primário () Ensino médio/secundário () Ensino Superior () Pós-graduação ()

15) Você depende financeiramente de alguém? Sim () Não () Se sim, de quem? _____

16) Qual é a sua renda mensal própria?

() Não tenho renda mensal própria

() Até um salário mínimo (aproximadamente R\$ 937,00);

() De um a três salários mínimos (Entre R\$ 937,00 e R\$ 2.811,00);

() De três a cinco salários mínimos (Entre 2.811,00 e 4.685,00);

() De cinco a oito salários mínimos (Entre R\$ 4.685,00 e R\$ 7.496,00);

() Mais de oito salários mínimos (Mais de R\$ 7.496,00)

17) Alguém da sua família já se divorciou? Sim () Não () Se sim, quem? _____

18) Há alguém doente fisicamente e/ou emocionalmente na família? Sim () Não () Se sim, quem? _____

Qual a doença? _____

19) Há algum membro homoafetivo na família? Sim () Não () Se sim, quem? _____

Obrigada pela sua participação!



Formulário de Registro do Desenho da Família (Anexo E)

Nome da criança:		
Cidade:	Estado:	Sexo:
Escola Pública ()	Escola Particular ()	Data de nascimento: __/__/__

Categoria I – Composição Familiar

Membros desenhados em ordem de execução
1-
2-
3-
4-
5-
6-
7-
8-

Categoria II – Configuração do espaço geográfico

1) Esta família está situada em que lugar?

2) Eles estão reunidos em algum período específico do ano?

3) Como está o tempo no desenho? (Exemplo: frio, quente, temporal...)

Categoria III – Nível de conteúdo

4) Qual o(s) membro(s) mais próximo(s) à criança?

5) Qual o maior personagem retratado?

6) Qual personagem a criança desenhou com mais detalhes (cores, traçado forte, entre outros)?

7) Qual o(s) membro(s) mais distante da criança?

8) Qual o menor personagem retratado?

9) Qual personagem a criança desenhou com menos detalhes (cores, traçado forte, entre outros)?

10) Há algum membro mais distante dos outros? Há alguma razão para isso?

Categoria IV – Dinâmica interacional da família

Membros	Comportamento do personagem	Emoção do personagem

11) Estes personagens estão fazendo alguma atividade juntos? Se sim, qual?

12) Como eles estão se sentindo em relação ao outro?

13) Alguém ficou de fora da atividade? Por quê?

14) Tem alguém que a criança gostaria de ter desenhado e esqueceu? Se sim, especifique.

O que é uma família para ela?